



A VIDA POR UM FEIXE DE LENHA

**experimento metodológico de
gestão de conflitos socioambientais**

**Luis Tadeu Assad • Gabriela Litre
Elimar Pinheiro do Nascimento**

A VIDA POR UM FEIXE DE LENHA

**experimento metodológico de
gestão de conflitos socioambientais**

A VIDA POR UM FEIXE DE LENHA

**experimento metodológico de
gestão de conflitos socioambientais**

**Luis Tadeu Assad • Gabriela Litre
Elimar Pinheiro do Nascimento**

Brasília, 2009



Campus Universitário Darcy Ribeiro
Gleba A, Bloco C – Av. L3 Norte,
Asa Norte, Brasília-DF – 70.904-970
Telefones: (61) 3368-5594, 3368-4091 – Fax: 3368-5146
unbcds@gmail.com | www.unbcds.pro.br



SHIS QI 05 CC Gilberto Salomão, bloco E, sobreloja 29, sala 3
Lago Sul, Brasília-DF – 71615-550
Telefone: (61) 3364.6005 – Fax: (61) 3364.6011
iabs@iabs.org.br | www.iabs.org.br

Ficha Catalográfica

A vida por um feixe de lenha: experimento metodológico de gestão de conflitos socioambientais / Luís Tadeu Assad; Gabriela Litre; Elimar Pinheiro Nascimento – Brasília, DF : Editora IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável em coedição com Editorial Abaré, 2009.

ISBN: 978-85-99827-07-9
148 p., 23cm.

1. Pesquisa. 2. Controle da terra. 3. Recursos naturais; preservação ambiental. 4. Indústrias extrativistas. 5. Recursos madeireiros. I. Editora IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável. II. CDS/UnB – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. III. Editorial Abaré. IV. Autores. V. Título.

CDU 001.4
333.1; 333.7;
338.1; 333.75

Agradecimentos

Os autores agradecem a FFLA, em nome de Diego Luna e Juan Dumas por todo apoio e orientação ao longo do trabalho; aos consultores do IABS integrantes na equipe de intervenção, Camila Miranda Michelin, Julia Zanin Shimbo e Angela Lentisco Martinez; e principalmente o apoio, confiança e participação dos diversos atores ao longo do trabalho, notadamente do Ministério Público e da comunidade de Canabrava.

Dedicatória

A Antonio Joaquim dos Santos, lavrador e extrativista, 32 anos, casado e pai de quatro filhos. Morto a tiro na comunidade de Canabrava em fevereiro de 2007.

Sumário

Prefácio	9
Apresentação.....	11
1. Criando pontes de diálogo entre atores sociais.....	17
2. Quando o conflito se transforma em oportunidade.....	21
3. Métodos e técnicas na facilitação do conflito	29
4. O município de Guaraciama e seu contexto	47
5. O conflito socioambiental	61
6. Trajetória da disputa	81
7. O processo de intervenção e sua avaliação	125
Referências	137
Lista de figuras, quadros e tabelas.....	141
Lista de siglas.....	145

Prefácio

O Fundo Resposta, a experiência do Instituto Ambiental Brasil Sustentável e um pequeno grande passo

A América Latina encontra-se em uma situação de crescente conflito na área socioambiental. Atualmente, as instituições possuem capacidade limitada de apresentar uma resposta adequada aos cenários de conflito e, assim, prevenir que a radicalização dos processos reivindicatórios se transforme em situações de crise e violência. Em geral, a tendência é esperar até que os conflitos “explodam” para então dar-lhes a devida atenção.

Em um cenário regional onde os conflitos se multiplicam de maneira sistemática e sem perder a perspectiva de que todo o conflito socioambiental tem suas raízes em causas estruturais, a Fundação Futuro Latino-Americano (FFLA), a partir do Programa de Prevenção e Manejo de Conflitos Socioambientais, dedicou-se em construir um mecanismo de resposta para situações de crise em conflitos socioambientais, criando em 2003 o Fundo Resposta.

Tal mecanismo opera com a seguinte hipótese: investindo poucos recursos no momento oportuno e com capacidade técnica adequada é possível prevenir que um conflito socioambiental evolua para uma situação de crise e também alavancar os recursos necessários para iniciar e manter processos de boa governança para o desenvolvimento sustentável.

A partir de sua experiência inicial no Equador, o Fundo da FFLA teve, durante 2007, sua primeira convocatória de alcance regional, somando esforços e recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF).

Entre um total de 32 propostas recebidas de organizações provenientes de oito países, o Fundo Resposta para a América do Sul financiou o projeto “A vida por um feixe de lenha: experimento metodológico de gestão de conflitos socioambientais”, iniciativa executada pelo Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS).

A complexidade e os desafios deste caso, a metodologia e a estratégia de intervenção praticadas, os resultados alcançados e o profundo compromisso da equipe executora do IABS configuraram um excelente aporte na construção de mecanismos de resposta rápida e efetiva em situações de crise em conflitos socioambientais na América Latina.

Sem dúvida, ainda há muito por fazer, muitos aspectos por explorar, muitas perguntas que necessitam respostas e muitos temas sobre os quais construir e fortalecer.

Entretanto, as valiosas lições e aprendizado extraídos dessa experiência executada pelo IABS nos permitiram avançar um pequeno grande passo.

Diego Luna Quevedo

Coordenador Regional do Fundo Resposta para América do Sul
Fundação Futuro Latino-Americano

Apresentação

A sociedade contemporânea vive transformações sociais e culturais que afetam crescentemente o meio ambiente e geram constantes conflitos, envolvendo interesses coletivos e direitos difusos.

Dentre os diversos tipos de conflitos, o conflito socioambiental apresenta características peculiares, envolvendo múltiplos atores sociais que enfrentam inúmeras dificuldades no relacionamento com o meio ambiente. Existe a necessidade do diálogo, da participação, da cooperação e da solidariedade dos diversos setores da sociedade na busca de uma solução pacífica e consensual que viabilize o acesso aos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental. Este é um grande desafio para todos que trabalham buscando o desenvolvimento sustentável, principalmente quando se tem que integrar objetivos econômicos com a preservação ambiental e a equidade social no processo de desenvolvimento de uma microrregião.

A gestão pacífica de conflitos socioambientais é uma metodologia que busca criar condições especiais de sustentabilidade a partir de mecanismos de integração entre diversos atores sociais, com objetivos distintos e visões de mundo bem diferenciadas e divergentes. Não se trata de uma arbitragem (de cima para baixo) ou um julgamento de possíveis culpados, mas sim, de um mecanismo de integração de pontos de vista, com regras estabelecidas em conjunto, em busca de um diálogo que aproxime e transforme disputas, enfrentamentos e discordâncias (conflitos) no uso dos recursos naturais em novas oportunidades para um desenvolvimento realmente sustentável.

Evidente que esta ferramenta não é a solução para todos os problemas observados no processo de desenvolvimento, mas visa trazer novas alternativas que, associadas a novas tecnologias, podem atingir a sustentabilidade do desenvolvimento.

Desta maneira, a gestão de conflitos por meio da metodologia de facilitação é um dos mecanismos alternativos de transformação de conflitos socioambientais, por utilizar técnicas que transcendem os propósitos imediatos da resolução das tensões, visto que atende aos interesses da compreensão mútua, da comunicação e da dignidade humana. Esta facilitação busca a constituição de um espaço de diálogo que, por sua vez, possibilita uma construção participativa de soluções pelas partes envolvidas no conflito.

Há muitas formas de gestão de conflitos. A forma aqui adotada utiliza a técnica da facilitação que se diferencia da mediação por não intervir diretamente no processo de diálogo entre atores. O mediador executa o diálogo entre atores, enquanto o facilitador dirige o processo de criação de um espaço de diálogo entre os envolvidos. Ele cria as condições para um diálogo baseado nos interesses dos atores, e não se centraliza nas posições dos envolvidos.

A metodologia de facilitação utilizada desenvolve-se em sete etapas, em cada uma das quais são adotados diversos procedimentos técnicos.

A primeira etapa consiste em uma avaliação técnica, mas construída com os atores locais, do processo de desenvolvimento do espaço onde se desenrola o conflito socioambiental – também denominado de região, território, local e, por vezes, de comunidade. Esta avaliação, por sua vez, divide-se em duas partes. Na primeira caracteriza-se o espaço de conflito, tomando em consideração as dimensões físico-geográficas, socioambiental, político-institucional e econômica. Na segunda parte descreve-se a evolução histórica do local, analisa-se a situação atual (das relações sociais, culturais, político e econômicas) e, finalmente, faz-se um exercício de prospecção quanto ao seu futuro próximo (10 anos em geral).

O objetivo desta etapa é ter um mapa das condições físico-sociais em que o conflito se desenrola, embora em geral não esteja a ele restrito.

Essa etapa é construída pela equipe que conduz o trabalho e atores locais por meio de levantamento de informações secundárias, análise de periódicos, observação direta, entrevistas semiestruturadas e, algumas vezes, utilizando-se grupos focais.

A segunda etapa dedica-se a caracterizar e analisar o conflito socioambiental objeto do trabalho. Ela decorre da etapa anterior, pois permite imediatamente a caracterização do espaço em que se desenrola o conflito socioambiental e os atores que nele estão envolvidos. Analisam-se os atores em si, com seus recursos, estratégias e peculiaridades, mas sobretudo as suas relações.

O objetivo da segunda etapa é ter um retrato do conflito, com seus diversos atores e a posição que eles ocupam.

As técnicas de coleta de informações nessa segunda etapa são as mesmas da anterior.

A terceira etapa é denominada de construção dos prognósticos por meio de oficina de atores. Para isso todos os atores são convidados para várias oficinas, a primeira das quais se dedica a construir a linha do tempo da evolução do conflito, na percepção de cada um deles, demarcando-se quais são os consensos e dissensos interpretativos do processo. Com essa construção é possível identificar as origens e causas do conflito, os papéis dos atores, assim como seus interesses e percepções. Permite também que os atores se conheçam mais, reduzam as desconfianças existentes. Dessa forma é possível sugerir a construção de espaços de diálogo, mas também de prováveis soluções ao conflito. Uma outra oficina dedica-se a criar cenários da evolução do conflito, convidando cada ator a se ver em futuros prováveis diferenciados. Isso lhes permite avaliar suas condições de sucesso, mas também examinar a dos outros atores, particularmente daqueles que se encontram mais diretamente envolvidos na disputa.

Para a realização dessa etapa é fundamental ter um domínio sobre os conhecimentos produzidos nas etapas anteriores, e, além disso, mobilizar os atores para as oficinas, realizar reuniões por atores e, sobretudo, minuciosos relatórios das reuniões, com ampla divulgação. Sempre com a anuência dos envolvidos.

A quarta etapa é aquela dedicada a criar as condições imediatas do diálogo entre os atores na busca de soluções comuns. Ela consiste na

formulação de estratégias e proposições de negociação que permitam um diálogo frutífero entre os atores. Contém igualmente uma análise fina dos atores e suas lideranças, assim como o grau de representatividade dos diversos atores, e a necessidade (ou não) de ampliar sua legitimidade. Ela se conclui pela definição do espaço de diálogo, desde os seus participantes até as regras de convivência e procedimentos a serem propostas a todos (incluindo o formato decisório), com muita publicidade para que todos os atores tenham informações corretas.

O trabalho fundamental nesta etapa é da equipe de condução analisando os relatórios das diversas reuniões e debatendo entre si na busca de formulações que tenham consistência e aceitabilidade pelos atores.

A etapa seguinte, a quinta, tem como finalidade criar e programar o espaço de diálogo entre os atores do conflito. Passa pela divulgação das normas de convivência e os procedimentos acordados em reunião com os atores, e sua capacitação para bem participar. Exige a identificação das formas legais do acordo e a definição do formato a ser adotado, sempre com os atores envolvidos, assim como a construção dos fóruns de interação. A divulgação dos resultados é imprescindível para garantir a aderência dos atores ao processo e assegurar sua continuidade.

As técnicas adotadas são a de mobilização e capacitação dos atores, realização de oficinas de acordo, discussão e aprovação das normas de convivência e procedimentos do processo decisório. Todo o material produzido é parte constante dos relatórios das reuniões e objeto de publicização junto à comunidade.

Se o grande objetivo dessa quinta etapa é o de possibilitar o diálogo entre os atores na busca de soluções plausíveis e aceitáveis do conflito, o da seguinte é o de estabelecer os acordos e formas de implantação e monitoramento, com indicadores comumente estabelecidos; elaboração dos projetos de desenvolvimento que criem condições de superação do conflito e o desenvolvimento local, de caráter sustentável; definição dos fóruns e procedimentos do acompanhamento e punição no caso de não realização do acordado por uma das partes, e ampla divulgação dos resultados. Tudo mediante a realização de oficinas, elaboração de relatórios e redação dos acordos.

A sétima e última etapa consiste no monitoramento da implantação das decisões tomadas, incluindo os projetos de desenvolvimento acordados. A etapa consiste, entre outros, na elaboração e execução dos projetos e monitoramento das ações acordadas. Para isso será necessária, junto aos atores, equipe de especialistas em elaboração de projetos, captação de recursos e gerenciamento. A articulação institucional e a publicização das medidas tomadas ou em andamento são fundamentais para o sucesso dos acordos.

Seguindo esta metodologia o Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS) portou-se como facilitador em um conflito reunindo uma comunidade de agricultores e trabalhadores agrícolas de Minas Gerais e uma empresa florestal. Do lado da comunidade reclamava-se que a empresa não empregava mais as pessoas da comunidade e não permitia o acesso a recursos naturais indispensáveis à sua sobrevivência. Do outro lado a empresa reclamava do roubo de lenha.

O ápice do conflito se deu quando Antonio Joaquim dos Santos, lavrador e extrativista, 32 anos, casado e pai de quatro filhos morreu a tiro na noite da segunda-feira, 26 de fevereiro de 2007, na Comunidade de Canabrava, no município de Guaraciama, norte de Minas Gerais, região de Montes Claros. A família e os movimentos sociais da região atribuíram o assassinato a seguranças armados da empresa florestal de capitais internacionais que opera na zona. Já a empresa argumentou que Santos invadira uma propriedade da indústria para furtar lenha

O trabalho desenvolvido pelo IABS teve como finalidade avaliar o processo de interação social existente e promover um espaço de diálogo entre os envolvidos, para buscar novas oportunidades de sustentabilidade do desenvolvimento local, evitando possíveis enfrentamentos e buscando uma convivência harmônica e sustentável entre as partes.

O experimento mostra claramente como a metodologia de facilitação de conflito socioambiental não o enfoca de maneira isolada, mas em seu contexto. Ilustra como ela estimula os atores a compreenderem, enfrentarem e resolverem seu conflito. Os objetivos finais do processo – fica também transparente – são os de evitar perdas irreparáveis e, simultaneamente, proporcionar o desenvolvimento responsável do local.

A metodologia foi seguida plenamente em suas quatro primeiras etapas. Por motivo de recursos financeiros e tempo não foi possível completar o ciclo metodológico em sete etapas. Aqui se descreve o caso como forma de melhor compreender os limites e vantagens da metodologia de facilitação.

Vale ressaltar que o IABS continua o processo de experimentação dessa metodologia em outras regiões do Brasil, refletindo e aprimorando-a, em relação com o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB).

Os autores

1. Criando pontes de diálogo entre atores sociais

A sociedade contemporânea vive transformações sociais e culturais constantes que, conseqüentemente, afetam o meio ambiente e as relações entre os homens e as mulheres. Estas transformações têm gerado conflitos diversos que, por vezes, são identificados e resolvidos via jurisdição estatal, e, em grande parte, não envolvendo os atores na solução dos mesmos. Normalmente, esses conflitos são coletivos e englobam interesses e direitos difusos e se desenvolvem quando indivíduos ou grupos interdependentes buscam satisfazer interesses ou objetivos que se percebem incompatíveis, como é o caso dos conflitos socioambientais.

Dentre os diversos tipos de conflitos, o socioambiental apresenta características peculiares, envolvendo múltiplos atores e grupos sociais que enfrentam dificuldades ao procurarem solucionar suas questões ambientais em projetos distintos de desenvolvimento. Neste caso, o processo de interação coletiva em uma dinâmica de oposição e controvérsia entre grupos de interesse – resultado de suas incompatibilidades, reais ou percebidas – em torno do controle, uso e/ou acesso ao ambiente e seus recursos naturais, caracterizam este conflito como socioambiental.

Considera-se que o conflito é uma expressão de mudança social, que reflete uma sociedade viva, com atores sociais buscando a satisfação de suas necessidades. Com isto, abrem-se oportunidades para a construção de novas relações sociais e políticas públicas, como um elemento próprio e indissociável do processo de desenvolvimento sustentável.

Todavia, em muitos casos, esses conflitos tendem a situações de tensão e de enfrentamento que podem gerar conseqüências ambientais e sociais irreversíveis. Estas tensões podem chegar até um ponto em que as relações

de confrontação entre os atores causem o comprometimento das relações sociais, o deterioramento irreparável de um recurso natural, ou ainda, a perda do sustento da vida de populações inteiras. Adicionalmente, estes conflitos podem gerar consequências como a ruptura do tecido social, instabilidade institucional, perda de tradições, migrações e até mortes.

Assim, existe a necessidade do diálogo, da participação, da cooperação e da solidariedade dos diversos setores da sociedade na busca de uma solução pacífica e consensual que viabilize a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental. Isto sem, no entanto, gerar uma “invisibilidade” dos atores sociais e dos dissensos, com processos de “negociação” que tentam evitar que um conflito se manifeste para consolidar estruturas sociais pré-existentes e que mantenham um *status quo* injusto e/ou sem equidade no processo de desenvolvimento local ou regional.

Esse é um grande desafio para todos que trabalham buscando o desenvolvimento sustentável, principalmente quando temos que integrar objetivos econômicos com a preservação ambiental e a equidade social no processo de desenvolvimento de uma determinada microrregião.

Neste contexto, a gestão pacífica de conflitos socioambientais é uma metodologia que se apresenta como uma disciplina moderna que busca criar condições especiais de sustentabilidade a partir de mecanismos de integração entre diversos atores sociais, com objetivos distintos e visões de mundo bem diferenciadas. Não se trata de uma arbitragem (de cima para baixo) ou um julgamento de possíveis culpados, mas sim de um mecanismo de avaliação e integração de pontos de vistas com regras estabelecidas em conjunto em busca de um diálogo que aproxime e transforme disputas, enfrentamentos e discordâncias (conflitos) no uso dos recursos naturais em novas oportunidades para um desenvolvimento realmente sustentável no âmbito local.

A sociedade madura é aquela que cria seus próprios mecanismos de interação e resolução de dissensos de forma efetiva e pacífica.

Evidentemente essa proposta de gestão não é a solução para todos os conflitos, tampouco para os problemas observados no processo de desenvolvimento, mas visa trazer novas alternativas, que associadas a novas

tecnologias, ações de planejamento participativo, entre outras ferramentas, pode realmente atingir a sustentabilidade do desenvolvimento em diversos contextos e regiões.

Dessa maneira, a mediação e a facilitação são apresentadas como mecanismos alternativos de resolução ou transformação de conflitos, especialmente dos conflitos socioambientais. Isso se deve por serem técnicas que transcendem os propósitos imediatos da resolução das tensões e conflitos e da pacificação social, visto que atende aos interesses da compreensão mútua, da comunicação, da dignidade humana e do desenvolvimento local sustentável. Em síntese, essa facilitação busca, a partir de uma caracterização adequada do conflito (suas origens, motivações e reais interesses), a constituição de um espaço de diálogo que, por sua vez, possibilita uma construção participativa de soluções pelas partes envolvidas no conflito.

De um modo geral, o processo de facilitação de um conflito se diferencia da mediação por não intervir diretamente no processo de diálogo entre atores. Nesse caso, o facilitador dirige o processo de criação de um espaço de diálogo entre os envolvidos, enquanto o mediador executa ou coordena o diálogo entre esses atores ou grupos de atores. Assim, o facilitador cria as condições para um diálogo baseado nos interesses “desnudos” dos atores, e não se centraliza nas posições dos envolvidos.

Nesse sentido, o Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS), uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), buscou criar as condições para o diálogo e ser o facilitador no processo de gestão do conflito socioambiental entre uma empresa e os agricultores familiares da comunidade de Canabrava, município de Guaraciama, no norte de Minas Gerais. É em tal contexto que este estudo foi realizado.

Esse projeto conduzido pelo IABS teve como objetivo avaliar o processo de interação social existente, caracterizar o conflito e promover um espaço de diálogo entre os envolvidos, para buscar novas oportunidades de sustentabilidade do desenvolvimento local, evitando possíveis enfrentamentos e garantindo uma convivência harmônica e sustentável entre as partes.

O trabalho compreendeu atividades como a realização de um diagnóstico sobre o processo de desenvolvimento local por equipe multidisciplinar; entrevistas com diversos atores e representantes de instituições envolvidas; oficinas participativas por grupos de atores previamente identificados – moradores e agricultores de Canabrava, representantes do setor privado, notadamente da empresa, representantes do poder público local, e demais membros da sociedade civil organizada – visando a gerar espaços de diálogo e a estimular a construção conjunta de acordos sustentáveis.

O trabalho foi desenvolvido no âmbito de um projeto selecionado entre 32 propostas em toda a América do Sul por meio da primeira convocatória regional do *Fundo Resposta*, iniciativa de abrangência regional da Fundação Futuro Latino-Americano (FFLA) associado ao Programa de Prevenção e Manejo de Conflitos. Este fundo é uma iniciativa financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os recursos financeiros que permitiram a operação desta fase do fundo foram doados pela Corporação Andina de Fomento (CAF), através de um Acordo de Cooperação Técnica.

Por fim, esse programa teve como objetivo “criar e sustentar condições de boa governança e convivência justa, pacífica e equitativa como base para o desenvolvimento sustentável”, tendo ainda como estratégia destinar recursos para dar respostas imediatas e efetivas a conflitos socioambientais em processo de ascensão, a fim de evitar que esses cheguem a estados de tensão e/ou violência, cujas consequências podem ser irreversíveis a sociedade e ao meio ambiente.

2. Quando o conflito se transforma em oportunidade

O conflito é um processo natural em toda sociedade, pois é o resultado dos interesses divergentes dos atores sociais no processo de desenvolvimento (SIMMEL, 1995). O conflito é sempre uma oportunidade de transformação que deve ser aproveitada para melhorar as condições de desenvolvimento sustentável e harmônico de uma região. Não há desenvolvimento sustentável sem conflito. Entretanto, se não for manejado a tempo, o conflito pode desencadear uma crise com enfrentamentos e elevados custos sociais e ambientais. Os conflitos podem ser manifestos ou latentes, segundo o grau de conscientização e mobilização dos diferentes atores. O conflito socioambiental é um tipo especial de conflito que envolve tensões pelo uso dos recursos naturais de uma região.

Sobre conflito

A palavra “conflito” é usualmente utilizada para se referir ao choque entre pessoas, desavença, discussão, discórdia, oposição, luta, combate. Assim, o conflito carrega em si uma conotação negativa, algo indesejável, que deve ser evitado, sendo o oposto da paz, tão almejada pela sociedade. (NASCIMENTO, 2001)

De acordo com Morton (*apud* SERPA, 1999: 31), apesar de muitas vezes a sociedade moderna apontar o conflito como algo indesejável, este não pode ser evitado uma vez que “é parte integral do comportamento humano”, é “instrumento de mudanças”. O conflito é um fator de evolução social quando administrado e considerado como parte da dinâmica natural humana, é a forma de se avaliar capacidades e possibilidades, revelar diferenças, estimular o autoconhecimento, estabelecer e rever normas e padrões.

Recentes e modernas abordagens de metodologia de gestão de conflitos socioambientais adota o conflito como um agente de mudança social e, portanto, um fato normal e inevitável, podendo favorecer ou prejudicar a execução de políticas em diversos níveis e a sustentabilidade do processo de desenvolvimento local.

Dessa maneira, um conflito pode possuir funções de transformar as relações humanas, incentivar uma cooperação mutuamente benéfica, e indicar a necessidade de regras, normas, leis e instituições ou de revisão das mesmas.

Dentre as diversas definições, um conflito pode ser definido como um agente transformador, que busca satisfazer os interesses dos envolvidos ou os objetivos considerados incompatíveis. Por outro lado, o conflito pode ter outra ênfase, direcionada às questões de poder, estabelecido quando dois ou mais atores não estão de acordo com a distribuição de recursos materiais ou simbólicos. Como também, em uma outra abordagem, o conflito pode ser definido como uma construção social, um produto dos diferentes significados e interpretações que as pessoas envolvidas transparecem nas ações e nos eventos (NASCIMENTO, 2001).

Os conflitos podem ser abordados pelas diversas posições, interesses ou necessidades dos atores envolvidos, que podem ser transformados em melhores possibilidades de cooperação. Nesse caso, a mediação do conflito é baseada na gestão de interesses, no que se refere a um processo de colaboração mútua, em que as relações entre atores são consideradas essenciais, buscando soluções que satisfaçam a todos e que colaborem para o processo de desenvolvimento local sustentável (VARGAS, 2007).

Essa resolução ou transformação do conflito é focalizada em uma gestão efetiva de interesses, ao invés de um enfoque de disputa por poder e direitos, não transparecendo de modo algum um sistema de adversários na mediação do conflito. Entretanto, o conflito pode não ser identificado por terceiros, nem ter efeitos aparentes, mas a partir do momento em que os agentes demonstram suas incompatibilidades a outrem, o conflito se transforma em disputa. A disputa é apenas uma das fases do conflito, reveladora dos interesses confrontados (SERPA, 1999).

Como a realidade do conflito comumente é complexa e dinâmica existem diversos processos e estratégias de cooperação para manejar e transformar essa gestão de interesses sociais. O propósito adotado nesse novo olhar sobre a resolução de conflitos socioambientais é de se construir participativamente algo desejado pelos atores, promovendo um espaço de diálogo para processos de mudanças construtivas benéficas, ao invés de mudanças destrutivas.¹

Assim, a transformação do conflito deve repercutir em uma visão temporal em longo prazo, evitando-se, ao máximo, visões imediatas e em curto prazo, além de buscar a ascensão para as mudanças construtivas e benéficas para todos. Para tanto, é necessário esclarecer e articular visões, percepções e perspectivas locais para criar aberturas de diálogos com acordos e propostas sólidas e duradouras de desenvolvimento local mais sustentável.

Os conflitos nascem nos significados ou interpretações que atribuímos aos eventos, baseados na nossa visão pessoal da realidade. Essa visão da realidade está baseada na cultura, religião, valores, informações, experiências, interações, interpretações de cada ator, que devem ser respeitadas no processo de gestão do conflito.

Consequentemente, existem diversas estratégias para transformar um conflito socioambiental em oportunidades de transformação social e de desenvolvimento local sustentável sendo importante buscar atividades que envolvam a participação, colaboração e gestão dos interesses dos envolvidos, respeitando suas percepções sobre a realidade e a sustentabilidade socioambiental local.

Sobre conflito socioambiental

Os conflitos socioambientais geralmente estão relacionados com inúmeras disputas de natureza social, econômica e ambiental, desse modo, na literatura, são encontradas diversas definições dos mesmos. O conflito

1 Abordagem impossível apenas se o conflito for de natureza irreconciliável, que é raro em nossas sociedades.

socioambiental pode ser definido quando dois ou mais atores não estão em acordo sobre uma distribuição de determinado elemento material ou simbólico, vinculados ao controle, uso e acesso dos recursos naturais e do ambiente. Além disso, esse conflito também ocorre quando a natureza ou seu uso tem diferentes significados para distintos grupos de pessoas.

Segundo Little (2001), o conflito socioambiental é definido como “disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural”. Esse conceito envolve tanto a dimensão natural (limitada e complexa) como a dimensão humana, bem como o relacionamento entre as duas dimensões. Nesse sentido, é interessante lembrar também a ideia de Ascerald (2004), que enfatiza que o uso dos recursos naturais é sujeito a conflitos entre distintos projetos, sentidos e fins durante o processo de reprodução social. Desta forma, afirma que a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público.

Já Theodoro (2005) considera que os conflitos socioambientais diferenciam-se de outros por envolver recursos naturais, dificilmente enquadrados como “propriedade privada individual”, mas como bens difusos, que afetam a coletividade, exigindo “mecanismos e instituições capazes de resolver conflitos entre grupos sociais”. Assim, um conflito socioambiental pode ser dividido em diversos tipos segundo o recurso em disputa, dentre eles: uso e acesso às áreas protegidas, planejamento do uso da terra, manejo de resíduos sólidos, manejo de áreas costeiras, exploração petrolífera, territórios indígenas, manejo de bacias, fronteiras agrícolas, poluição, usos florestais, uso do fogo, pesca, mineração, fauna e água.

De um modo geral, identificam-se mais facilmente as causas do conflito socioambiental tangíveis ou materiais do que as intangíveis ou culturais, sendo estas últimas muitas vezes difíceis de serem percebidas, pois estão relacionadas a outras causas interpessoais ou estruturais. Assim, o conflito pode ter como origem inúmeras causas, incluindo as diferenças de percepção e valores.

Os dois conceitos acima avaliam o conflito socioambiental como um tipo de conflito que se diferencia dos demais por envolver disputa entre diferentes grupos sociais em torno de recursos naturais, ou seja, de bens públicos, cuja titularidade de direitos é de difícil identificação. Isso empresta a esse tipo de conflito uma característica específica.

Little (2001) identificou três focos centrais do conflito socioambiental que giram em torno do: (i) controle sobre os recursos naturais – disputas sobre o acesso, a distribuição ou sobre o controle formal dos recursos naturais; (ii) impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural – o impacto negativo resultante da intervenção humana nos ciclos naturais gera conflitos com relação ao esgotamento dos recursos naturais e à degradação dos ecossistemas naturais, como por exemplo, o uso do fogo para desmatamento de áreas que serão utilizadas na agricultura pode afetar outras propriedades ou florestas; e (iii) uso dos conhecimentos ambientais – grupos sociais que possuem conhecimentos ambientais específicos utilizados para adaptação ao seu ambiente e desenvolvimento de tecnologias.

Os conflitos surgem, também, em torno da percepção de risco pelo uso de novas tecnologias; sobre o controle formal do conhecimento; e, também, em torno dos lugares sagrados. Nesse último caso, o que está em jogo, são valores culturais, tradições e mitos de determinadas comunidades, afetadas diretamente pela decisão de grupos econômicos externos de se apropriar de recursos naturais existentes nos lugares considerados pelos membros da comunidade como “sagrados”.

A Red Mesoamericana de Manejo de Conflictos Socioambientales (1999) apresenta uma classificação mais detalhada dos conflitos socioambientais: (a) conflitos sobre questões urbanas e rurais; (b) conflitos no manejo de áreas protegidas; (c) conflitos em torno da exclusão de uso ou acesso a recursos naturais e conflitos ligados às regras internas de acesso, uso e controle sobre os recursos naturais; (d) conflitos ligados a questões de informação, interesses, necessidades e relações humanas; (e) conflitos dentro da comunidade e entre comunidades vizinhas com interesses diferentes; (f) conflitos em torno da exclusão de algum usuário, ou sobre processos de tomada de decisões coletivas, ou sobre regras para o manejo de

recurso e da aplicação destas regras, ou ainda entre instituições do Estado e com o Estado sobre sua função, e (g) conflitos assimétricos, segundo as variáveis de poder que se encontram nestes conflitos.

Percebe-se que o foco dos conflitos socioambientais de Little e da Red Mesoamericana são complementares. Enquanto o primeiro preferiu classificar os conflitos socioambientais em três grupos distintos, a Red Mesoamericana preferiu apresentar opções, incluindo, questões urbanas e rurais, conflitos ligados a questões de informações, conflitos internos de uma comunidade e conflitos de poder.

No mesmo estudo, a Red Mesoamericana (1999) identificou como características do conflito socioambiental na América Latina:

- **complexidade e interdependência** – normalmente o conflito socioambiental está ligado a um contexto mais amplo que tem a ver com a realidade social, econômica e política da região onde se manifestam. Nesses conflitos se entrelaçam temas como a distribuição de renda, as expectativas de desenvolvimento local, a descentralização política, a participação do cidadão, o crescimento da economia nacional e outros. Há uma multiplicidade de interesses econômicos, de conservação, de desenvolvimento local, de defesa da qualidade de vida, do poder estatal frente ao uso dos recursos naturais;

- **especificidade** – cada conflito socioambiental apresenta uma situação particular onde confluem todos os temas e interesses em diferentes níveis e contextos, sendo difícil identificar o cenário específico em que o conflito socioambiental se desenvolve;

- **continuidade e evolução** – os conflitos socioambientais são, em sua maioria, processos sociais contínuos, que evoluem de acordo com a administração adotada, e com os atores e o contexto social em que se desenrolam;

- **cenário** – estão ligados a regras, inter-relacionamento e dependência dos sistemas ecológicos. Muitas vezes, a dinâmica e efeitos dos conflitos ultrapassam o cenário político e geográfico onde se desenvolveram;

- **informação** – devido a grande complexidade desses conflitos surge a necessidade de reunir grande quantidade de informações rela-

cionadas aos aspectos legais, sociais, econômicos e científicos do uso e manejo dos recursos naturais;

- **incerteza científica** – há ainda a incerteza que rodeia os aspectos técnicos, o risco natural (extinção de espécies, desastres etc.) e social (perigos para saúde, deterioração da qualidade de vida etc.);

- **interesse público** – os conflitos socioambientais encontram-se dentro da matéria de ordem pública, dada a relevância social de certos temas como à conservação e a saúde. Por outro lado, o Estado deve velar pela proteção do interesse geral da sociedade; o Estado é um ator obrigatório dos conflitos socioambientais;

- **interesses não representados** – muitos interesses não são representados devido à falta de grupos organizados que se articulem em sua defesa, como também interesses das gerações futuras que sofrerão as consequências das decisões tomadas;

- **multiplicidade de atores e instâncias de decisão** – na maioria dos casos há mais de um ator nos conflitos socioambientais, como: comunidade rural, ONGs locais e internacionais, governos local, estadual e/ou federal, empresas, índios, universidades, igrejas e outros.

3. Métodos e técnicas na facilitação do conflito

Conforme mencionado anteriormente, recentes e modernas abordagens de metodologia de gestão de conflitos socioambientais adotam o conflito como um agente de mudança social e, portanto, um fato normal e inevitável, podendo favorecer ou prejudicar a execução de políticas em diversos níveis e a sustentabilidade do processo de desenvolvimento local. Dentro dessa perspectiva, um conflito socioambiental pode possuir funções de transformar as relações sociais, incentivar uma cooperação mutuamente benéfica e indicar a necessidade de regras, normas, leis e instituições, ou de revisão das mesmas.

Dentro dessa perspectiva, o IABS buscou ser o facilitador de um conflito socioambiental, aplicando um conjunto de técnicas que visam proporcionar o diálogo entre atores sobre as causas, natureza e evolução do conflito e definir estratégias conjuntas para sua transformação. Esse conjunto de técnicas, que faz parte do processo de facilitação, investigação e planejamento participativo da resolução do conflito, está detalhado a seguir, baseado principalmente nos estudos de Correa & Rodriguez (2005), Assad (2002), Assad et al. (2006), nos documentos da FFLA e em projetos e intervenções anteriores.

A seguir descreve-se sucintamente a metodologia para gestão participativa e colaborativa de conflitos socioambientais, aplicadas no conflito entre a comunidade de Canabrava e uma empresa, localizado no norte de Minas Gerais, e executadas durante o período de três meses de duração desse projeto, onde vislumbrou-se criar um espaço para diálogo e discussão do conflito e seus valores.

Essa metodologia aqui apresentada procura, sobretudo, a flexibilidade. Novas etapas ou dinâmicas foram criadas ao longo do processo para responder as demandas que surgiram durante a realização das atividades.

Também estão descritas outras etapas não executadas nessa primeira fase de intervenção, mas que foram consideradas necessárias para a gestão do conflito em curso.

Ferramentas utilizadas para a análise e gestão do conflito socioambiental

ETAPA 1 – Avaliação técnico-participativa do processo de desenvolvimento local

Caracterização da microrregião de análise

Caracterização físico-geográfica

Caracterização socioambiental

Caracterização político-institucional

Caracterização econômica – atividade principal

Análise do processo de desenvolvimento local

Aspectos histórico-evolutivos

Análise da situação atual

Identificação de cenários futuros – tendências de desenvolvimento

Descrição do método

- Levantamento de dados e informações secundárias
- Levantamento e análise de “clipping” (mídia local e nacional)
- Visita a campo
- Entrevistas direcionadas (semiestruturadas)
- Análises técnicas

Para execução desta etapa foram levantados dados e informações de diversas fontes, como universidades, instituições de pesquisas, órgãos públicos e privados do país e da região que se referiam ao processo de desenvol-

vimento local e ao conflito abordado. Além disso, foi realizado um levantamento de notícias publicadas nas mídias, local e nacional, e análise para seleção e arquivamento daquelas consideradas históricas no processo.

As visitas de campo foram realizadas para avaliação da situação, que se deu por meio de observações, entrevistas informais, reconhecimento de localidades, organizações e atores envolvidos, de meios de locomoção e demais informações necessárias para definir estratégias de trabalho local.

As entrevistas direcionadas (semiestruturadas) foram realizadas por uma dupla de consultoras do IABS previamente capacitada em duas viagens de campo com diversos representantes do grupo de atores sociais incluindo agricultores, a empresa, poder público, Terceiro Setor, universidade etc. Para garantir um mínimo de representatividade e legitimidade dos participantes por grupo de atores, o IABS usou uma metodologia na qual a todos foi perguntado quais são as pessoas mais representativas e envolvidas no desenvolvimento local em seu universo (grupo de ator) ou mesmo em relação a outros grupos de atores sociais. As pessoas mencionadas foram visitadas e elas também indicaram novas pessoas. Dessa maneira, foi construído o mapa de atores de cada grupo.

A análise do processo diz respeito a todos os fatos e situações que levaram ao conflito. Envolve, no caso, desde a escolha daquele local para plantio de eucaliptos por parte da empresa até o surgimento das primeiras vilas e do município na região. Deste modo, foram registrados os aspectos históricos do conflito, levantados em documentos ou em entrevistas direcionadas, permitindo uma avaliação da evolução do processo. De posse do documento contendo os aspectos histórico-evolutivos e a situação atual descrita por indicadores, foi possível traçar os cenários futuros para o processo de desenvolvimento local que foram base para as etapas posteriores desta metodologia.

Caracterização e definição do espaço

Mapeamento do conflito

Delineamento do espaço ou “arena” de interações

Caracterização e agrupamento dos atores sociais

Identificação e caracterização de atores sociais envolvidos no processo

Definição de posições, interesses e necessidades por grupo de atores

Definição de recursos e estratégias por grupos de atores

Dinâmica do extrato social

Identificação e avaliação de espaços de diálogo existentes

Análise das interações sociais existentes

Análise do jogo de forças

Descrição do método

- Levantamento de dados e informações secundárias
- Levantamento e análise de “clipping” (mídia local e nacional)
- Visita a campo
- Entrevistas direcionadas (semiestruturadas)
- Análises comparativas
- Análises técnicas

Igualmente à Etapa 1, esta metodologia se baseou em levantamento de informações secundárias, análise de “clipping” de notícias relacionadas ao conflito, visitas de campo e entrevistas direcionadas com roteiro semiestruturado. Por conseguinte, esta etapa foi executada conjuntamente com a Etapa 1 e seguindo a metodologia para coleta dos dados e informações necessárias à sua análise e interpretação.

A partir de então, as atividades de análise e avaliação para caracterização do conflito foram baseadas em estudos comparativos a outros casos, estudo, reflexão e construção intelectual.

Para uma melhor visualização e entendimento da avaliação do conflito e sua caracterização, foi empregada uma metodologia já utilizada pelo IABS em outros processos e adaptada de Correa & Rodriguez (2005), Assad (2002) e Assad et al. (2006), desenhando um mapa contendo símbolos representando os atores identificados, fatos ocorridos e situações existentes que, por sua rápida visualização, dê a noção do conflito que se trabalha. Na caracterização também está desenhada a interação entre os atores sociais em sua dinâmica de relacionamentos, podendo-se reconhecer a quais grupos de interesse cada qual pertence, sua forma de atuação, interesses, posições e necessidades. Além disso, nesta meta, uma caracterização detalhada do extrato da dinâmica social foi construída, incluindo análises das relações existentes e do jogo de forças historicamente registrado em conflitos socioambientais.

ETAPA 3 – Prognóstico participativo “Oficina por Grupo de Atores”

Identificação da percepção das tensões, dos conflitos e dos demais atores

Construção de Linha de Tempo do processo

Identificação da origem, causas e evolução do conflito por grupo de atores

Identificação dos papéis, interesses, necessidades e posições por grupos de atores

Proposição participativa de soluções

Criação de relações de confiança

Proposições de espaços de diálogo

Proposta de solução dos conflitos e tensões

Identificação da visão de futuro

Identificação de “visões de futuro” por grupos de atores

Descrição do método

- Análise de documentos anteriores
- Mobilização de atores
- Reuniões de trabalho por grupo de atores em formato de oficinas técnico-participativas
- Redação e consenso de relatório das oficinas
- Análises técnicas

Para construção do prognóstico participativo optou-se por realizar oficinas de trabalho divididas por grupo de atores de mesmo interesse. Estas oficinas foram organizadas e divididas em quatro grupos de atores de setores da sociedade envolvidos no processo: o setor privado – que contou com a presença de diversos representantes das empresas de plantio de eucalipto na região e de associações de classe; o poder público – com a participação do Ministério Público e agentes dos governos local e estadual; o Terceiro Setor e universidades – com a participação de alguns representantes de ONGs e universidades atuantes na região; além do grupo com moradores e lideranças da comunidade de Canabrava.

A despeito das informações formais e fundamentadas de estudos ou fontes oficiais, essas oficinas tiveram como objetivo a discussão de temas relativos ao processo de desenvolvimento local e do conflito de acordo com as “visões” e “percepções” dos atores envolvidos. Neste sentido, a precisão dos fatos no relatório pode ser reduzida, pois foram sempre respeitadas as colocações aceitas pelos participantes de cada grupo de atores.

Para essa metodologia, considera-se que trabalhar com percepções é importante, pois nem todos os atores enxergam a realidade ou o conflito da mesma maneira. Às vezes, o mesmo fato é interpretado de maneira diferente, pois os “nossos” interesses (desejos e temores) são diferentes. O objetivo da intervenção não é deixar de lado os fatos concretos mas, pelo contrário – como foi observado durante o trabalho –, as percepções são determinantes para a constituição de um espaço de diálogo, pois são elas que levam as pessoas a agir de uma maneira ou de outra.

Nesta etapa, teve-se a intenção que os atores relatassem sua versão do conflito, definissem sua opinião e demonstrassem seus anseios quanto

aos possíveis cenários que possam se desenrolar. Considera-se que os atores são capazes e devem propor soluções que julguem plausíveis para os problemas ocasionados pelo conflito, diante dos mais distintos cenários futuros que possam se apresentar.

Os facilitadores encarregaram-se da moderação, da observação e do registro da percepção do conflito por parte de cada grupo de atores e suas visões de futuro. Tais informações foram essenciais para a composição do documento “Propostas de Acordo”, descrito na etapa de pré-negociação.

Nas oficinas foram levantadas questões de forma participativa para esses grupos sobre a origem desse conflito socioambiental, as propostas e os principais atores relacionados, para se chegar a conclusões produtivas e positivas dos participantes sobre o processo de criação de um espaço de diálogo e de desenvolvimento local sustentável.

Na oficina com o grupo de atores da comunidade, devido a grande multiplicidade de perfis entre os representantes e por serem estes os que têm relação mais direta e antiga com o ambiente, optou-se por uma reunião de trabalho um pouco mais distinta, incluindo itens de construção da linha de tempo do processo de desenvolvimento local e a definição mais detalhada de necessidades da comunidade.

Para a construção da “linha de tempo” do processo de desenvolvimento local, que apontou indiretamente a origem e causas do conflito, não houve preocupação com a cronologia exata dos fatos, pois era importante para a metodologia entender como a comunidade percebia o seu processo evolutivo e não as datas em si. Ressalta-se a significativa presença de jovens no encontro, com pouca participação de membros de uma “faixa etária mais velha, de 60 anos para cima”¹ para fazer a linha de tempo com fatos antigos mais precisos. Para tanto, os facilitadores do IABS explicaram então a importância da percepção dos jovens sobre a história da comunidade, mesmo se essa percepção fosse formada pelos relatos e experiências de seus pais, avós e outros parentes.

1 Frase colocada por um participante da reunião.

Ao final de cada reunião, foi explicado que o IABS faria o relatório do encontro e pedia-se a dois voluntários de cada oficina para ler o documento, de maneira a conferir se o que foi escrito refletia o expressado no encontro. Também era perguntado se o relatório, devidamente consensuado pelos participantes, poderia ser compartilhado com os atores dos outros grupos de interesse que participam do processo de diálogo. Os participantes das quatro oficinas concordaram por unanimidade em compartilhar o relatório e receber os referentes às oficinas participativas dos demais grupos de interesse.

ETAPA 4 – Redefinição construtiva e desenho do processo “Pré-Negociação”

Construção de estratégias

Análise e integração de proposições por grupo de atores
Definição de funções estratégicas de atores
Definição de estratégias de mobilização e negociação
Proposição de metas e etapas do processo de gestão

Avaliação da legitimidade e representatividade de atores

Identificação de fragilidades associativas
Identificação e avaliação de lideranças por grupo de atores
Proposta de mobilização e ampliação de representatividade por grupo de atores

Proposição de espaço de diálogo (passos, condições e elementos centrais)

Composição do espaço (atores e funções)
Formato decisório
Regras de convivência e procedimentos
Compromissos anteriores
Publicidade
Estratégias de viabilização e sustentabilidade

Descrição do método

- Análise de documentos anteriores
- Levantamento e análise de outros processos de gestão de conflitos socioambientais
- Reunião interna com equipe multidisciplinar de discussão e avaliação
- Análises técnicas e proposições

Nesta etapa, foram desenvolvidos trabalhos basicamente de avaliação dos documentos anteriores e de outros casos, reuniões internas de discussão com equipe multidisciplinar do IABS com apoio da FFLA e análises técnicas visando à proposição de formas para continuidade da intervenção no processo, principalmente relacionadas com a construção de um espaço de diálogo legítimo e efetivo entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento local.

Aproveitando-se de trabalhos das etapas anteriores – principalmente das entrevistas direcionadas e das oficinas por grupo de atores – e através de reuniões com os dirigentes, análises dos estatutos e regimento interno, atividades executadas e a participação e reconhecimento por parte de seus associados, esta etapa também buscou identificar as fragilidades das associações e representações. O mesmo foi efetuado para iniciar o processo de mapeamento e avaliação de lideranças e atores envolvidos, com o intuito de ampliar a representatividade e legitimidade dos representantes dos diversos grupos de atores sociais e identificar melhores interlocutores e possíveis opiniões divergentes dentro de cada ator, de forma a gerir os conflitos internos e buscar propostas em comum.

ETAPA 5 – Criação e implementação do espaço de diálogo²

Empoderamento e equalização de atores

Difusão de informações técnicas e legais

Formação de multiplicadores

Capacitação

2 As Etapas 5, 6 e 7 não foram previstas para esta intervenção do Fundo Resposta.

Conexão com sistemas formais de decisão

Identificação e análise de formas legais de acordo

Definição participativa de formato jurídico adequado

Construção de regras de procedimento e convivência entre atores (construção de relações de confiança entre atores ou no processo)

Proposição participativa de regras

Integração de propostas de convivência

Constituição do acordo sobre regras de procedimento e convivência (formal ou informal)

Implementação de espaço(s) de diálogo(s) ou fórum(ns) de interação(ões) legitimados e consensuados

Definição e avaliação participativa de propostas de fóruns

Constituição dos fóruns de interações

Divulgação e campanhas de informação

Descrição do método

- Análise de documentos anteriores
- Levantamento e análise de informações secundárias, outros processos e casos exitosos
- Análises técnicas por equipe multidisciplinar
- Mobilização de atores
- Capacitação de atores por multiplicadores
- 2ª rodada de reuniões de trabalho por grupo de atores em formato de oficinas técnico-participativas
- Redação e consensuação de relatório das oficinas por grupo de atores
- Pré-negociação intermediada (facilitação)
- Reunião conjunta com representantes dos atores sociais – espaço de diálogo
- Formatação de acordos de procedimentos e convivência
- Divulgação

Nas reuniões de mobilização e capacitação deverão ser passadas informações técnicas e legais essenciais para a formação de opinião dos participantes de acordo com o grupo de ator social estabelecido (2ª rodada de oficina por grupo de atores). Na etapa anterior, os assuntos de fragilidade institucional foram identificados e deverão ser priorizados nessa etapa, bem como aspectos metodológicos e técnico-jurídicos. Com essa difusão de informação espera-se que atores, devidamente capacitados, se tornem aptos a mobilizar outras pessoas que tenham pouca participação nas instituições e no processo de desenvolvimento local. Esses atores orientados serão multiplicadores de informação e responsáveis por informar à comunidade e seus pares as questões legais e técnicas relacionadas em cada tema e com o processo. Junto com este, ações de capacitação em meio ambiente, sustentabilidade e gestão pacífica de conflitos deverão ser realizadas, tornando esses atores mais aptos a transmitir informações, moderar reuniões, identificar divergências ideológicas e conduzir decisões por consenso, além de ampliarem suas capacidades de colocar suas próprias opiniões. Paralelamente, serão identificados os representantes formais ou informais de cada grupo de atores, dentre os melhores interlocutores no processo.

Para a conexão com sistemas formais de decisão, deverá ser realizado um levantamento, identificação e análise de diferentes formas legais de acordo que possam contribuir para a constituição de acordos formais e consequentemente para a gestão do conflito. Para isso deverão ser instrumentalizados dois métodos de coleta de dados: i) levantamento de dados de fontes secundárias, como legislação, conteúdos de portais dos governos local, estadual e federal, e jurisprudência – casos similares resolvidos com êxito dentro e fora do Brasil; e ii) entrevistas com especialistas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ministério Público (MP) e do Terceiro Setor (ONGs), que oferecem formatos de acordos para conflitos socioambientais.

As propostas de formato legalmente enquadradas deverão, então, ser explicadas de maneira clara e concisa aos representantes dos diferentes grupos de atores (2ª rodada de oficinas). Os representantes terão a possibilidade de opinar sobre cada proposta e definir os melhores modelos.

Essas opiniões serão registradas por um relator. No final de cada encontro, um rascunho com as propostas deverá ser impresso e distribuído entre os atores para discussão e registro.

Uma vez acordadas as metas e etapas para a execução das estratégias e acordos, os representantes deverão se comprometer a socializar os resultados dessa reunião com os demais participantes de seus respectivos grupos (o facilitador deverá monitorar a efetiva realização dessa tarefa de difusão). Durante o processo de socialização, os atores terão a oportunidade de discutir as metas e etapas, e de propor reformas, que serão levadas a um novo encontro entre os representantes dos grupos e os facilitadores.

Em seguida, e após contatos de pré-negociação estabelecidos pela instituição facilitadora, deverá ser realizada uma primeira reunião conjunta com representantes dos grupos de atores definidos na 2ª rodada de oficinas. Esta reunião deverá ser realizada num local neutro ou de comum acordo entre as partes, onde se buscará o consenso entre as propostas. Ao final, um relatório deverá ser elaborado apresentando de maneira clara e didática as propostas de formas legais de acordo junto com os comentários dos representantes, e posteriormente distribuído aos atores na forma de folders ou cartilhas informativas para ampla divulgação com o objetivo de atingir um conjunto maior da sociedade. Sugere-se também um agente previamente definido como mediador no processo.

Concomitantemente e utilizando a mesma metodologia de oficina por grupo de atores, pré-negociação e reunião conjunta de consenso, deverão ser definidas as regras de procedimento e convivência entre atores e o formato do(s) espaço(s) de diálogo. A princípio, sugere-se, para este caso, apenas um fórum que atenda ao processo de gestão de conflito. Também neste caso, as sugestões deverão ser aprovadas por consenso.

Vale ressaltar, que as propostas de discussão no espaço definido deverão se dar de maneira participativa, possuindo todos os atores e instituições a mesma representatividade. Após avaliadas todas as propostas, a mais adequada para cada tema será instituída, criando assim um espaço de legitimidade e representatividade para todos os atores. É importante lembrar que entendemos por “representantes” não os líderes tradicionais de ONGs,

cooperativas etc. se não os atores que foram escolhidos durante as reuniões anteriormente citadas. Cada novo grupo de trabalho (integrado pelos representantes escolhidos por seus pares) será criado dando especial atenção às compatibilidades de interesses para reduzir, nessa etapa, o nível de conflito e para afiançar os vínculos e a confiança entre o facilitador e os participantes.

Conforme preconiza o modelo de multiparcialidade de atores, a análise e a integração de proposições serão realizadas em um encontro com diversos grupos de atores anteriormente definidos. Os grupos não deverão ser organizados de maneira dicotômica (na forma de ONGs *vs* empresa). A legitimidade e a representatividade dessa etapa só serão atingidas por meio da organização de vários grupos.

ETAPA 6 – Definição e implementação de acordos “Resolução ou Transformação dos Conflitos”

Negociação e delineamento de acordos

Oficinas por grupo de atores de integração de propostas

Intermediação da resolução do conflito

Proposição consolidada do acordo

Formalização do acordo

Mobilização de atores

Oficina conjunta de negociação dos acordos

Assinatura dos termos de acordo – Observadores externos

Divulgação dos acordos e conscientização de atores

Definição conjunta dos meios e dos termos de divulgação

Divulgação e campanhas de conscientização

Implementação dos acordos

Orientação à execução dos acordos

Indicadores de comprovação da implementação dos acordos – Observadores externos

Descrição do método

- Análise de documentos anteriores
- Levantamento e análise de informações secundárias, outros processos e casos exitosos
- Mobilização de atores
- Reuniões de trabalho por grupo de atores em formato de oficinas técnico-participativas
- Redação e consenso de relatório das oficinas por grupo de atores
- Pré-negociação intermediada (facilitação)
- Reunião conjunta com representantes dos atores sociais – espaço de diálogo
- Mediação e assessoria técnico-jurídica
- Observação externa
- Formatação de acordos, procedimentos, estratégias e indicadores de avaliação
- Divulgação

Nesta etapa é onde realmente se começa o trabalho de resolução de dissensos ou transformação do conflito. Para uma melhor efetividade dos acordos, maior representatividade das propostas e para evitar confrontos diretos em reuniões conjuntas não articuladas nos espaços de diálogo, sugere-se etapas preparatórias no formato de oficinas participativas e pré-negociação como descrito nas etapas anteriores.

Entretanto, muitas propostas já surgiram e deverão surgir nas oficinas previstas nas etapas 3 e 5. Neste estágio é imprescindível a atuação dos facilitadores que deverão conduzir o processo no sentido de ajustar ainda mais as propostas ao interesse da maioria, mesmo que para tanto seja necessário solicitar para determinado grupo que abra mão de certa proposta em prol da consolidação de outra, de interesse comum a um maior número de atores. Desse trabalho origina-se a Proposição Consolidada do Acordo, fruto das oficinas mencionadas e do trabalho de integração das propostas dos demais grupos de atores.

Ao final, espera-se que as propostas de cada grupo de atores sociais, já anteriormente conhecidas e avaliadas por todos os grupos de atores durante o processo de pré-negociação, sejam levadas ao espaço de diálogo anteriormente definidos onde as propostas de acordo serão debatidas até estabelecido o consenso para posterior formalização do termo de acordo. Nessa fase, os encontros deverão ser mediados por instituição previamente definida e ainda sugere-se, em um primeiro momento, a presença de observadores externos que possam dar transparência ao processo.

Destaca-se que os atores deverão ser mobilizados e capacitados para a oficina conjunta de negociação de acordo, na qual deverão ser orientados em como lidar com conflitos e contrassenso, mantendo o respeito pelas demais partes, além de informações de seus direitos e deveres dentro das regras de convivência determinadas, objetivando assim, minimizar os confrontos diretos e não produtivos.

Durante a oficina, os meios e os modos de divulgação do termo também deverão ser estabelecidos, de forma que esse termo deverá ser disponível e acessível para todas as partes integrantes do processo e instituições envolvidas direta ou indiretamente com a questão. Esta divulgação pode ser feita a partir de campanhas com divulgação direta (palestras, oficinas, dias de campo etc.) e/ou por meios de comunicação que atinjam toda a sociedade do “espaço de interações” do processo, legitimando e fortalecendo popularmente o acordo.

Para a execução deste, espera-se que os próprios atores definam em consenso os seus meios e tracem estratégias para viabilizá-lo, com procedimentos que não demandem custos ou investimentos iniciais diretos de difícil execução. Neste momento novos atores e parcerias poderão ser introduzidos no processo.

Uma comissão deverá ser formada para acompanhar a implementação e efetividade dos termos do acordo. No caso em curso, sugere-se a presença de um facilitador para garantir o acompanhamento da instrumentação dos acordos por diferentes vias: encontros presenciais, telefone e internet. Todavia, ressalta-se que a presença do facilitador deve se limitar somente aos primeiros acordos, ou quando as partes acharem necessário ou conveniente.

Qualquer imprevisto durante as etapas de execução e implementação dos acordos serão resolvidos de maneira dinâmica, aberta e transparente, procurando sempre a representatividade de todos os atores envolvidos no espaço de diálogo já estabelecido.

A difusão de cada etapa da implementação dos acordos também deverá ter ampla divulgação incluindo o rádio e a imprensa local, assim como por meio de cartazes colocados em locais públicos (postos de saúde, escolas etc.) e cartilhas distribuídas à sociedade em geral.

ETAPA 7 – Monitoramento e ações posteriores

Monitoramento

Relatório de avanço

Análise de indicadores de projeto e de sustentabilidade local

Divulgação dos avanços

Ações posteriores – Plano Futuro (Associativismo e Cidadania; Projetos Alternativos; Plano de Integração de Atores)

Elaboração de Planos de Ação (Agenda 21, PDLs)

Implantação de projetos alternativos

Ampliação de parcerias

Descrição do método

- Análise de documentos anteriores
- Levantamento e análise de informações secundárias, outros processos e casos exitosos
- Mobilização de atores
- Planejamento técnico-participativo
- Elaboração, articulação e implantação de projetos
- Articulação institucional
- Divulgação

Um Relatório de Avanço deverá ser difundido ao final da realização de cada uma das etapas da metodologia. Os relatórios baseados em indicadores de sustentabilidade e de processos sintetizarão os principais avanços e desafios, e as ações empreendidas para responder aos problemas apresentados pelos atores.

O monitoramento integral do processo de gestão do conflito será assegurado por meio da identificação e análise de indicadores do conflito, a serem definidos durante as primeiras etapas da metodologia e refinados ao longo do processo. Os Relatórios de Avanço incluirão uma descrição desses indicadores e uma escala que ilustrará a evolução de cada um deles.

A divulgação dos avanços deverá ser feita através da publicação dos relatórios externos de avanço, em cartilhas, *folders*, programas de rádio, carros de som (para alcançar as populações rurais e as comunidades mais afastadas) ou outro meio que se achar conveniente.

As ações de planejamento técnico-participativo deverão ser realizadas em uma dupla perspectiva: i) ações de curto prazo para resolução de questões imediatas (baseadas nos termos de acordo); e ii) ações de longo prazo, devendo-se programar ações posteriores que visem a fortalecer o associativismo e a cidadania dos atores, além de garantir novas dinâmicas de desenvolvimento local mais sustentáveis e novos, e mais sólidos espaços de diálogo que facilitem a gestão de novos conflitos e escaladas de violência.

Neste ponto, vale ressaltar que as propostas deverão estar em consonâncias com o imperativo da sustentabilidade e com visões de médio e longo prazos dos atores e que deverão ser evitadas, salvo raras exceções, ações assistencialistas ou de pouca viabilidade e continuidade.

4. O município de Guaraciama e seu contexto¹

A comunidade de Canabrava e a Fazenda Pé de Morro, propriedade da empresa em tela, onde se manifestou o conflito socioambiental, estão localizadas na zona rural do município de Guaraciama, região de Montes Claros, ao norte do estado de Minas Gerais, Brasil (Figura 1). Esse município está situado a $17^{\circ}00'50''\text{S}$ $43^{\circ}40'22''\text{W}$, e possui uma unidade territorial de 392 km^2 .

A cidade de Guaraciama (Figura 2) está a 399 km da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Os municípios que fazem limite com o município de Guaraciama são: Glaucilândia, Bocaiúva, Itacambira e Juramento. As rodovias que chegam de Belo Horizonte para essa região são a BR-135 e BR-040. Para chegar a cidade de Guaraciama é necessário passar pelo município de Bocaiúva.

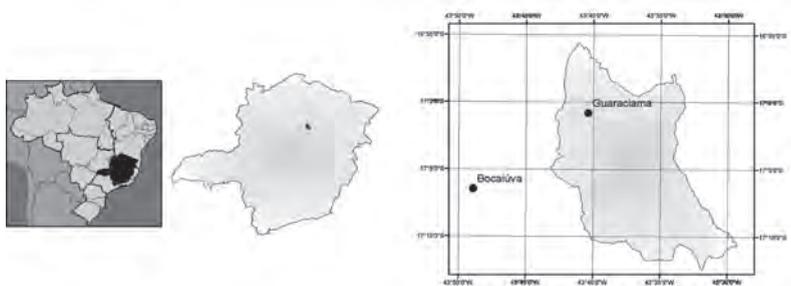


Figura 1. Mapa de localização do município de Guaraciama, estado de Minas Gerais, Brasil

1 Essa caracterização resumida da região foi realizada a partir de levantamentos de dados e informações secundárias, disponíveis em sites, publicações de órgãos federais, estaduais e do poder público local (municípios).

Os dados socioeconômicos relativos aos municípios de Guaraciama e Bocaiúva foram obtidos, principalmente, a partir de pesquisa ao site do IBGE, Censo 2000 (IBGE, 2000), da Confederação Nacional dos Municípios, do Atlas de Desenvolvimento Humano do Pnud no Brasil e do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais.



Figura 2. Vista para a cidade de Guaraciama, Minas Gerais (acervo IABS)

Já a comunidade de Canabrava dista aproximadamente 12 km da sede de Guaraciama, e seu acesso se dá pela estrada de Bocaiúva em direção à Guaraciama, uma via que no momento deste trabalho se encontrava em obras e com péssima qualidade para locomoção de veículos, além da estrada de terra (Figura 3) que passa por dentro da Fazenda Pé de Morro (Figura 4) para se chegar à comunidade.



Figura 3. Estrada a caminho da Fazenda Pé de Morro, propriedade da empresa vizinha a comunidade de Canabrava (acervo IABS)



Figura 4. Mapa da Fazenda Pé de Morro, propriedade da empresa, vizinha à comunidade de Canabrava, no município de Guaraciama (Fonte: pesquisa da Universidade Federal de Lavras)

Até o ano de 1996, esse município pertencia a Bocaiúva, município vizinho, situado a $17^{\circ}06'28$ S e $43^{\circ}48'54$ W, com uma área de 3.243 km^2 , mesmo assim, a comarca de Guaraciama ainda pertence a esse município. Montes Claros é a maior cidade da região do norte de Minas Gerais, com mais de 300.000 hab.

Demografia

A população registrada, segundo IBGE (2003), foi de 4.626 pessoas residentes no município de Guaraciama. Entretanto, em 2006 a estimativa era de 4.847 habitantes. A população praticamente equaciona-se entre a área urbana e rural, e a sede municipal apresenta aproximadamente 53% dos habitantes. A densidade demográfica é de $11,39 \text{ hab./km}^2$ na área urbana e de $0,689$ no campo (PNUD, 2000). Em relação à representação política no município de Guaraciama excentricamente existem 4.505 eleitores.

A população desse município é relativamente jovem, pois a maioria encontra-se na faixa etária entre 0 a 19 anos. A esperança de vida ao nascer é de 69%, sendo a probabilidade de sobrevivência até os 40 anos de 92% para o ano 2000.

Na comunidade de Canabrava não se sabe ao certo quantas pessoas vivem. Segundo relatos das entrevistas o número de famílias variou de 50 a 100:

Em Canabrava há cerca de 60 famílias.... viviam livres, com a roça, gado e extrativismo dos frutos do Cerrado, segundo um técnico da ONG Centro de Agricultura Alternativa (CAA).

Existem cerca de 50 famílias na comunidade de Canabrava, dividida entre as associações da Cabeceira, Barrinha e Canabrava, relata uma moradora da comunidade de Canabrava.

Por associação há umas 60 famílias, segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva.

Tem mais de 100 famílias na comunidade, que têm terras que variam de 1 a 4 alqueires por família, mas há quem tenha 20 alqueires, outros ainda que têm 5 alqueires..., segundo um dos presidentes de uma das associações da comunidade de Canabrava.

Há mais de 100 famílias lá se pegar a região de toda a comunidade, segundo um técnico do CAA.

A população de Bocaiúva, município vizinho e ao qual pertencia Guaraciama, por outro lado, segundo o IBGE, é de aproximadamente 42.764 habitantes com o predomínio de população urbana. Apresenta uma taxa de crescimento de 0.48% contra uma taxa de mortalidade baixíssima de 0.004%. Com relação à faixa etária, existe uma evolução bem maior entre as faixas de 0 a 34 anos, superior à faixa entre 35 a 69 anos, mostrando o crescimento da população infantil e jovem em relação à população adulta, que coincide com a realidade da maioria dos municípios da região norte mineira.

A história da região

O marco inicial da fundação da cidade de Bocaiúva foi quando D. Antônia Leite, esposa de Faustino Leite Pereira, grande fazendeiro local,

ofereceu uma parte de suas terras para a igreja a ser construída em homenagem ao Senhor do Bonfim. Inicialmente a cidade recebeu o nome de “Curato de Machaúbas”, palavra que em tupi significa uma palmeira, muito abundante na região.

Os primeiros habitantes, que formaram o povoado, ocuparam a área por volta de 1710 e 1720, e se dedicavam à pecuária e agricultura rudimentares. Somente em 1873 Curato de Machaúbas passou à categoria de Vila, denominada Vila do Jequitai e, em 1888, foi elevada à categoria de cidade de Bocaiúva.

Em 1947, a cidade de Bocaiúva ficou conhecida mundialmente por hospedar equipes estrangeiras de pesquisadores para estudar um eclipse solar ocorrido nessa época, pois a cidade, por sua posição geográfica, era a que oferecia melhor visibilidade para o fenômeno.

O município de Guaraciama foi recentemente estabelecido, no ano de 1997, deixando, então, de ser distrito de Bocaiúva.

Economia

A renda *per capita* do município de Guaraciama era de R\$ 101,14 para o ano 2000, frente aos R\$ 143,80 de Bocaiúva. Segundo a Secretaria de Estado da Fazenda, em 2003, a arrecadação municipal de Guaraciama aumentou de R\$ 19.500, em 2000, para R\$ 43.843, dos quais R\$ 8.846 foram provenientes do ICMS.

O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Guaraciama, em 2004 (IGBE), foi de R\$ 14.435.000,00, dos quais o valor solicitado na agropecuária foi de R\$ 5.577.000, na indústria R\$ 798.000,00, e no serviço R\$ 8.032.000. O PIB per capita nesse mesmo ano foi de R\$ 3.051,32.

Nesse município, as atividades econômicas predominantes são a pecuária e a agricultura. O reflorestamento de eucalipto para a produção de carvão vegetal é uma atividade em expansão no município de Guaraciama. Segundo IBGE (2000), em Guaraciama, 621 pessoas trabalhavam no setor agropecuário e de extração vegetal, contra 121 e 53

trabalhadores que ocupavam o setor industrial e comercial de mercadorias, respectivamente.

Os principais produtos agrícolas em Guaraciama são os cultivos de milho e feijão, sendo a cana de açúcar a lavoura de maior rendimento para esse município, entretanto, também se desenvolvem na região outras produções como: arroz de várzea úmida, amendoim, banana, café, laranja, manga, mandioca, alho, tomate e sorgo. A agricultura de cultivos de mandioca, feijão, milho e arroz é praticamente de subsistência para muitas comunidades rurais da região, como é o caso da comunidade de Canabrava. Os principais animais criados no setor pecuário são gado, galináceos, suínos e equinos.

As lavouras permanentes nesse município, registradas na produção agrícola municipal de 2005, segundo o IBGE, são de manga (como o cultivo permanente de maior produção), seguida por banana, café e laranja. A Tabela 1 sintetiza a representatividade desses cultivos na região.

Tabela 1. Produção das lavouras permanentes do município de Guaraciama, MG

Lavoura permanente	Quantidade produzida (toneladas)	Área colhida (hectares)	Rendimento médio (kg/hectares)	Valor da produção (reais)
Manga	1.260	312	4.000	227.000
Banana	120	10	12.000	42.000
Laranja	62	10	6.200	16.000
Café	13	22	590	29.000

Fonte: IBGE, 2005

Segundo o IBGE, em relação às lavouras temporárias, foram cadastradas na produção agrícola municipal de 2005 as produções de cana de açúcar, feijão, alho, amendoim, arroz, cebola, fava, mandioca, sorgo, tomate e milho, este último ocupando a maior área plantada de cultivos temporários, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2. Produção das lavouras temporárias do município de Guaraciama, MG

Lavoura temporária	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (mil reais)	Área plantada (hectares)	Rendimento (mil reais)
Alho	28	70	4	7.000
Amendoim	17	24	17	1.000
Arroz	50	16	25	2.000
Cana-de-açúcar	4.500	135	150	30.000
Cebola	16	12	2	8.000
Fava	2	2	5	400
Feijão	240	300	400	600
Mandioca	1.200	360	100	12.000
Milho	2.520	655	1.200	2.100
Sorgo granífero	150	42	50	3.000
Tomate	80	70	2	40

Fonte: IBGE, 2005

A extração vegetal e a silvicultura também se apresentam expressivamente no município, como pode ser observado na Tabela 3, elaborada com dados do IBGE. O carvão vegetal, como produto da silvicultura se destaca economicamente como a atividade mais importante no município de Guaraciama em termos de rentabilidade com relação às demais atividades desse setor de extração vegetal.

Tabela 3. Extração vegetal e silvicultura no município de Guaraciama, MG

Atividade	Quantidade produzida	Valor da produção (mil reais)
Produtos da silvicultura – carvão vegetal -	1.340 toneladas	3.205
Madeira para carvão vegetal	230 toneladas	62
Madeira para lenha	1000 m ³	7
Extração de pequi	11 toneladas	9

Fonte: IBGE, 2005

No município de Guaraciama, segundo dados do IBGE, o milho é a atividade econômica que apresenta a maior área de cultivo, entretanto, não foi encontrado dado algum sobre o tamanho das áreas de cultivos de eucalipto na região. Contudo, sabe-se que a fazenda Pé de Morro possui mais de 5.000 hectares na região, além da presença de outras empresas de plantio de eucalipto no município, o que pode salientar uma maior expressividade da silvicultura na região.

Por outro lado, a porcentagem de indigentes no município de Guaraciama no ano 2000 foi do 30%, sendo quase a metade desse valor de crianças. Mas os dados referentes à pobreza estão melhorando. No ano 1991, a quantidade de população considerada pobre (a pobreza considerada é referente à proporção de indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalente a metade do salário mínimo no ano considerado) era de 80%, contra um valor de 60% para o ano 2000.

Em relação à desigualdade social em Guaraciama, analisada pelo índice de Gini, o valor era de 0,55 e em Bocaiúva de 0,56, sendo o valor 0 para a máxima igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e o valor de 1 à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm).

Educação

Em Guaraciama o sistema educacional restringe-se aos cursos de 1º e 2º graus, enquanto os cursos técnicos e de nível superior são encontrados em Bocaiúva, em universidades particulares, e Montes Claros. Nesta última cidade é onde se desenvolve o melhor ensino da região, inclusive com a presença de universidades públicas como a Unimontes e a UFMG. A taxa de alfabetização para essa faixa educacional em Guaraciama é de 81% (IBGE, 2000). A porcentagem das pessoas analfabetas de 25 anos ou mais mudou de 41% no ano 1991 para 31% em 2000.

Em 2005, segundo IBGE, o município de Guaraciama apresentava 958 alunos matriculados no ensino fundamental, dos quais 511 matrículas eram da escola pública estadual e 457 das 6 escolas municipais da cidade. No ensino médio, foram matriculados 462 alunos na única escola pública estadual. E no ensino pré-escolar nas 5 escolas públicas municipais foram inscritas 141 crianças.

Em relação à comunidade de Canabrava, anteriormente as crianças estudavam em escolas existentes na própria comunidade. Hoje, com o atual governo municipal, as escolas foram abandonadas, e as crianças e jovens utilizam o transporte escolar municipal (um ônibus gratuito que passa na comunidade para pegá-los) para chegar às escolas na cidade de Guaraciama onde estudam atualmente. Essa iniciativa faz parte do programa municipal de nucleação escolar.

Desenvolvimento Humano e Saúde

Um fator muito importante que mede o desenvolvimento populacional é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que avalia o desenvolvimento considerando o comportamento da riqueza, a expectativa de vida longa do ser humano e o seu nível educacional. Em Guaraciama, este índice é de 0,689, valor abaixo da média do estado de Minas Gerais com cerca de 0,766 e do país que é de 0,792. Em relação aos meios culturais e de lazer, os municípios são carentes de acesso aos mesmos. (IBGE, 2000)

Em Guaraciama, a rede geral de abastecimento de água atende a 82% dos domicílios, enquanto 10% destes são providos por poços ou nascentes na propriedade, como é o caso da comunidade de Canabrava, e 8% possuem outra forma de abastecimento de água seguindo os dados do IBGE para o ano 2000.

O município é desprovido de rede de esgotamento sanitário. Os dados do censo do IBGE do ano 2000 demonstram que 80% dos domicílios têm fossas sépticas, 28% têm fossas rudimentares e 20% não têm instalação sanitária alguma. O lixo gerado é coletado (46%) pelo serviço de limpeza, enquanto 54% são queimados ou jogados em terreno baldio ou logradouro ou ainda nas drenagens.

No município de Guaraciama existem três estabelecimentos de saúde, todos públicos e municipais, entretanto sem locais de internação; desses, dois não possuem atendimento ambulatorial. Na cidade há apenas um estabelecimento de saúde (consultório) particular (segundo IGBE, dados de 2005).

Recursos Hídricos

A região do conflito está inserida em duas bacias hidrográficas das mais importantes do país, a bacia do rio Jequitinhonha e do Rio São Francisco. No município de Bocaiúva, situado no Vale do São Francisco, se destacam os rios Jequitaí, Jequitinhonha, Macaúbas e Guavinipam.

No município de Guaraciama, a rede de drenagem do município é constituída pelos rios São Félix, das Pedras, Macaúbas e Tabatinga. O rio das Pedras e São Félix são afluentes do rio Verde Grande, que deságua diretamente no São Francisco. O rio Tabatinga é afluente do rio Macaúbas, que, por sua vez, é afluente da margem esquerda do rio Jequitinhonha. Todos apresentam baixa vazão, e no período da seca ficam praticamente secos. A rede de drenagem dos rios principais apresenta padrão dendrítico, enquanto que os drenos menores são retangulares. Os aquíferos aluviais ocorrem ao longo do rio Tabatinga.

A comunidade de Canabrava se localiza na microbacia hidrográfica do rio Canabrava (Figura 5), além disso, a comunidade utiliza a microbacia para se dividir em associações, localizadas na cabeceira desse rio, no médio Canabrava e na Barrinha. Diversos relatos de atores mencionam o secamento das nascentes e do rio Canabrava que anteriormente não secavam em determinadas épocas, outros até salientam a existência de uma bela cachoeira na comunidade e que não existe mais.



Figura 5. Vista de um local da microbacia do rio Canabrava e do vale onde se localiza a comunidade de Canabrava (acervo IABS)

Outro dado sobre a diminuição e escassez de recursos hídricos na região do rio Canabrava, também segundo relato de atores entrevistados, é que anteriormente não eram necessários poços artesianos, a água era abundante na comunidade, e se podia plantar próximo às margens do rio com muita fartura nas lavouras, principalmente de feijão. O que não corresponde mais aos dias de hoje, pois muitas áreas consideradas como brejos ficam secas a maior parte do ano.

Clima

A região onde se insere o conflito é caracterizada por um clima tropical de inverno seco (tipo Aw de Köppen) (CALDEIRA et al. 2005). Segundo Viana e Ventura (2004), no município de Guaraciama a temperatura média máxima chega a 32°C, a média anual é de 25°C e a média mínima de 18°C. Na metade do ano a temperatura cai para cerca de 10°C a 15°C, e apresenta um índice médio pluviométrico anual de 1.082 mm.

A temperatura média anual da região de Bocaiúva é de 24°C, com média máxima anual de 30°C e média mínima anual de 16°C, e apresenta um índice médio pluviométrico anual de 1.246 mm (CALDEIRA et al. 2005).

Relevo

A paisagem predominante em Guaraciama é de relevo plano, chapada e parte montanhosa na borda leste. A altitude máxima é atingida na serra da Canabrava (1.032m) e a mínima é de 740m às margens do rio Tabatinga (ENCICLOPÉDIA, 1998 apud VIANA e VENTURA, 2004). O ponto central da cidade de Guaraciama possui uma altitude de 780 m.

Por outro lado, o município de Bocaiúva situa-se a uma altitude média de 820m, sendo a área urbana localizada a uma altitude média de 690m. A máxima altitude de Bocaiúva é de 1.485m na Serra do Espinhaço, e a mínima com 597m próximo ao rio Jequitinhonha, limite com Engenheiro Navarro e Joaquim Felício. O relevo é variado e pode ser classificado de plano (58%), ondulado (30%) e montanhoso (12%).

Geologia e solos

Praticamente todo o município de Guaraciama é constituído por rochas de idade neoproterozoica, pertencentes aos grupos Bambuí e Macaúbas. O grupo Macaúbas nessa região é formado por metadiamicrito, em geral maciço, com intercalações de quartzito e filito, sobretudo nas porções mais inferiores do pacote (Formação Serra do Catuni). O Grupo Bambuí

encontra-se representado pela Formação Lagoa do Jacaré, constituída por calcarenito, filito e marga, e pelo subgrupo Paraopeba indiviso, constituído de calcarenito, dolomito, ritmito, marga, siltito, argilito e arcóseo.²

Os materiais desses grupos geológicos estão geralmente presentes nos depósitos colúvio aluvionares e solos da região. Esses depósitos superficiais são caracterizados por variados sedimentos, tanto na sua composição quanto na sua distribuição, geralmente são formados por cascalho fino, areia, material siltico-argiloso, e porções limonitizadas, em finas camadas ou em blocos e concreções ferruginosas.³

Esses depósitos colúvio aluviais com ocorrência eventual de lateritas, onde ocorrem os latossolos de composição areno-argilosa, recobrem parte das sequências mais antigas e ocupam, em geral, as cotas mais elevadas. Esse solo é indicado para variadas culturas, entretanto necessitam de incremento em sua fertilidade para maior rendimento e confiabilidade na produção agrícola. Para os sedimentos dessas coberturas pode-se atribuir uma origem residual pela atuação de ciclo erosivo em rochas mais antigas, resultando na desagregação, alteração e laterização.

Os depósitos aluviais nesse município apresentam sedimentos arenosos e argilo-arenosos, com níveis de cascalhos em certos locais e são pouco desenvolvidos, o que dificulta em algumas áreas a aptidão e rendimento para as lavouras. O desenvolvimento restrito dos aluviões deve-se à forma de relevo dominante na região, marcado por vertentes com ravinas e vales encaixados que não propiciam a formação de amplas planícies aluviais⁴

Os solos no município de Guaraciama são geralmente silto-arenosos com teores de cálcio elevados e baixo fósforo e potássio (VIANA e VENTURA, 2004), necessitando de orientações técnicas e incrementos agrícolas para melhoria dos cultivos.

2 CPRM, 2003, contendo modificações apresentadas por HEINECK et al., 2004, e SOUZA et al., 2004 apud VIANA e VENTURA, 2004.

3 Ibidem.

4 Ibidem.

Vegetação

A vegetação nativa na região entre Bocaiúva e Guaraciama é o cerrado, representado por árvores de baixo porte e tortuosas. Considerando que em algumas áreas há maior fixação da água, pode-se, ainda, encontrar manchas de matas densas ou veredas. Também ocorrem na região alguns vestígios de caatinga arbórea ou herbácea e mata seca, devido à especificidade dos terrenos constituídos a partir do quartzito e filito, cuja combinação originou ali solos pobres e muito permeáveis.

O cerrado é a cobertura vegetal característica das áreas de clima semiúmido, com duas estações bem definidas, uma seca e outra chuvosa, e ocupa predominantemente os solos sedimentares do planalto brasileiro. Apresenta gradações que vão das florestas xeromorfas (cerradões) às formações herbáceo-arbustivas (campos). Entre as principais espécies estão a lixeira (*Curatella americana*), o pequi (*Caryocar brasiliensis*), o pau-santo (*Kielmeyera coriacea*), a copaíba (*Copaifera langsdorffii*), o paná (*Annona crassiflora*) e a mangaba (*Hancornia gomex*).

A caatinga na região é predominantemente arbórea, apresentando um estrato de 6m a 8m de altura. Entre as principais espécies aparecem a aroeira (*Schinus sp*), a braúna (*Schinopsis sp*), a catingueira (*Caesalpinia sp*), o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), várias cactáceas como o mandacaru (*Cereus jamacaru*), o xique-xique (*Pilocereus gounelli*) e cabeça de frade (*Melocacttus sp*).

A mata seca é o estrato mais próximo da vegetação da caatinga encontrada na região, conhecida também como floresta seca; é uma vegetação de transição entre a mata e a caatinga propriamente dita. O cerrado cerca a mata seca por todos os lados, os troncos de menor altura com cascas geralmente mais grossas sustentam ramos robustos mais ou menos retorcidos, sua estrutura varia de acordo com o grau de dissecação a que estão submetidas, perdendo as folhagens pelo meio do ano. São encontradas espécies como: o angico (*Piptadenia sp*), o catolé (*Syagrus oleracea*) e a timbaúba (*Entereolobum contortisiliquum*).

5. O conflito socioambiental

Os conflitos socioambientais podem ser abordados pelas diversas posições, interesses ou necessidades dos atores envolvidos e, dependendo das condições, podem ser transformados em melhores possibilidades de cooperação e de transformações sociais.

Para o processo de identificação e análise dos espaços de interações dos atores sociais, utilizou-se como metodologia os trabalhos de Assad¹, adaptada e ampliada de Bursztyn (1996) e, principalmente, da experiência adquirida em trabalhos anteriormente executados.

Dentre os objetivos desta metodologia interativa, busca-se a construção de um “extrato da dinâmica social” existente, no qual os atores são categorizados, caracterizados e classificados de forma que se tenha uma definição clara do papel, interesses, conflitos e alianças de cada um para, posteriormente, definir o relacionamento destes nos espaços de interações.

Para o processo de identificação e análise dos atores e dos espaços de interações, utilizou-se como metodologia (detalhada no capítulo: “Métodos e técnicas na condução do conflito”) um modelo técnico-participativo baseado em:

- contatos diretos, consultas e vivência do processo;
- levantamento de estudos e informações técnicas relacionadas com a temática em questão;
- entrevistas direcionadas em profundidade (temas dissertativos) com personalidades locais com influência histórica e/ou com visão sistematizada do contexto de desenvolvimento local;

¹ ASSAD et al., 2006, e ASSAD, 2002.

- processos técnico-participativos baseados em oficinas por grupo de atores previamente identificados.

Ressalta-se que a interpretação do conflito está baseada em informações oficiais, fatos e acontecimentos, bem como no papel formal e no posicionamento e percepção de cada um dos atores no processo.

Inicialmente define-se o processo de desenvolvimento local a partir de um conjunto de informações e uma análise de sustentabilidade, caracterizando os espaços de interação e relacionamentos. Por sua vez, o espaço é descrito quanto às dimensões físico-geográfica, socioambiental, econômica e político-institucional na qual o conflito está inserido, e os principais motivos, causas e vetores de conflitos existentes, com o intuito de uma melhor identificação do posicionamento dos grupos de atores e seus relacionamentos. A partir desta fase de caracterização inicial, são construídos os mapas de interações e relacionamentos, valendo-se de representações gráficas da influência, posicionamento e interações (alianças e conflitos) de cada ator na temática em questão.

Em seguida são apresentados e descritos os principais atores do processo de desenvolvimento local, categorizados e caracterizados de forma a se obter um “retrato” inicial das posturas, identidades e interações pertinentes a cada ator ou categoria de atores, e uma avaliação dos espaços de diálogo formais e informais existentes.

Nesse caso, os principais atores sociais identificados foram analisados, caracterizados e categorizados em quatro grandes grupos para uma melhor compreensão, visto o número bastante elevado de agentes, instituições e setores envolvidos, e a convergência que alguns mostraram entre si. Relacionamentos internos de cada categoria foram considerados e destacados quando oportunos para o modelo.

É mister mencionar que, dependendo da temática (espaço específico), das tendências, do momento e dinâmica do processo, essa classificação é suscetível de se alterar, criando um novo “extrato” da dinâmica social.

Objeto do conflito socioambiental

Dentre as diversas definições citadas anteriormente, podemos destacar que um conflito pode ser definido como um agente transformador, que busca satisfazer os interesses dos envolvidos ou os objetivos considerados incompatíveis. Por outro lado, o conflito também pode ocorrer quando dois ou mais atores não estão de acordo com a distribuição de recursos materiais ou simbólicos vinculados a questões de poder, ou ao controle, uso e acesso dos recursos naturais e do ambiente. O conflito também ocorre quando a natureza ou seu uso tem diferentes significados para diferentes grupos de pessoas, ou seja, um produto dos diferentes significados, percepções e interpretações que as pessoas envolvidas transparecem nas ações e nos eventos.

Nesse trabalho, a comunidade de Canabrava, assim como outras comunidades de agricultores no norte de Minas, sente-se prejudicada pela introdução dos plantios de eucalipto por diversas questões socioambientais. Segundo Fanzeres (2005), no norte de Minas Gerais, a comunicação falha existente entre as empresas de plantio de eucalipto e os atores locais conduz ao agravamento de conflitos socioambientais nessa região.

A região do norte de Minas é conhecida através de movimentos de ONGs, como o exemplo dos impactos negativos da implantação dos plantios de eucalipto, principalmente devido às condições socioeconômicas da população rural, isolada em pequenas localidades, sem estradas asfaltadas, transporte inadequado, serviços de saúde e educação precários. A principal alternativa econômica que existia para a população rural masculina era migrar para trabalhar nas colheitas de café e da cana de açúcar em São Paulo. No entanto, devido à falência destas culturas e adoção de técnicas modernas que dispensam a necessidade de grande quantidade de mão de obra, essas oportunidades se tornaram escassas. Como consequência, essa população rural, prejudicada social e economicamente, está atualmente em busca dos meios de retorno à terra para garantir sua subsistência, retrata Fanzeres (2005) em seu estudo.

Ainda, segundo Fanzeres (2005), muito semelhantes são as características e os problemas enfrentados na relação entre a comunidade de

Canabrava e a empresa com as questões socioambientais que ocorrem nos municípios onde essa empresa atua. Dentre essas questões o autor destaca no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1. Problemas enfrentados pelas populações e municípios onde a empresa atua

Características e problemas socioambientais nos municípios onde a empresa atua (FANZERES, 2005)

- Existem várias comunidades pequenas e rurais localizadas em áreas vizinhas às plantações da empresa
- A agricultura e pecuária de larga escala são as principais atividades econômicas dessa região, enquanto as pequenas propriedades estão enquadradas como criadoras de gado de pequena escala e agricultura de subsistência
- Existem vastas áreas ocupadas por plantações de árvores estabelecidas de 20 a 30 anos atrás por meio dos incentivos do Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset), mas muitas destas áreas foram abandonadas
- Existem disputas, principalmente na região norte do estado, em relação aos direitos de acesso e uso de água
- Os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) são os mais baixos do Brasil
- Existiram inúmeros casos de trabalho escravo e trabalho infantil, no município de Bocaiúva, onde a empresa atua, a Fundação Abrinq publicou depoimentos de crianças trabalhando em carvoarias (FANZERES, 2005)
- Os salários são baixos e as condições de trabalho inadequadas, particularmente em relação à saúde e segurança e não são respeitados os direitos trabalhistas
- A infraestrutura local é deficiente, incluindo estradas, escolas, programas de saúde governamentais, coleta de lixo, serviços de esgoto e água etc.
- Carência de assistência técnica aos pequenos produtores

Fonte: Elaboração dos autores

Segundo Fanzeres (op. cit.), no relatório de certificação florestal, durante as audiências públicas do processo de certificação da empresa com a presença de representantes das comunidades locais, realizadas em Curvelo e Montes Claros (24 e 29 de setembro de 2003), algumas questões referentes aos impactos do monocultivo de eucalipto foram levantadas pelos avaliadores da certificadora. Essas questões ainda estão presentes na relação da empresa com a comunidade de Canabrava que podem ser con-feridas no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2. Impactos do monocultivo de eucalipto levantados na audiência pública para certificação florestal da empresa do Conselho de Manejo Florestal FSC Brasil, 2002 (adaptado de FANZERES, 2005)

Questões levantadas pelas comunidades em geral	Argumentos da empresa
<ul style="list-style-type: none"> – A monocultura do eucalipto seca o solo 	<ul style="list-style-type: none"> – Outros tipos de uso da terra também chegaram ao Cerrado junto com o eucalipto, principalmente a agricultura irrigada na bacia do rio Riachão – Estão sendo conduzidos projetos junto com as universidades Unileste e Ufla para a recuperação da mata ciliar e aumento da captura de água
<ul style="list-style-type: none"> – A população carece de informações sobre as práticas de manejo florestal conduzidas pela empresa – A empresa deveria abrir suas instalações para visitas 	<ul style="list-style-type: none"> – A empresa possui canais de comunicação com o público em geral, por meio de supervisores e gerentes na base de Curvelo – A empresa tem se comunicado com os vizinhos e outros atores por meio de cartas, visitas, panfletos e brochuras – Quanto às visitas, a empresa comunicou durante estas audiências públicas o número do telefone a ser utilizado para agendamento de visitas; mas os certificadores perceberam que havia ainda necessidade de melhoria dos mecanismos sendo utilizados

Questões levantadas pelas comunidades em geral	Argumentos da empresa
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de parceria da empresa para promoção de projetos culturais 	<ul style="list-style-type: none"> - A empresa irá levantar mais informações para considerar a colaboração com os mesmos
<ul style="list-style-type: none"> - Plantios de eucalipto expulsam a fauna silvestre 	<ul style="list-style-type: none"> - A empresa alega que vem conduzindo com a UFMG estudos de monitoramento de pássaros, mamíferos e abelhas nativas em sua propriedade - Os resultados apontam para um grande número de espécies habitando a região, como 23 de médios e grandes mamíferos, dos quais, nove são espécies ameaçadas de extinção; e que 293 espécies de pássaros foram registradas, sendo 6 ameaçadas, entretanto, essas informações deveriam ser divulgadas para contribuir em programas de educação ambiental na região - Estes dados foram utilizados para justificar que as espécies da fauna nativa estão buscando abrigo nas áreas da empresa - A pesquisa com abelhas nativas demonstra que não houve grande impacto nas populações destes insetos ao longo de dois anos de monitoramento
<ul style="list-style-type: none"> - Plantios de eucalipto causam impactos negativos devido à poluição com pesticidas e que as iscas para formigas utilizadas pela empresa têm causado mortandade de peixes e que a empresa utiliza pulverização aérea de herbicidas 	<ul style="list-style-type: none"> - A empresa vem trabalhando na otimização do uso de produtos químicos e que tem, por exemplo, utilizado controle biológico contra o ataque de lagartas; e que não utiliza produtos que não sejam autorizados no estado de Minas Gerais; a empresa reconhece o uso de aplicações aéreas de pesticidas e fertilizantes, mas declara que para o primeiro caso não é rotina; mas os certificadores concluíram que vizinhos e a comunidade têm que ser propriamente informados dessas práticas
<ul style="list-style-type: none"> - A empresa deve apoiar projetos na área ambiental que tirem proveito do grande potencial humano da região 	<ul style="list-style-type: none"> - A empresa responde que já apoia projetos na região

Questões levantadas pelas comunidades em geral	Argumentos da empresa
<p>– O desmatamento do Cerrado; o desaparecimento de frutas que eram importantes para as comunidades, levando-as a migrarem para as cidades; o eucalipto não é adaptado para o Cerrado devendo ter sua área de plantio reduzida para que os mananciais de água retornem</p>	<p>– A empresa retirou os cultivos da cabeceira do rio Canabrava, limpou a área e vai mantê-la sem plantios para que a nascente possa se recuperar</p>
<p>– A empresa ocupa terras públicas e a comunidade cobra a apresentação de documentação que prove o contrário</p>	<p>– A empresa declara que todas as suas terras têm títulos legais e que em janeiro de 2004 lançou um comunicado público sobre o assunto</p>
<p>– Questionam o porquê de uma empresa alemã estar plantando eucalipto no Brasil, e salientam que a empresa deveria ir plantar na Alemanha</p>	<p>– A empresa responde dizendo que atua de acordo com a legislação brasileira</p>
<p>– A situação dos trabalhadores piorou já que as empresas prestadoras de serviços não têm que obedecer ao acordo da certificação florestal e se recusam a assinar os contratos</p>	<p>– Os certificadores argumentam que durante suas visitas não foram levantadas queixas de outros trabalhadores, e que a situação tem melhorado com as empreiteiras provendo cesta básica, café da manhã, uniformes e transporte aos trabalhadores</p> <p>– A empresa complementa que está tentando trazer a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg) para as negociações, mas no caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva, não há apoio para esta iniciativa</p> <p>– A empresa também declara que as empreiteiras é que devem tomar a iniciativa de melhoria das condições de trabalho de seus funcionários e que seu poder de interferência é limitado</p>

Questões levantadas pelas comunidades em geral	Argumentos da empresa
<ul style="list-style-type: none"> – O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva denunciou que o transporte dos trabalhadores não é seguro – Os trabalhadores ganham passes. Com isso, a empresa não paga o tempo de deslocamento da cidade até as áreas das plantações. A empresa é cobrada pelos trabalhadores a agir como as demais empresas – que registram salário mínimo, mas pagam a produtividade incluindo o deslocamento dos trabalhadores 	<ul style="list-style-type: none"> – A empresa alega que são utilizados ônibus e vans para transporte dos trabalhadores e que tem um sistema de monitoramento disso; a denúncia feita pelo STR de Bocaiúva relaciona a empresa a um esquema montado por uma companhia de turismo da cidade que detém a concessão exclusiva da prefeitura para transporte de pessoas nas comunidades adjacentes e assim registrou uma linha de ônibus que atende aos trabalhadores da empresa – A empresa se negou alegando que cumpre a legislação do trabalho; a certificadora declara que monitorou o processo e não encontrou problemas

Fonte: Elaboração dos autores

No caso específico do conflito socioambiental entre a comunidade de Canabrava e a empresa, foi elaborada uma tabela, baseada em informações secundárias e coletadas durante entrevistas e oficinas participativas com atores envolvidos nesta intervenção, apresentando algumas questões levantadas sobre as **origens do conflito** entre essa comunidade e a empresa em relação ao acesso e disponibilidade de recursos diversos e problemas socioambientais.

Origens e vetores do conflito entre a empresa e a comunidade de Canabrava, de acordo com os relatos das entrevistas e das oficinas por grupo de atores, realizadas entre julho e agosto de 2007

Sobre a madeira

a.1) Comunidade de Canabrava:

- Pessoas de fora da comunidade roubam eucalipto da empresa com caminhões

a.2) Empresa:

- Roubam lenha na fazenda da empresa
- Existe roubo de eucalipto de larga escala por um grupo organizado, a polícia está investigando, mas há pessoas da comunidade envolvidas

b.1) Comunidade de Canabrava:

- A comunidade utiliza refugos de madeira não usada pela empresa inclusive para cozinhar, pois não têm outra possibilidade

b.2) Empresa:

- Existe roubo de lenha em pequena escala praticado pela comunidade
-

Sobre o direito de ir e vir e a presença de seguranças na fazenda da empresa

a.1) Comunidade de Canabrava:

- Agricultores cercados pelo plantio de eucalipto são privados de seu direito de ir e vir em Canabrava pelos seguranças da empresa
- Existem seguranças que realizam vistorias nos moradores da comunidade ao passar pela fazenda da empresa
- Outro problema é o carvão e os guardas armados que têm que saber o que cada um está fazendo nas áreas da empresa
- As pessoas já não podem circular sem ser incomodadas pelos seguranças da empresa. Antes não tinha guardas, a gente caminhava livremente. Após o assassinato, tiraram os seguranças da área, por isso, neste momento, vocês não estão vendo eles
- A comunidade de Canabrava vive numa situação de opressão velada. As pessoas pensavam em não mandar mais os filhos para a escola para não ser abordados pelos seguranças da empresa

a.2) Empresa:

- Para evitar roubo de madeira na propriedade, foi contratada uma empresa de segurança legal que atua na fazenda
- A entrada nas áreas de plantações da empresa é declarada de acesso livre, mas atividades como a coleta de lenha é proibida, tendo como justificativa da empresa o risco para sustentabilidade das plantações e de sua produção, mas a empresa deveria diagnosticar esta demanda na região e agir de forma pró-ativa para atendê-la

b.1) Comunidade de Canabrava:

- Agricultores cercados pelo plantio de eucalipto são privados de seu direito de ir e vir em Canabrava pelos seguranças da empresa
- Existem seguranças que realizam vistorias nos moradores da comunidade ao passar pela fazenda da empresa
- Outro problema é o carvão e os guardas armados que têm que saber o que cada um está fazendo nas áreas da empresa
- As pessoas já não podem circular sem ser incomodadas pelos seguranças da empresa. Antes não tinha guardas, a gente caminhava livremente. Após o assassinato, tiraram os seguranças da área, por isso, neste momento, vocês não estão vendo eles
- A comunidade de Canabrava vive numa situação de opressão velada. As pessoas pensavam em não mandar mais os filhos para a escola para não ser abordados pelos seguranças da empresa

b.2) Empresa:

- Para evitar roubo de madeira na propriedade, foi contratada uma empresa de segurança legal que atua na fazenda
- A entrada nas áreas de plantações da empresa é declarada de acesso livre, mas atividades como a coleta de lenha é proibida, tendo como justificativa da empresa o risco para sustentabilidade das plantações e de sua produção, mas a empresa deveria diagnosticar esta demanda na região e agir de forma pró-ativa para atendê-la

Sobre os recursos hídricos

a.1) Comunidade de Canabrava:

- O rio Canabrava e as nascentes na comunidade estão secando

- A comunidade de Canabrava está com água escassa. Tinha muita água, tinha cachoeira muito bonita, mas secou, foi culpa da firma empresa que tirou a mata nativa e plantou eucalipto.
- Antes (há 20 anos) tinha uma diversidade muito grande de fauna e flora, depois da empresa os cursos do rio secaram, tinha cachoeira, hoje acabou tudo, os cursos dos rios estão assoreados
- Entre as causas do conflito se encontra a falta de água. A única coisa que restou após a chegada da empresa é a comunidade, mas a falta de água inviabiliza a vida da comunidade

a.2) Empresa:

- A empresa não planta mais eucalipto próximo à nascente do rio Canabrava, e pretende futuramente reflorestar o local com espécies arbóreas nativas
- A empresa irá ajudar a colocar mais um poço artesiano na comunidade, um geólogo já esteve presente no local, estudando a localização do poço

b.1) Comunidade de Canabrava:

- O rio Canabrava e as nascentes na comunidade estão secando
- A comunidade de Canabrava está com água escassa. Tinha muita água, tinha cachoeira muito bonita, mas secou, foi culpa da firma empresa que tirou a mata nativa e plantou eucalipto
- Antes (há 20 anos) tinha uma diversidade muito grande de fauna e flora, depois da empresa os cursos do rio secaram, tinha cachoeira, hoje acabou tudo, os cursos dos rios estão assoreados
- Entre as causas do conflito se encontra a falta de água. A única coisa que restou após a chegada da empresa é a comunidade, mas a falta de água inviabiliza a vida da comunidade

b.2) Empresa:

- A empresa não planta mais eucalipto próximo à nascente do rio Canabrava, e pretende futuramente reflorestar o local com espécies arbóreas nativas
- A empresa irá ajudar a colocar mais um poço artesiano na comunidade, um geólogo já esteve presente no local, estudando a localização do poço

Sobre o Cerrado e seus recursos naturais, como os frutos

a.1) Comunidade de Canabrava:

- Utilizam o Cerrado para extrativismo, inclusive para a lenha e frutos silvestres (pequi, paná, etc.)
- O problema foi a empresa ter desmatado tudo
- A perda da biodiversidade: Os animais estão desaparecendo. Já quase não tem tatu canastra, nem cutia, nem rondino (tamanduá bandeira). Antes a gente fazia doce com os frutos do Cerrado, tinha pequi, mangaba, paná. Hoje não tem mais Cerrado, nem lenha para cozinhar
- O Cerrado ficou escasso na região e seus recursos esgotados, devido ao desmatamento para plantio de eucalipto. Assim, eles (a comunidade) querem ter acesso às áreas de vegetação nativa para extrativismo
- Entre as causas do conflito se encontra a destruição do Cerrado

a.2) Empresa:

- A empresa cumpre as leis ambientais brasileiras, o IEF fiscaliza tudo o que fazemos
- As áreas já estavam desmatadas quando o cultivo foi instalado, além disso, existem cerca de 20.221,91 hectares de áreas de preservação permanente (APP) e 35.888,81 de reserva legal averbada, de um total de 184.221,71 hectares da área total das propriedades da empresa, também descrito no Balanço Social e Ambiental da empresa, 2006
- A empresa aumentou consideravelmente seus investimentos ambientais. Em 2006, 6,2% do faturamento foram destinados a programas e projetos de melhoria ambiental, totalizando R\$ 5,954 milhões (descrito também no Balanço Social e Ambiental, 2006)
- A cada dois hectares de plantio de eucalipto a empresa preserva um hectare de fragmento nativo

Sobre a presença de enxurradas

a.1) Comunidade de Canabrava:

- Ocorrem enxurradas nas propriedades vizinhas às áreas da empresa
- Ocorreram assoreamentos dos córregos e áreas de plantio na comunidade, devido a gradagem durante o plantio da empresa. O rio está secando pelo assoreamento, as nascentes estão entupidas. A empresa

fez barragens de contenção das enxurradas após o assassinato, mas a comunidade não ficou satisfeita

a.2) Empresa:

- Foram construídas bacias de contenção

Sobre questões de trabalho e geração de renda

a.1) Comunidade de Canabrava:

- As *condições de trabalho* das empreiteiras e terceirizadas da empresa são *precárias*
- A falta de emprego: Dão serviço para o povo de fora e não para a Comunidade
- A comunidade salientou que não tem oportunidade de emprego. O desemprego é uma grande preocupação para a Comunidade
- No princípio, a empresa deu emprego às pessoas, mas depois foi afastando da gente
- Quando chegou, tinha 3.000 pessoas da comunidade trabalhando com eles. Hoje são 200. Tudo foi terceirizado e trazem pessoas de lá fora para fazer os trabalhos
- Entre as causas do conflito se encontram: a falta de trabalho, a falta de emprego. Antes, a comunidade tinha trabalho; não tinha emprego, mas pelo menos tinha trabalho. Trata-se de um caso de grave violação dos direitos humanos da Comunidade

a.2) Empresa:

- A firma veio fazer cadastro dos moradores que pretendem empregar-se para passar para outra firma nesse caso uma empresa terceirizada. Houve cadastramento, para questão de emprego, para disponibilizar aos empreiteiros, a medida que o pessoal vai saindo, alguém da comunidade entra
- Existe um projeto de geração de renda por meio da apicultura onde a empresa, junto a parcerias com outras entidades, realiza o treinamento e capacitação para associações de apicultores: O projeto de apicultura, feito em parceria com a Casa de Mel e a Emater, foi muito bem aceito. No primeiro curso de treinamento só tínhamos oito pessoas, no segundo curso, após a primeira coleta, foram muitas mais. A feirinha também deu certo

Sobre adubos e fertilizantes

a.1) Comunidade de Canabrava:

- A utilização indiscriminada de adubos e fertilizantes (como ureia) pela empresa. *A empresa pulveriza agrotóxicos com qualquer vento e em qualquer horário, sem controle, deixando o veneno cair nas propriedades dos agricultores e na água das pessoas e do gado*

a.2) Empresa:

- Em 2006, a empresa utilizou materiais de fertilizantes cerca de 39.292.229 kg e de agrotóxicos 111.839 lt e 138.825,4 kg (descrito no Balanço Social e Ambiental, 2006)

Sobre questões de vizinhança

a.1) Comunidade de Canabrava:

- Há uma grande proximidade das propriedades dos agricultores com o plantio de eucalipto

Empresa: -----

Sobre o cumprimento de leis

a.1) Comunidade de Canabrava:

- A empresa vem desrespeitando a legislação brasileira e alguns dos tratados internacionais

a.2) Empresa:

- A empresa cumpre todas as leis brasileiras, possui certificação ISO 14000 e prêmio de responsabilidade social

Sobre diálogo entre a comunidade e a empresa

a.1) Comunidade de Canabrava:

- *A falta de diálogo efetivo entre a comunidade e a empresa: Existem reuniões (com a empresa), mas não somos realmente ouvidos. Falar com a empresa e falar com uma pedra é a mesma coisa*

a.2) Empresa:

- O IABS diz que quer criar “espaços de diálogo” entre as empresas e os moradores da Comunidade, mas isso não é necessário no caso da empresa, que ela *já tem diálogo com a comunidade*
-

A Figura 6 apresentada a seguir sintetiza as questões levantadas pelos atores envolvidos durante as entrevistas e as oficinas participativas, relacionadas ao conflito socioambiental entre a comunidade de Canabrava e a empresa.



Figura 6. Síntese das questões levantadas pelos atores envolvidos relacionadas ao conflito socioambiental entre a comunidade de Canabrava e a empresa (ASSAD, et al. 2007).

Durante a Oficina Participativa por Grupo de Atores do Poder Público foram expressas as visões dos representantes sobre as origens desse conflito socioambiental entre a comunidade de Canabrava e a empresa. Essas visões estão relatadas a seguir como complementação às informações fornecidas pela comunidade.

Origens e vetores do conflito segundo oficina participativa por grupo de atores do poder público, realizada em agosto de 2007

Dificuldades climáticas e geográficas da região

- Estamos tendo agora três meses continuados de seca, o que destrói as plantações e põe o gado em perigo. Os produtores não podem fazer barragens para irrigar suas plantações. Hoje o rio secou, não tem mais um pingo de água, mas quem degradou não foi só a empresa florestal. Sem água, os produtores não podem plantar mais um pé de nada.
- Minas Gerais é grande como um país e as decisões só se tomam na capital, sem ter em conta a realidade das áreas rurais com suas dificuldades climáticas e de baixa renda.

Sensação de insatisfação, isolamento e injustiça na comunidade

- A comunidade se sente encurralada e isolada dentro da propriedade da empresa, já não tem oportunidades. Só não reclamam mais por falta de informação sobre seus direitos.
- As pessoas estão jogadas pelos cantos da propriedade da empresa. Sem terra e sem água, não podem sobreviver. A insatisfação com a empresa existiu e existe, pois a empresa continua dando trabalho a pessoas de fora da comunidade.
- A empresa florestal é tida como um coronel na região. Ela é vista como alguém injusto, que leva tudo e não contribui em nada na vida da comunidade. Só terceiriza e demite, não ajuda nem para fazer a cerca de uma pequena propriedade.
- A insatisfação e a falta de oportunidades fizeram com que alguns produtores caíssem na tentação de aceitar as propostas de carvoeiros vindos de fora, que visitavam aos agricultores pela noite oferecendo dinheiro em troca de carvão ilegal. Antes, o roubo não existia. Se os agricultores tivessem tido incentivos, essa situação nunca teria existido.

Falta de informação e formação da população da “comarca”

- A grande quantidade de pessoas analfabetas faz com que os moradores não saibam como se registrar na Cooperativa Nacional de Apicultura (Conap) para legalizar suas atividades. Para o pequeno produtor tudo é mais difícil, pelos entraves e a falta de conhecimento e acaba cometendo ilegalidades até involuntariamente. Oitenta por cento da população da comarca desconhece a legislação sobre o uso dos recursos hídricos.

Cultura ancestral do extrativismo sem restrições

- Existe uma herança cultural, que muitos moradores receberam de seus antepassados, que é o costume de usufruir o que é mais fácil, o que está na mão, mesmo tendo pleno conhecimento de que isso é ilegal. É assim como se desmata ou se queimam aroeiras para fazer carvão para as famílias, sem se importar com a ilegalidade ou com a degradação do meio ambiente.

Cultura da impunidade

- Às vezes, para algumas autoridades é difícil multar pelo roubo do carvão uma família com cinco filhos que não tem como pagar.
- A Polícia Ambiental cobra multas administrativas por plantar na beira do rio, e o produtor tem a opção de pagar, parcelar ou apresentar um recurso sem ter que pagar até a resolução do caso. O problema é que não pagam e nada acontece. Durante muito tempo, a Polícia Ambiental fazia relatórios sobre ilícitos, mas não tinha justiça.
- Hoje, aqui, em nosso município, degradar o meio ambiente é vantajoso. Por isso, mesmo penalizando a degradação ambiental, as aroeiras seguem sendo cortadas.
- Existiu na região uma ausência do poder público, especialmente nos anos 2000 e 2001. Nessa época, os inquéritos não passavam à Promotoria e a Polícia Civil nem aparecia. Face à sensação de impunidade, algumas pessoas começaram a ficar mais audaciosas com o furto de lenha e a produção ilegal de carvão. Atualmente o Ministério Público de Bocaiúva está recebendo inquéritos acumulados desde o ano 2000 vinculados a problemas na comunidade, que estavam acumulados e sem resolução.

Rede ilegal de compra de carvão

- Tem pessoas que pegam lenha cortada da empresa, que é deixada no local por 30 dias para secar antes de ir para o forno. Muitas pessoas não têm informação e não sabem que é ilegal produzir carvão sem autorização do órgão legal competente. Tem caminhoneiros que compram esse carvão feito em um fornhinho atrás das casas e levam para siderurgias, pagando com notas falsas. Como não tem estoque para encher o caminhão, vão pegando um pouquinho de carvão de cada casa. Com esse sistema, é possível ganhar entre 5.000 e 30.000 reais... a multa, por sua vez, era em 2006 de só 70 reais por metro cúbico de aroeira queimada... dessa maneira, o crime compensa.

Situação fundiária irregular

- Historicamente, muitos produtores têm recebido sua propriedade por herança ou divisão com parentes e amigos, e estão sem documentos da propriedade. Isso dificulta o acesso ao crédito e seu direito ao financiamento. Oito de cada dez propriedades dos moradores de Canabrava são pequenas.

Falta de coordenação e integração entre órgãos públicos

- A Polícia Ambiental precisaria trabalhar junto com os órgãos ambientais para realizar, não somente tarefas de repressão, como as multas, mas também trabalhos de prevenção de ilícitos ambientais e de educação ambiental.
- Só a partir de 2005 a prefeitura de Guaraciama começou a fazer parcerias com órgãos do governo, como a Emater, para o desenvolvimento da comunidade. Antes, a administração na prefeitura era muito difícil.

Falta de alternativas de renda e de produção

- A empresa contratava pessoal de Bocaiúva e deixava ociosa a mão de obra de Canabrava. Depois do conflito, a empresa começou a facilitar o cadastramento em Canabrava.
- A empresa florestal e outras empresas silvicultoras da região mecanizaram a produção sem integrar as comunidades. Foi uma mecanização brutal, sem incentivos para os moradores. Antes saíam cinco ônibus de Guaraciama com funcionários que trabalhavam na empresa. Hoje só sai um, porém, contrata pessoal de Guaraciama.
- A empresa comprou as terras dos agricultores, e muitos não souberam investir o dinheiro da venda. Ficaram sem nada, perderam qualquer referência.
- Como a monocultura do eucalipto quase não demanda mão de obra, é só plantar e esperar sete anos para cortar, existem poucos empregos para a comunidade.
- A comunidade se acostumou a outro tipo de consumo, não extrativista, como se evidencia na quantidade de lixo gerado na região (caixas de leite, tetrapaks, embalagens de alimentos industrializados etc.). Antes viviam dos frutos do Cerrado, do leite da vaquinha no quintal, hoje não tem mais Cerrado de onde retirar seus alimentos.

- A empresa deveria promover ainda mais parcerias de desenvolvimento com a comunidade, para que não fosse vista só como a autora de um homicídio.
- A Emater está trabalhando em um projeto de apicultura com a empresa. Foram feitas outras parcerias, por exemplo, entre a prefeitura e a empresa, para plantar mandioca, mas não deu certo: do total dos produtores que pegaram o empréstimo do Banco do Brasil, só 2% destinaram o dinheiro à produção de mandioca.
- É muito difícil para uma família com cinco ou seis filhos passar o dia inteiro sem ganhar nada e sem ter ocupação. A dificuldade faz como que algumas pessoas cometam roubos.

6. Trajetória da disputa

Esse breve histórico foi realizado preliminarmente com relatos das entrevistas com atores envolvidos, pois informações secundárias para caracterização desse histórico da região são praticamente ausentes. O histórico da comunidade de Canabrava foi relatado, principalmente, pelos próprios moradores, por meio de uma linha de tempo, elaborada durante uma dinâmica da oficina participativa, onde os fatos (positivos e negativos) da vida da comunidade eram explicados por uma linha cronológica. Neste caso não se buscou uma cronologia exata, apenas uma contextualização dos fatos percebidos ao longo do tempo.

Histórico da implantação dos plantios de eucalipto no norte de Minas Gerais

Os plantios florestais no Brasil ocupam uma área de aproximadamente 5,2 milhões de hectares (0,62% do território brasileiro). A área de silvicultura em Minas Gerais, a maior entre os estados brasileiros, é de 1,17 milhões de hectares (2% do território mineiro e 22,5% do total nacional) (AMS, 2007). Considerando apenas a área plantada de eucalipto, a participação desse estado chega a atingir 50% (AMS, 2004).

Segundo a Associação Mineira de Silvicultura (AMS, 2004), nos últimos sete anos a área anual de reforma das plantações florestais no estado de Minas Gerais cresceu 4,3 vezes, apesar de ser muito inferior à área de colheita anual, estimada em 150 mil hectares. A taxa de crescimento no período 1997-2003 foi de 27,31% ao ano, sendo o eucalipto a espécie mais cultivada (92,9%). Desse total, 80,7% são destinados à produção de carvão vegetal e lenha, e o restante destina-se à produção de celulose. O consumo de carvão vegetal pelo estado mineiro chega a 59,8% em relação aos outros estados do país (AMS, 2004).

A região do norte de Minas é conhecida por ser o maior produtor de carvão vegetal, proveniente dessas extensas áreas de plantio de eucalipto e do Cerrado. Desse carvão vegetal consumido pela indústria siderúrgica para a produção de aço, 53% são oriundos de plantios de eucalipto, configurando-se como importante fonte energética para esse setor.

Segundo Brito (2006), a política florestal no estado de Minas Gerais apresenta origens históricas amparadas em dois pilares: primeiro no desmatamento das matas nativas para expansão da fronteira agropecuária, o abastecimento de madeira para carpintaria e construção civil e, nas proximidades das indústrias siderúrgicas, para a fabricação de carvão vegetal. O segundo pilar, estabelecido por Brito (2006), e mencionado pela AMS (2004), é a política de criação de incentivos fiscais do governo federal, que teve início na década de 1960 até a de 1980. Essa intervenção do Estado teve como objetivo alterar o quadro regional de “atraso”, implantando um novo modelo visando modernizar e desenvolver a região. Além disso, as condições topográficas favoráveis e o baixo preço das terras foram decisivos para a implantação dessas plantações de eucalipto no norte mineiro (AMS, 2004).

Na década de 1960, o programa de incentivo ao plantio de eucalipto utilizou recursos públicos para viabilizar empresas privadas capazes de plantar eucalipto para produção de carvão vegetal destinado às indústrias da siderúrgica mineira e à produção de celulose. Após 30 anos, as regiões ocupadas por esses plantios de eucalipto apresentaram alguns passivos socioambientais, e seus impactos negativos começam a ser visíveis, principalmente para as comunidades rurais vizinhas aos plantios de eucalipto.

Essas terras destinadas para introdução de plantios de eucalipto foram conseguidas principalmente por meio de três modos: a venda de terras públicas para particulares; a concessão de uso por meio de contratos entre o Estado e particulares; e a compra e venda de terras entre particulares (BRITO, 2006).

A comunidade de Canabrava e a chegada da empresa

Segundo um relato de um técnico do CAA: *A comunidade de Canabrava é uma comunidade muito antiga, mais de 200 a 300 anos, conversando com as pessoas antigas da região, e com dados históricos de produção de Bocaiúva, lá era muito rico, plantava-se arroz, cana, feijão. A comunidade tem uma tradição de vida sociocultural muito forte.*

Uma liderança comunitária que atua na região conta sua interpretação histórica da região: *As empresas chegaram na ditadura, há mais de 30 anos, nos anos 1970, as ideias vieram da região de Curvelo. As comunidades acreditavam na ideia do desenvolvimento, na época, assim o sindicato nem ousava falar, pois eram ditos 3.000 empregos diretos que a empresa criou no início em Bocaiúva. A comunidade de Canabrava é tradicional, tem gente com mais de 100 anos. Há 10 anos não tinha uma pessoa que não trabalhava na empresa, depois vieram as máquinas. A comunidade não conhecia poço artesiano, hoje necessita de um, senão, não tem água para beber, hoje tem energia necessária para puxar a água, água fica mais cara do que na cidade. Há uma escassez de água na comunidade e que antes era abundante. Plantavam 3 variedades de feijão (feijão de chuva, de seca e de sorte). Antes da empresa era tudo Cerrado, muito Cerrado e muitas frutas (pequi, panã...), minha avó tinha terras, que seus filhos venderam para os fazendeiros, que venderam para a empresa. Tinha muita água, hoje em dia nem na chuva se consegue plantar, nem cisterna segura a água.*

Entretanto, a delegada de Bocaiúva comenta que *a comunidade vendeu as terras para a empresa e teve emprego na época do plantio do eucalipto.*

Um agricultor complementa, *a empresa desmatou e fez carvão, o povo aprendeu a pegar restos de lenha, fez seus fornhinhos, e começou a fazer também, escondido, então colocaram vigilantes para impedir que se pegasse madeira na fazenda, mas nem a polícia tem o direito de matar ninguém. Antes a comunidade não conhecia o forno. Antes criavam os animais soltos, o engenho funcionava para moer a cana e colhia-se lenha seca para fazer rapadura, tirava madeira de qualquer lugar e ninguém falava nada, tinha um bando de pequizeiro e panazeiro (araticum) dava para fazer uma feira boa, agora restaram apenas nas pe-*

quenas propriedades. O conflito começou há uns 10 anos, quando descobriram o carvão e o forno, uns cinco anos depois veio a firma. A firma tomou conta de tudo, o povo vendeu as terras, pois achavam que o Cerrado não prestava. Assim, a comunidade já pediu para a empresa doar terras para plantar, pois ela tem área boa de terras que produz brejo, uma parte com eucalipto e outras de reserva, onde pegar fruto só se for escondido.

O técnico da Emater salienta algumas transformações socioambientais que ocorreram na região: *Antes (há 20 anos) tinha uma diversidade muito grande de fauna e flora, depois da empresa os cursos do rio secaram, tinha cachoeira, hoje acabou tudo, cursos dos rios assoreados. Na década de 1970, algumas pessoas, testas de ferro, foram comprando terras e direitos de posse das pessoas. Como a vida da população não tem território fechado, essas pessoas que compram as terras, fecharam as terras coletivas, venderam ou deram para a empresa, desmataram e plantaram eucalipto. A entrada da firma desestruturou a vida das pessoas, muitos foram embora. Dizem que lugares que plantavam arroz não dá nem mandioca mais. Como alternativa pegam lenha da empresa.*

Um consultor que realizou um estudo de diagnóstico socioambiental, a pedido da empresa¹ na região da comunidade de Canabrava, apresentou um relato histórico interessante sobre a região:

A chegada das empresas florestais foi um desastre ambiental para a região, havia uma área muito grande de terras devolutas, destinadas pelo governo para essas empresas.

Em um primeiro momento devastaram o Cerrado na década de 1960, e na década de 1970 a 1980 plantaram eucalipto. A chegada do setor florestal foi uma oportunidade para a região entrar no mercado capitalista. A empresa chega posteriormente em algumas regiões, comprando muitas terras e ganhando muitas terras também, aos poucos foram expulsando as comunidades.

No final da década 1990, o boom florestal começa a ser questionado na região; com a mecanização, não se precisava mais de mão de obra local, que não fosse qualificada para operar máquinas.

¹ Documento não disponível e que o IABS não teve acesso durante a realização deste estudo.

Perderam-se terra, secaram-se os cursos d'água, não têm emprego, assim veio a chegada de algumas ONGs e universidades, assim criou-se uma massa crítica na região, como contraponto ao setor florestal, que conseguiu que a empresa ficasse com uma imagem ruim.

Mas as empresas estão abrindo um canal de diálogo com as comunidades que se relacionam, enquanto outras ainda estão atrasadas. Em 2000, as empresas começaram a se adequar, o diálogo que querem fazer é por causa do mercado.

Antigamente a comunidade vivia da caça, da coleta de frutos do cerrado (cagaíta, pitanga), para melhoria da renda, e da agricultura da subsistência. Com a chegada da empresa foram chegando outras empresas (Plantar e Rima), assim a comunidade ficou ilhada e perdeu a noção de território. Veem na madeira um elemento para sobreviver, assim como os frutos.

O quadro a seguir foi elaborado em uma dinâmica da oficina participativa com os moradores da comunidade de Canabrava e apresenta uma linha de tempo histórica da relação entre a comunidade de Canabrava e a chegada da empresa até os dias de hoje, com a descrição dos fatos positivos e negativos e sua cronologia, semelhante a uma linha do tempo com os fatos percebidos.

Quadro 3. Cronologia de fatos positivos e negativos ocorridos em Canabrava, de acordo com a oficina por grupo de atores, realizada com a comunidade em agosto de 2007

Ano	Avaliação	Fato percebido
1950	 Positivo	<p>– A vida era boa. A gente pegava pequi, mangaba, peixe. As mulheres faziam doce com os frutos do Cerrado. Pegávamos lenha sem problema e fazíamos rapadura. As coisas não tinham dono. Tudo era de todos. – Viver nesses anos era beleza: a gente tinha tudo na mão, era aberto.</p> <p>– Quando a Canabrava não tinha chegado a esse modelo de desenvolvimento, a região tinha água, frutos, animais silvestres, Cerrado virgem e muita fartura.</p>

Ano	Avaliação	Fato percebido
1972	 Positivo	– Foi construída a Igreja Nossa Senhora da Conceição Aparecida.
1976	 Positivo	– Chegou a carvoeira, que se instalou primeiro na Fazenda Extrema. No começo era bom, pois deu emprego. – Quando chegou, a empresa florestal deu 3.000 empregos diretos para as pessoas da região.
	 Negativo	– O Cerrado começou a acabar. A situação piorou. Hoje tem extinção de animais silvestres e de plantas da região. – Começou a secagem das nascentes. – Com a chegada da empresa começou a perda da cultura local, os nomes locais mudaram.
1980	 Positivo	– Foi construído um posto de saúde em Guaraciama. Foi bom para todos. – Nessa década começou a construção das estradas.
1986	 Positivo	– Nasceu a escola da comunidade.
1990	 Negativo	– Começa a chegar gente de fora, os “carvoeiros”, que pegam lenha para fazer carvão e vender. A empresa florestal começa a mandar a polícia. – Nessa década começou o êxodo rural por falta de emprego.
1995	 Negativo	– A empresa começou a mandar gente embora. Trouxe máquinas para cortar a lenha e já não precisava da gente. – No final, só ficaram 200 funcionários, tudo foi terceirizado. – A situação vai piorando.
1996	 Positivo	– Teve a emancipação de Guaraciama.
1997	 Positivo	– Começa a circular o ônibus, foi muito bom ter transporte.

Ano	Avaliação	Fato percebido
1997-1998	 Negativo	<p>– As pessoas começaram a pegar lenha, mas eram sobras.</p> <p>– As pessoas pegavam lenha por necessidade: não tinha frutos do Cerrado nem água para sobreviver. – Começa o assoreamento das nascentes após a chegada da empresa. Ficamos sem a água do rio, o que deu problemas para nossa saúde, nossas plantações, nossos animais. – Nesse ano foi construído um poço tubular, um poço artesiano. Começamos a água encanada, antes água era de graça, agora temos que pagar até 10 reais.</p>
	 Positivo	– Foi feita a nucleação das escolas.
1998-1999	 Positivo	– Chegou a luz, foi muito bom.
2000	 Negativo	<p>– Chegou a empresa e a situação ficou péssima: mecanizou ainda mais, terceirizou, ficamos sem Cerrado e sem trabalho. – Começou a privação dos direitos da comunidade pela empresa. – Teve crimes na propriedade da empresa, foram assassinatos de não uma, mas de várias pessoas que apareceram mortas na propriedade da empresa. Até hoje, essas mortes estão sem esclarecimento.</p>
2003	 Negativo	– A empresa florestal contratou guardas armados. A situação piorou com a perda das liberdades da comunidade e a perseguição dos moradores.
2006	 Positivo	– Chegou a Cooperativa Grande Sertão, que está fazendo projetos de agricultura alternativa. – É bom, mas também é muito recente, a cooperativa ainda está fazendo os testes de qualidade dos produtos.

Ano	Avaliação	Fato percebido
2007	 Negativo	<p>– A relação com a empresa piorou, ficou muito ruim. Aconteceu a morte de nosso irmão agricultor, o Antonio.</p> <p>– Em fevereiro o Antonio foi morto na frente da filha. O resto da família estava por perto.</p>
	 Positivo	<p>– Após a morte do Antonio, a comunidade ficou mais mobilizada, mais unida e mais informada sobre nossos direitos. – Hoje a comunidade tem novos conhecimentos graças à visita de entidades que vieram colaborar.</p>

Fonte: Elaboração dos autores

Os principais grupos de atores envolvidos na relação entre a comunidade de Canabrava e a empresa

“Retratos” das posturas e identidades de cada grupo de atores

De um modo geral, e após um levantamento inicial, foram definidos os quatro principais grupos de atores envolvidos no conflito entre a comunidade de Canabrava e a empresa: 1) setor privado, 2) poder público, 3) comunidade de Canabrava, e 4) Terceiro Setor/universidades, conforme apresentado na figura a seguir.



Figura 7. Grupo de atores envolvidos no espaço de diálogo visando ao desenvolvimento local sustentável da região de Canabrava

Para a descrição de cada categoria de atores, primeiramente são apresentadas, de forma resumida, as características gerais de cada grupo de ator dentro do processo, considerando: o posicionamento; visões e percepções; interesses e necessidades; função e peso; recursos; estratégia de ação; e suas relações.

Grupo 1 – Setor privado – A empresa

O Grupo 1, chamado de Setor Privado, inclui vários atores empresariais envolvidos no desenvolvimento local e/ou na produção silvícola da região norte de Minas Gerais, que é precisamente o cenário do conflito entre agricultores familiares da comunidade de Canabrava e a empresa. Esses atores são: Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemig), Associação Mineira de Silvicultura (AMS), Federaminas, FSB Comunicações e as empresas, junto com sua fundação, a Sidertube. A intenção do IABS ao reunir esses atores foi evitar uma bipolarização do conflito (do tipo agricultores vs. empresa) na hora de realizar as reuniões e oficinas entre os diferentes grupos de interesse. Nessa caracterização específica, no entanto, nos focaremos exclusivamente na empresa, que é de fato o ator diretamente envolvido no conflito com os agricultores familiares da comunidade de Canabrava, no município de Guaraciama.

A empresa florestal citada, foi criada em 1969 com o objetivo de suprir o carvão vegetal para a indústria de tubos de aço. Essa empresa pertence, desde 2000, à *jointventure* formada pelas empresas de capital majoritário alemão e um grupo francês (FANZERES, 2005).

A sede da empresa está localizada no município de Curvelo, em Minas Gerais. Essa empresa atua em uma área, distribuída em unidades em 18 municípios do centro-norte e noroeste de Minas Gerais, com 26 fazendas de tamanhos que variam entre 1.000 e 36.000 hectares, totalizando cerca de 240 mil hectares, sendo 140 mil hectares ocupados com plantações de eucalipto, além de 1.219 fragmentos de vegetação nativa, com uma área de 72.865 hectares de cobertura vegetal nativa.

A empresa ainda possui propriedade ou atua explorando eucalipto em propriedades de terceiros nos municípios de Bocaiúva, Coração de Jesus, Diamantina, Francisco Sá, Mirabela, Montes Claros, Paracatu e São João da Ponte (CARRERE, 2003), que não foram incluídos no processo de certificação, devido aos planos de venda destas áreas.

O propósito da empresa é, a partir de reflorestamento de *Eucalyptus spp.*, produzir madeira para carvão vegetal para substituir o uso de carvão mineral na siderurgia da empresa, em Barreiro, Belo Horizonte (MG) e ser autosuficiente na produção de carvão vegetal para a usina. Segundo consta no site da empresa, visto que o carvão vegetal é considerado uma fonte de energia renovável, ele contribui menos para o efeito estufa do que o carvão mineral, já que as florestas plantadas retiram gás carbônico (CO₂) da atmosfera e produzem oxigênio, durante o seu crescimento. Entretanto, a empresa não considera a queima da madeira para a produção do carvão mineral como emissora de gás carbônico (CO₂).

A empresa é certificada na norma ambiental ISO 14.001. Também foi certificada pelo sistema do FSC em 1999 e recertificada em 2004, entretanto, nesse ano de 2007, solicitou o desligamento da certificação ao Conselho de Manejo Florestal, segundo o site da empresa, depois de ocorrida uma morte em uma de suas fazendas.

A empresa cultiva nas áreas de plantio variedades diferentes de eucalipto (*E. camaldulensis*, *E. urophylla*, *E. cloeziana*, *E. citriodora*, *E. grandis* e *E. pellita*). As fazendas são divididas em talhões de, segundo a empresa, 25 hectares em média, cercados por estradas que, em caso de queimadas, servem para impedir que o fogo se alastre. Os plantios originais estão sendo substituídos por mudas clonais, o que garante maior homogeneidade, produtividade e eficiência.

A empresa possui carvoarias próprias instaladas nas fazendas. No Resumo Público (RP) da SGS, empresa certificadora, a empresa mostra que está, gradativamente, substituindo esses fornos por novos modelos maiores e modernos. Em 1998, já haviam sido instalados 300 destes novos fornos. Ao final da produção o carvão é transportado para

a fábrica da empresa, percorrendo uma distância média de 364 km (CARRERE, 2003).

Na busca por reduzir custos e garantir maior lucratividade, uma estratégia utilizada pela empresa foi a automatização do trabalho, com o uso de máquinas para as atividades de extração e transporte da madeira. Uma máquina substitui cerca de 70 motosserristas. A introdução de novos fornos também dispensou muitos trabalhadores. A terceirização das atividades de extração de madeira e produção de carvão também foi adotada como política de redução de custos. Com tudo isso, o número total de postos de trabalho diretos na empresa tem reduzido significativamente desde os anos de 1980. O número de terceirizados supera o número de empregados diretos. Em 2001, dos 2.142 empregados, 672 eram empregados diretos e 1.470 eram terceirizados (segundo o Resumo Público RP da certificação da empresa – SGS Forestry, apud CARRERE, 2003). Segundo esse RP, não existe trabalho infantil na empresa. Adicionalmente, a empresa apoia campanhas contra o trabalho infantil.

Atualmente a empresa mantém suas operações utilizando, em grande parte, a prestação de serviços terceirizados de empreiteira. As disputas trabalhistas entre a empresa e os sindicatos são sobre o valor dos salários pagos pela empresa e sobre o número de empregos criados, sendo que a percepção dos trabalhadores, como descrito no relatório de certificação, é de que as empreiteiras geravam mais empregos locais (FANZERES, 2005).

A empresa está implementando, em todas as fazendas de eucalipto, corredores ecológicos com uma largura de 25 metros e compostos de vegetação nativa. São 500 metros de eucalipto entre um e outro corredor. Estes corredores são um diferencial e uma importante arma de propaganda da empresa, já que ela parece ser a única que os tem, entre as dezenas de outras empresas do mesmo setor ativas em Minas Gerais (CARRERE, 2003).

Segundo uma representante, a empresa não reconhece a presença de conflito, mas relata: *O que há de diferente na comunidade de Guaraciama em relação a outros municípios é um furto de lenha organizado, mas a empresa não tem problemas com a comunidade. No caso da empresa, pode-se conversar com várias pessoas da comunidade, mas não posso negar a realidade, não temos ação para tudo o que é demandado.*

Além disso, a empresa contratou uma empresa de assessoria de comunicação social e marketing, denominada FSB, para contribuir com o diálogo com a comunidade de Canabrava, nos projetos realizados junto à mesma, e com a imagem da empresa para a sociedade de um modo geral.

Grupo 2 – Agricultores familiares: A comunidade rural de Canabrava

A comunidade rural de Canabrava está localizada no município de Guaraciama, na microbacia do rio Canabrava. Uma das propriedades vizinhas à comunidade é a Fazenda Pé de Morro da empresa. Esta fazenda ficou conhecida por ter sido o cenário, em fevereiro desse ano, da morte do agricultor Antonio Joaquim dos Santos, de 32 anos, por um dos seguros de uma empresa terceirizada que presta serviço para a empresa.

A região onde moram os habitantes de Canabrava é uma ampla faixa de transição, entre uma vegetação típica do Planalto Central brasileiro – o Cerrado – e as formações que fazem contato com a Caatinga, vegetação típica do semiárido nordestino. Em função das mudanças de altitude e linhas de drenagem, vão se formando as áreas de dominância, ora o Cerrado ora a Caatinga. Os dois tipos de vegetação se entrelaçam, conformando complexos e variados ecossistemas de transição, as matas secas ou florestas caducifólias em formas diversas.

A ocupação humana desses variados ecossistemas foi ao longo do tempo, através de um processo de coevolução homem/ecossistemas, configurando culturas, agroecossistemas e diferentes formas de organização socioeconômica. O *modus vivendi* dos habitantes da Caatinga (“os caatingueiros”), dos habitantes do Cerrado (“os gerazeiros”), dos habitantes das ilhas e vazantes do São Francisco (“os vazanteiros”), e ainda dos remanescentes de indígenas e quilombos (DAYRELL, 1998) aponta para a presença de uma série de **grupos de populações tradicionais**. Trata-se da convivência de sistemas cognitivos distintos, que Gonçalves (2000) redefine como **as diferentes matrizes de racionalidade**.

Essas diferentes “matrizes de racionalidade” entraram em choque, já na década de 1960, com um novo movimento que buscou integrar a região como produtora de matéria-prima barata – ora com os plantios homogêneos de eucalipto, para produção de carvão e celulose que alimenta os autoforos que aquecem a cadeia do aço e os negócios correlatos a estes; ora com os polos de agricultura irrigada ora a pecuária. A maioria das empresas instaladas nesse movimento tem capitais de origem multinacional. A empresa é um exemplo. Nesse contexto, a maioria dos agricultores locais sobrevive da agricultura de subsistência, criação de animais domésticos (gado e galinha), do agroextrativismo de frutos e lenha do Cerrado. O agroextrativismo está declinando, pois a biodiversidade local encontra-se seriamente ameaçada por culturas homogênicas e por práticas insustentáveis, como o corte de árvores nativas para lenha (por exemplo, de aroeiras, segundo tem informado a polícia ambiental local).

Na comunidade de Canabrava, cerca de uma centena de famílias entrelaçadas ao longo das gerações, encontra-se cercada por plantios de eucalipto de diversas empresas. Segundo a presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais local, a comunidade vive de lavoura de milho, feijão, mandioca, biscoito caseiro e derivados de mandioca, que entregam à Conab. Além disso, atualmente a comunidade enfrenta um grave problema de escassez de água, principalmente no período da seca, recurso antes abundante na região, segundo alguns relatos durante as entrevistas, como também, problemas sociais de desemprego e ausência de geração de renda.

A comunidade possui três associações locais, divididas com base na bacia hidrográfica, Cabeceira, Médio e Barrinha, que foram criadas para buscar projetos comunitários locais, como a implantação de energia e auxílio de “bolsas escola”, e do Programa Fome Zero. Segundo afirmou um dos técnicos do Centro de Agricultura Alternativa (CAA).

A comunidade é percebida pelas localidades vizinhas como possuidora de um alto grau de coesão social e com um forte sentido de identidade. *A comunidade de Canabrava já era muito unida, eles moram lá há muitos anos e são quase todos parentes. Agora, após o assassinato do Joaquim (o agricultor morto a tiro em fevereiro), estão mais fortes e decididos a lutar do que nunca,* relatou ao IABS uma moradora do município vizinho de Bocaiúva.

Rica em lideranças, a comunidade possui ao menos dois tipos de representantes: por um lado, os tradicionais, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais e os membros vinculados a organizações não governamentais, como o Centro de Agricultura Alternativa (CAA) e por outro a Cooperativa Grande Sertão. A missão da cooperativa é organizar a produção de produtos agrícolas artesanais, fazer o beneficiamento e encaminhar o produto ao mercado. Uma das primeiras exigências é a de que os produtos sejam agroecológicos. Para isso, a cooperativa disponibiliza o acompanhamento técnico para capacitação e monitoramento das propriedades. O diferencial dos produtos está na qualidade e na agregação de importantes valores como respeito ao meio ambiente, compromisso social com as populações sertanejas e valorização dos biomas Cerrado e Caatinga (GONÇALVES & SANTA ROSA, 2005). Junto com a Rede Alerta Contra o Deserto Verde (que inclui entre seus membros a Pastoral da Terra e o MST) e a Via Campesina, são lideranças no sentido tradicional. As ações dessas organizações têm conduzido ao estabelecimento quase “natural” de seus representantes como lideranças da comunidade de Canabrava, sobretudo porque são pessoas com maiores vínculos e maior articulação discursiva. Como falou um morador: *Eles (as lideranças do Sindicato, CAA, Cooperativa, Rede Alerta etc. atuantes na comunidade) são bons para a gente, pois sabem falar bonitinho.*

Também existem na comunidade de Canabrava as lideranças que poderiam ser chamadas de “novas lideranças”, como as mulheres dos agricultores e alguns jovens que têm começado a questionar as condições de vida de suas famílias e a falta de opções de educação, cultura, lazer e laborais para eles mesmos. Esse fato foi constatado nas entrevistas de campo e na Oficina Participativa realizada pelo IABS na Fazenda Pé do Morro.

Grupo 3 – Poder público

Os órgãos públicos ainda estão somente indiretamente envolvidos no conflito. Entre essas instituições públicas estão presentes: as prefeituras de Guaraciama e Bocaiúva, a Emater, a Delegacia da Polícia Civil de Bocaiúva, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Ministério Público,

a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, a Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, a Polícia Militar Ambiental, o Conselho de Política Ambiental, entre outros.

A prefeitura de Guaraciama – que surgiu recentemente com a emancipação do município em 1997 – fornece ônibus, assistência médica, educação para a comunidade. Segundo o vice-prefeito entrevistado pelo IABS, *a empresa está dando prejuízos ao município, como a lenha do nosso município vai para outro município, o ICMS vai para essa outra cidade. A empresa tem o ITR e alvará de licença, mas o município recebe muito pouco com isso. A renda do município de Guaraciama é de R\$ 220.000 (cerca de 110 mil dólares) do fundo de participação do município (FPM). Além disso, ele complementa, hoje são poucos trabalhadores do município na empresa.*

A Emater também atua na comunidade com assistência técnica para a produção agrícola, segundo um agricultor da comunidade de Canabrava, *a prefeitura auxilia com gradagem para a comunidade, a Emater arruma sementes (Minas sem Fome), doou muita semente para a horta esse ano, sobrou verdura até para vender cheiro verde, alface, coentro e salsinha.*

Vários atores comentaram o espaço de diálogo aberto entre a comunidade, órgãos públicos, a empresa e organizações não-governamentais da região, por meio de manifestações e uma audiência pública realizada pela Assembleia Legislativa e a Comissão de Direitos Humanos ocorrida após o incidente da morte do agricultor.

O Instituto de Terras de Minas Gerais, responsável pelas questões fundiárias desse estado, tomou conhecimento do conflito por meio de uma denúncia enviada à instituição. Para o diretor do órgão *a solução é compensar com terras e florestas, transferir à comunidade.*

A promotora do Ministério Público de Bocaiúva considera o caso como um problema social. Ela é um ator-chave dentro desse grupo de interesse, já que é jovem e parece ter muita vontade de eliminar a sensação de impunidade reinante na região. Essa vontade de melhorar a situação da comunidade por meio da educação e da legalidade foi expressada por outro ator do mesmo grupo: o Chefe da Polícia Ambiental de Bocaiúva, que

salientou a necessidade de trabalhar junto com os órgãos ambientais para realizar, não somente tarefas de repressão, como as multas, senão também trabalhos de prevenção de ilícitos ambientais e de educação ambiental. Só a partir de 2005 a Prefeitura de Guaraciama começou a ter parcerias com órgãos do governo, como a Emater, para o desenvolvimento da comunidade. Antes, a administração na prefeitura era muito difícil.

Os principais atores do grupo do poder público são:

► **Emater:** A empresa de extensão rural desenvolve projetos de desenvolvimento rural, além de parcerias com a comunidade, consideradas positivas por todos os demais grupos de interesse. Um projeto de apicultura com parceria entre a empresa e a comunidade está dando certo assim como o projeto de doação de sementes para plantio na própria comunidade. Outros projetos não tiveram tanto sucesso, como o da plantação de mandioca com créditos do Banco do Brasil.

► **Secretaria de Agricultura de Bocaiúva:** O secretário é nascido em Bocaiúva e a Secretaria tem potencial para realizar projetos de desenvolvimento junto com outros órgãos do poder público, como a Emater. Suas autoridades reclamam pela falta de recursos e pedem maior atenção por parte do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

► **O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável/IEB:** Não tem tido um papel pró-ativo e não tem funcionários nem técnicos para executar projetos.

► **Prefeitura de Guaraciama:** Trata-se de uma prefeitura nova, de menos de uma década de existência. A comunidade de Canabrava está dentro de sua jurisdição. Tem um evidente interesse em promover o associativismo e as parcerias com a comunidade. O vice-prefeito de Guaraciama trabalhou no passado na empresa e tem experiência sobre como ela funciona.

► **Promotoria:** Após vários anos de inatividade, está tendo um papel positivo, realizando uma autoavaliação e melhorando as respostas aos inquéritos. Pode ser um ator importante em um possível processo de mediação dentro de espaços de diálogos.

► **Polícia Ambiental de Bocaiúva:** Realiza fiscalizações em relação aos crimes ambientais na região de Bocaiúva e pequenos municípios vizinhos.

► **Instituto Estadual de Florestas (IEF):** Com sede em Bocaiúva, é o órgão atuante no processo de licenciamento ambiental dos plantios de eucalipto na região e na fiscalização de crimes ambientais (como por exemplo, as Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal das propriedades rurais). Portanto, é o órgão que realiza avaliações dos processos de licença ambiental para os plantios de eucalipto da empresa na região do município de Guaraciama.

► **ITER:** Em relação ao trabalho escravo, o diretor do Instituto de Terras do estado de Minas Gerais (ITER), que já trabalhou no Ministério do Trabalho, diz: *A empresa florestal foi a primeira que pegamos, funcionava com inúmeros 'gatos': havia cinco subempreiteiras no processo com trabalho escravo. Houve denúncias internacionais, autuamos a empresa, isso em 1993, assim ela acabou com as subempreiteiras e, então, outras empresas começaram a melhorar.*

Grupo 4 – Terceiro Setor e universidades

Atualmente, no Brasil, algumas organizações não-governamentais (ONGs) estão cada vez mais preocupadas com as plantações de eucalipto em larga escala no país. No caso específico do norte de Minas Gerais, existem diversas comunidades e algumas ONGs que realizam denúncias quanto a algumas irregularidades realizadas e mudanças socioambientais causadas pelas implantações das empresas de reflorestamento.

► **CAA:** Uma dessas ONGs é o anteriormente citado Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) que, conjuntamente à Cooperativa Grande Sertão, com sede em Montes Claros, criada há 20 anos, atua com comunidades tradicionais (vazanteiros, geraizeiros, catingueiros, índios e quilombolas) no norte do estado. O papel do CAA é o apoio organizativo, jurídico, político e institucional às comunidades rurais, e elaboração de estratégias de permanência das comunidades tradicionais do norte de Minas no campo, a partir do extrativismo dos frutos do Cerrado e da

conservação do mesmo. Em relação ao conflito, o CAA se posiciona como parceiro, colaborador e a favor da comunidade de Canabrava, e inimiga em relação aos princípios da empresa e contra o plantio de eucalipto na região norte de Minas Gerais. Um técnico entrevistado pelo IABS salientou que *em relação ao conflito, há diálogo, mas não há ligação, somos inimigos. A empresa faz medidas em curto prazo, além de oferecer dinheiro.*

► **CPT:** Uma outra instituição que atua na região é a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Montes Claros (MG) que também trabalha com o apoio político e institucional em comunidades rurais da região. Essa organização originada na Igreja Católica, conhecida por sua defesa dos direitos de terra das pessoas, segundo Carrere (2003), acompanhou o trabalho da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) preparada em 1994 para examinar as atividades das empresas de reflorestamento de eucalipto, incluindo as da empresa, e verificou a existência de trabalho escravo nas propriedades da empresa naquela época. Atualmente a CPT se posiciona contra as empresas de plantio de eucalipto no norte de Minas Gerais e realiza denúncias quanto à ocupação dessas, principalmente em terras públicas arrendadas com a colaboração do estado; ao desmatamento do Cerrado; à monocultura do plantio de eucalipto; e ao secamento dos recursos hídricos, que contribuiu para a existência de diversos conflitos socioambientais no norte de Minas Gerais. Como pode ser observado em relatos dos técnicos da CPT: *A solução é devolver as terras para a comunidade (terras devolutas), não concordamos com esse sistema de desenvolvimento. Aqui não resta mais nada se não o embate (se os trabalhadores estão unidos) contra os latifúndios e as grandes empresas.* Entretanto, na oficina realizada com este grupo de atores, o representante da CPT que participava do encontro afirmou que está aberto ao diálogo, desde que *a empresa tenha propostas concretas.*

► **Cooperativa Grande Sertão:** 2007 é o primeiro ano em que a Cooperativa Grande Sertão atua na comunidade de Canabrava comprando frutos do Cerrado. Trata-se de um primeiro contato, necessário ao estabelecimento de uma parceira, ainda estabelecida informalmente e desconhecida em relação à capacidade de produção desses frutos no local.

Criada com sua estrutura atual em 2003, a Cooperativa trabalha com 700 famílias, em 148 comunidades de 17 municípios do norte de Minas. Os agricultores que trabalham com a Cooperativa são homens e mulheres que cultivam alimentos para o autoconsumo em parceria com suas famílias e comunidades, gerando também excedentes para o mercado. Criam pequenos animais, hortas e roças diversificadas. Lidam no engenho, na casa de farinha, no apiário. Fazem uso de plantas medicinais na cura de suas enfermidades e das dos animais. Fazem uso da biodiversidade do semiárido, manejando as variedades nativas, colhendo os seus frutos, cuidando da multiplicação de suas sementes e também da preservação dos cursos d'água e nascentes. A Cooperativa Grande Sertão participa também das redes de articulação. Junto com outras entidades, contribui na construção de propostas para o desenvolvimento regional, levando em consideração a realidade das populações do semiárido mineiro e suas experiências. Enreda-se para fortalecer e articular lutas e demandas. Os principais parceiros dessas redes são: o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), a Articulação Mineira em Agroecologia (AMA), o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas, a Cáritas, a Articulação do Semiárido (ASA), a Rede Alerta contra o Deserto Verde, a Rede Cerrado e tantas outras organizações comprometidas com o desenvolvimento rural (GONÇALVES & SANTA ROSA, 2005).

► **Rede Cerrado:** Uma outra entidade ligada ao tema é a Rede Cerrado de Organizações Não-Governamentais que luta por imediata adoção de uma moratória para o Cerrado, no sentido de paralisar o desmatamento e a expansão da fronteira agrícola, o reconhecimento constitucional dos biomas Cerrado e Caatinga como patrimônio nacional, criação de Reservas Extrativistas e Assentamentos Agroextrativistas, demarcação imediata de todas as áreas de terra indígena, entre outros.

► **Rede Alerta Contra o Deserto Verde:** É uma articulação que envolve mais de 100 entidades de movimentos sociais (como o Movimento de Trabalhadores Sem Terra/MST e a Pastoral da Terra), lideranças locais e representantes de populações tradicionais dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro. Mesmo se não foi mencionada como um ator diretamente envolvido no conflito por ne-

nhum dos grupos de interesse consultados pelo IABS, foi a Rede quem enviou à imprensa a notícia da morte do agricultor Antonio Joaquim dos Santos, da comunidade de Canabrava, alertando ao Terceiro Setor do Brasil e internacional sobre o conflito entre os pequenos produtores e a empresa. Mesmo se a Rede não parece ter contatos diretos frequentes com a comunidade, sua enorme capacidade de articulação e de comunicação a converte num potencial interlocutor que garante o vínculo entre os agricultores e o resto do mundo. Suas ações permitem reduzir a assimetria de poder existente entre a comunidade de Canabrava (isolada, integrada por moradores geralmente analfabetos ou com pouca instrução) e a empresa, uma empresa multinacional com poderosos vínculos locais e internacionais.

► **FSC Brasil:** O FSC (órgão de certificação ambiental florestal, filial no Brasil do FSC internacional) realizou uma visita técnica na região do conflito após o incidente da morte na fazenda da empresa. Um de seus representantes afirmou que *existem pessoas que têm uma posição e outras que são influenciadas por esse discurso, existe uma relação entre pessoas e movimentos sociais. A equipe da empresa que trabalha na comunidade, não responde à realidade e aos anseios da comunidade.* O FSC realizou uma reunião com a comunidade Canabrava, cujo coordenador salientou que *foi mencionado na reunião com a comunidade de Canabrava, que ninguém dali trabalha na empresa; as áreas frágeis, como nascentes e veredas, estão sendo destruídas, o que prejudica o rio Canabrava; existem queixas contra as empreiteiras e terceirizadas em relação às condições precárias de trabalho.* Ao respeito, vale salientar que os moradores contaram mais tarde ao IABS que tinham ficado desapontados com o FSC, já que eles esperavam algum tipo de seguimento ou de ação posterior ao diagnóstico, o que segundo eles nunca aconteceu. *O FSC sumiu,* diz uma liderança sindicalista na Oficina Participativa com a comunidade de Canabrava. O órgão também realizou uma reunião com a empresa, onde *foi levantado que ela tem consciência que algumas pessoas da comunidade estão relacionadas com o roubo em grande escala e que as empresas teriam que ter um espaço para resolução de conflito, segundo os princípios da certificação.* No entanto, após oito anos da certificação ambiental da empresa, as pessoas da comunidade não conheciam a certificação por falta de educação sobre o

assunto. Os trabalhos sociais feitos pela empresa não tiveram resultados, o diálogo entre eles é fraco (somente por duas pessoas que trabalham). Além disso, o FSC expressou que a empresa deve dar aos seus trabalhadores e aos terceirizados os mesmos direitos. O coordenador da FSC Brasil entrevistado pelo IABS conclui em sua entrevista que *faltou habilidade da empresa para dialogar com a comunidade; a alternativa quem vai dar são os moradores.*

► **Universidades / Instituições de ensino, pesquisa e extensão:** Há universidades na região, como a Unimontes, que atuam em pesquisas, principalmente sociais, na comunidade, sobre esse tipo de conflito no norte de Minas Gerais. A UFMG realiza pesquisas científicas nas propriedades da empresa, enquanto o grupo de extensão universitária NASCer, da mesma universidade, contribui com as comunidades rurais da região. Outras universidades também são financiadas pela empresa para realizar pesquisas e levantamentos ambientais nas áreas da empresa, como, por exemplo, a UFLA, a UFV, a Unileste e a Fundação Santo Agostinho.

A Unileste/Centro Universitário do Leste de Minas Gerais realiza o monitoramento da água na região de Bocaiúva, já a Universidade Federal de Lavras desenvolve o monitoramento da flora do Cerrado nas fazendas da empresa. A UFMG, especificamente o Instituto de Ciências Biológicas, realiza por intermédio de um convênio com a empresa um monitoramento da fauna nas mesmas fazendas.

Um estudo de monitoramento dos impactos socioambientais existentes e do relacionamento com as comunidades do entorno em áreas de atuação da empresa foi feito por um convênio estabelecido entre a empresa e a Fundação Santo Agostinho, em Montes Claros. Uma professora da Unimontes (Universidade de Montes Claros) realizou uma dissertação sobre esse tipo de conflito socioambiental e seus impactos gerados na região (BRITO, 2006), e em conjunto com outro professor que atua junto ao CAA, estes consideraram: *A monocultura do eucalipto é uma questão fundamentalmente fundiária e socioambiental (as comunidades estão encurraladas e os recursos foram reduzidos, não têm mais direitos sociais, civis e socioambientais).*

Existem academias com discurso florestal na região, como as universidades de Lavras e Viçosa, com discursos tecnológicos e lidando com

problemas de manejo do eucalipto, com os corredores ecológicos e o espaçamento entre as mudas. Foi realizado em maio de 2007, na Unimontes, um seminário sobre monocultura de eucalipto/pinus e conflitos socioambientais no norte de Minas Gerais. Participaram, entre outras instituições, CAA, Unimontes, UFMG, Fase-ES e FEAD. Segundo um professor da Unimontes, existem dois macrocampos de estudo: 1) do estado e das empresas, e 2) das comunidades, organizações populares e organizações internacionais. Segundo o professor, uma solução para o conflito entre os agricultores e a empresa seria abrir mão de 2.000 hectares de terras para a comunidade e respeitar as leis, pois o caso de Canabrava *é fundiário*, afirmou.

Caracterização dos grupos de atores

A partir da definição da arena de interações e dos vetores de conflitos existentes, os atores sociais são caracterizados e categorizados de acordo com a dinâmica existente. Para a classificação dos atores, foram utilizados itens com suas variáveis e simbologia de representação gráfica, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4. Classificações de atores sociais – variáveis e simbologia

Item de Classificação	Variáveis de Classificação	Símbolo
Tipo de atuação – forma de atuação do ator em relação ao conflito ou ao processo de desenvolvimento local	Atuante	
	Latente	
Tipo de influência – ator direta ou indiretamente relacionado com o conflito ou com o processo de desenvolvimento local	Influência Direta	
	Influência Indireta	

Item de Classificação	Variáveis de Classificação	Símbolo
Grau de influência – a força com demais atores e o potencial de alteração no processo de conflito ou de desenvolvimento local	Alta Influência	
	Média Influência	
	Baixa Influência	
Postura – postura do ator em relação ao conflito e ao processo de desenvolvimento local	Determinante	
	Participativo	
	Seguidor	
Ação – relação do ator com o desenvolver do processo de gestão de conflito e de desenvolvimento local	Beneficiários Diretos	
	Beneficiários Indiretos	
	Executores	
Atitude ao diálogo – postura deste ator em relação ao processo de diálogo para gestão do conflito	Promoção	
	Indiferente, Neutro ou Omissivo	
	Rejeição	

Fonte: Adaptado de Assad (2002)

A seguir, além da simbologia de classificação, apresenta-se uma descrição dos posicionamentos, interesses, estratégias em relação ao conflito e recursos utilizados no conflito por cada grupo de ator. Vale ressaltar, que esta classificação segue uma tendência geral do ator ou do grupo de ator relacionado.

Resumo da caracterização e classificação dos atores ou grupo de atores em relação ao conflito socioambiental da comunidade de Canabrava e a empresa

SETOR PRIVADO (EMPRESA FLORESTAL)

Classificação



Posição: Manter seu sistema produtivo, seus rendimentos e imagem, a despeito da comunidade.

Interesses: Acabar com o roubo de lenha na fazenda da empresa; manter a lucratividade do empreendimento; melhorar a imagem da empresa perante a sociedade; evitar que o conflito gera impactos negativos para a empresa; melhorar as questões socioambientais na região da fazenda da empresa; evitar enfrentamentos e conflitos com a comunidade.

Estratégias: Criar um processo de diálogo com alguns atores da comunidade selecionados pela empresa; desenvolver projetos socioambientais isolados com a comunidade e em parceria da empresa, sua fundação e órgãos públicos; utilizar empresa de comunicação e marketing para melhorar a imagem da empresa; contribuir e incentivar o Poder Público a solucionar os roubos de lenha na fazenda da empresa; questionar algumas lideranças locais e instituições contrárias aos seus interesses no processo; questionar a existência do conflito.

Recursos: Poder e desenvolvimento econômico; influência política; geração de trabalhos; conhecimentos técnicos e de comunicação (empresa contratada); relações com outras empresas e alguns órgãos públicos; fundação de apoio a comunidade.

COMUNIDADE DE CANABRAVA

Classificação



Posição: Melhoria de suas condições de vida.

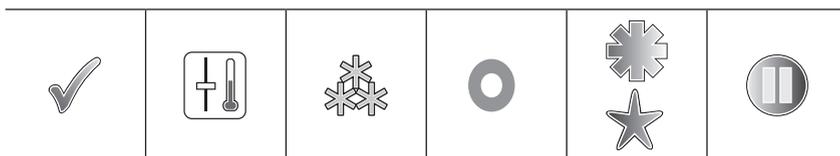
Interesses: Geração de trabalho e renda; maior investimento para desenvolvimento da comunidade; acesso à terra e aos recursos naturais; liberdade de circulação para se chegar à comunidade; melhoria da qualidade de vida da comunidade de Canabrava e recuperação dos recursos naturais (água e Cerrado).

Estratégias: Buscar apoios para se organizar e fortalecer para aumentar o seu poder de negociação com a empresa; realizar manifestações populares; buscar alternativas de emprego e renda; proteger a comunidade e os recursos naturais existentes na região; fortalecer o associativismo e buscar parcerias para a execução de projetos socioambientais, geralmente de curto prazo, na comunidade.

Recursos: Protestos e manifestação popular; organização social; parcerias com ONGs de repercussão regional, nacional e internacional; conhecimentos empíricos e do histórico da região.

PODER PÚBLICO

Classificação



Posição: Neutro e omissivo, alguns atores a favor da empresa e outros a favor da comunidade.

Interesses: Melhoria da qualidade de vida dos habitantes do município de Guaraciama; melhoria da qualidade de vida e assistência social e técnica às comunidades rurais da região; cumprimento dos direitos e deveres do cidadão; cumprimento de leis na região; desenvolvimento econômico da região.

Estratégias: Fiscalizar o cumprimento de leis, buscando a integração de ações de fiscalização e conscientização; resolver os processos judiciais de roubo de lenha na região como forma de manter a ordem; realizar ou contribuir com projetos socioambientais na comunidade, realizando ações de assistência social e técnica rural.

Recursos: Recursos limitados para investimentos e projetos no município de Guaraciama; inserção local a partir da assistência técnica rural; poder de polícia e fiscalização; poder político limitado; conhecimentos legislativo, jurídico e executivo.

TERCEIRO SETOR E UNIVERSIDADES

Classificação



Posição: Terceiro Setor a favor da comunidade e contra a monocultura do eucalipto. Universidades neutras, alguns atores a favor da comunidade e outros a favor da empresa.

Interesses: Limitação ou redução da monocultura do eucalipto na região do norte de Minas Gerais; melhoria da qualidade de vida dos agricultores, da comunidade de Canabrava e das comunidades tradicionais; reforma

agrária e garantia de acesso à terra para agricultores e comunidades tradicionais; proteção do Cerrado e dos recursos hídricos; recursos para projetos e pesquisas; projeção pessoal e/ou institucional; pesquisas técnico-científicas principalmente sobre os impactos socioambientais dos plantios de eucalipto na região.

Estratégias: Ampliar e divulgar o máximo possível o conflito e o caso da morte do agricultor como forma de mobilizar a sociedade e pressionar a empresa; mobilizar e empoderar a comunidade sobre seus direitos; divulgar e realizar denúncias sobre os problemas socioambientais na região, como forma de enfrentamento indireto à empresa e para persuasão da sociedade em geral; fornecer orientações jurídicas e técnicas para melhoria da qualidade de vida da comunidade e região; realizar ou contribuir com projetos socioambientais na comunidade; realizar pesquisas técnico-científicas principalmente sobre os impactos socioambientais dos plantios de eucalipto na região.

Recursos: Divulgação em mídia formal e informal; *network*, a partir de parcerias com universidades, movimentos sociais e outras ONGs; mobilização e associação popular; conhecimento técnico e científico; mobilização e recursos internacionais; espaços de debate sobre o desenvolvimento local sustentável.

“Extrato” das dinâmicas sociais: relações e interações entre atores no processo

Esta caracterização é apresentada em um mapa de interação com representações gráficas da classificação, das alianças e conflitos, para posterior detalhamento descritivo nos quadros-resumo subsequentes.

Ressalta-se, ainda, que esta classificação não é fixa e única para cada ator, variando com a arena específica de interação presente e dos possíveis cenários de desenvolvimento, apesar do posicionamento geral que cada

um apresenta no processo de desenvolvimento local e do conflito entre a empresa e os agricultores.

A Figura 9 apresenta o mapa de interação com representações gráficas das relações de alianças por grupo de atores envolvidos no processo de desenvolvimento local da região de Canabrava. Por outro lado, a Figura 10 representa graficamente as relações conflituosas por esses grupos de atores envolvidos. Essas relações conflituosas e de alianças entre os grupos de atores e demais atores envolvidos foram classificadas e representadas em muito forte, forte, média e fraca, e se exercem de forma direta, indireta ou ambas.

Nestes mapas e quadros-resumo, além das figuras de interação (Figura 8 e Figura 9), também foram procedidas uma comparação entre as visões e percepções (Quadro 5), e uma descrição das interações e relacionamentos, de acordo com o sujeito, objeto e motivo dos conflitos e alianças, bem como de situações internas a cada categoria. Utiliza-se, para tanto, textos representativos e setas indicativas de sujeito-objeto, sendo:

(→←) interações internas à categoria;

(←) a categoria é objeto da interação por outro sujeito;

(→) a categoria é sujeito da interação, que terá como objeto outra categoria;

Ruptura – indica a existências de rupturas internas à categoria, relacionadas com objetivos, interesses ou posicionamento distintos;

Periféricos – indica a existência de elementos dentro da categoria, que fogem à regra e aos padrões gerais.

RELAÇÕES DE ALIANÇA

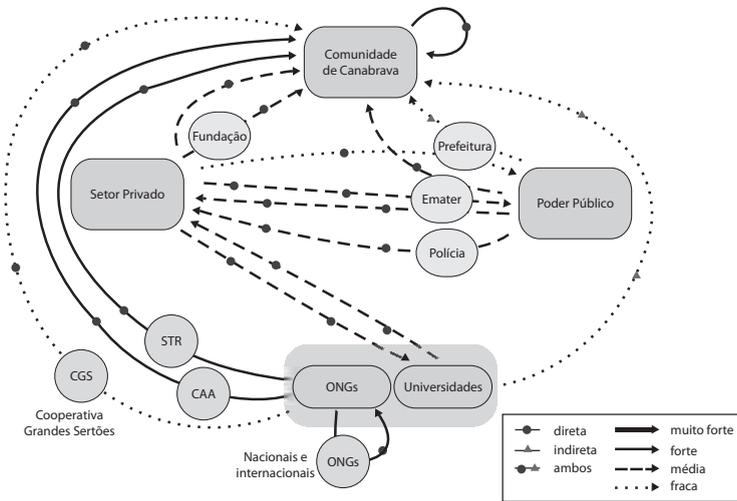


Figura 8. Mapa de interação com representações gráficas das relações de alianças por grupo de atores envolvidos no processo de desenvolvimento local da região de Canabrava.

RELAÇÕES CONFLITUOSAS

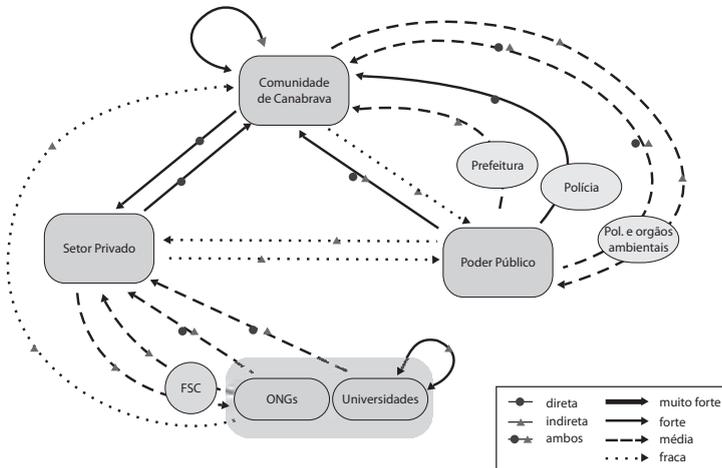


Figura 9. Mapa de interação com representações gráficas das relações conflituosas por grupo de atores envolvidos no processo de desenvolvimento local da região de Canabrava.

Quadro 5. Comparação entre as visões e percepções de cada grupo de atores com relação aos demais atores, de acordo com os relatos das oficinas, realizadas entre julho e agosto de 2007

Grupo de atores	Atores	Grupo de atores: comunidade de Canabrava	Grupo de atores: Setor Privado – empresa	Grupo de atores: Poder Público
Setor Privado	Empresa	<p>– Não tem diálogo, nem respeita nossos direitos. – Seria importante poder falar com a empresa para chegar a um acordo. – A empresa dá pouco apoio à comunidade e ficou mais fechada desde fevereiro. – A relação da empresa com a comunidade piorou após a morte. – As condições laborais dos funcionários são ruins. – Até agora não tem nem acordo nem avanço de diálogo com a empresa.</p>	<p>– As empresas também têm que fazer sua parte, não é bom esperar tudo do poder público. Mas também a empresa não pode substituir o Estado: essa é a prática que falta.</p>	<p>– É um ator totalmente ausente. Mesmo se só fosse verdade 50% do que o pessoal da comunidade fala, já poderíamos afirmar que sua influência na região é totalmente negativa.</p> <p>– A empresa não apoia, não incentiva, sua atitude, após tudo o que aconteceu, continua sendo ‘isso não é de meu interesse, eu fico na minha’.</p> <p>– A empresa é ausente no conflito: só se aproxima da Promotoria quando uma situação está ficando onerosa para ela. A única coisa que parece interessar-lhe é o lucro.</p> <p>– A insatisfação com a empresa existiu e existe, pois a empresa continua dando trabalho a pessoas de fora da comunidade.</p> <p>– A empresa florestal é tida como um coronel na região. Ela é vista como alguém injusto, que leva tudo e não contribui em nada na vida da comunidade. Só terceiriza e demite, não ajuda nem para fazer a cerca de uma pequena propriedade.</p>
	Associações de Empresas	Sem informação.	<p>– Poderiam ter um papel positivo se soubessem fazer mais parcerias com outras entidades e se procurassem recursos para projetos empreendedores.</p>	Sem informação.
	SEBRAE	Sem informação.	<p>– Papel positivo por sua cooperação com projetos coletivos de apicultura, cultivo de frutos do Cerrado como o pequi, cursos de ovino-caprinocultura etc.</p>	Sem informação.
	FSC	<p>– O FSC foi uma grande decepção. Um ano antes do assassinato do Antônio, o sindicato dos trabalhadores rurais organizou uma reunião para contar para eles os problemas da comunidade. Nada foi feito. A comunidade está cansada de diagnósticos, a comunidade quer alguma solução.</p>	<p>Acredita que o FSC agiu mal ao pressionar a empresa após a morte, mesmo sem ouvir sua versão, mesmo sem a apuração dos fatos, se sentiu agredida e solicitou a retirada do Selo Verde.</p>	Sem informação.

Grupo de atores	Atores	Grupo de atores: comunidade de Canabrava	Grupo de atores: Setor Privado – empresa	Grupo de atores: Poder Público
Comunidade de Canabrava	Comunidade de Canabrava	<ul style="list-style-type: none"> – A comunidade está aberta ao diálogo, temos vontade de melhorar as coisas. – Estamos dispostos a trabalhar juntos com a empresa. – Queremos melhorar a situação da comunidade e preservar o meio ambiente. – A comunidade tem pouca participação, deveríamos participar mais. Estamos fazendo uma pauta de reivindicação. 	<ul style="list-style-type: none"> – Generalizar o que é ‘a comunidade’ não é bom, pois dentro da comunidade há diferentes tipos de pessoas. Tem lideranças envolvidas no roubo organizado do carvão. – Quando o IABS diz que fala com a ‘comunidade’, com que comunidade está falando? A comunidade não pode ser vista como um conjunto: tem moradores que fazem artesanato, outros que participam da feirinha, e outros envolvidos no crime organizado. – Existe o risco de que as reuniões com a comunidade sejam manipuladas por lideranças pouco representativas, que têm a palavra simplesmente porque sabem falar, mesmo se não são efetivamente líderes. São só líderes de si mesmos. 	<ul style="list-style-type: none"> – A comunidade se sente encurralada e isolada dentro da propriedade da empresa, já não tem oportunidades. Só não reclamam mais por falta de informação sobre seus direitos. – Não há pessoas más na comunidade, mas eles não têm muitos recursos e acabam pegando madeira na empresa. – A comunidade precisaria ser instruída, porque eles não conhecem as leis e mesmo os que conhecem continuam a fazer carvão, porque precisam de uma renda e porque acreditam que ficarão impunes. – É preciso levar alternativas de renda para lá, se eles tivessem outra opção não roubariam lenha.
	ONGs	<ul style="list-style-type: none"> – Nos deram reconhecimento e apoio institucional, além de informação e força para lutar por nossos direitos. – A Cooperativa Grande Sertão chegou o ano passado, ainda é recente e está testando a qualidade dos produtos, mas é boa; a CAA já compra os produtos de alguns moradores. 	<ul style="list-style-type: none"> – Existem mitos sobre o impacto ambiental da silvicultura, sobretudo de eucalipto. Isso vem da falta de informação que a gente constata na prática e da falta de divulgação de projetos ambientais. As ONGs poderiam fazer esse tipo de trabalho, com cartilhas escolares, agendas anuais de eventos de conscientização ambiental etc. 	<ul style="list-style-type: none"> – São totalmente ausentes. Só depois da morte do agricultor foram se apresentar na comunidade com propostas milagrosas. – As ONGs podem ajudar muito nesse sentido de realizar projetos nas comunidades.
Terceiro Setor, ONGs, Sindicato, Universidades	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Sem informação.	Sem informação.	<ul style="list-style-type: none"> – Cumpre uma função positiva de incentivo da comunidade.
	Universidades	Sem informação.	Sem informação.	<ul style="list-style-type: none"> – Também é ausente. Não faz nada pela comunidade de Canabrava.

Grupo de atores	Atores	Grupo de atores: comunidade de Canabrava	Grupo de atores: Setor Privado – empresa	Grupo de atores: Poder Público
Poder Público	Prefeitura de Guaraciama	– Ainda é nova, foi criada em 1996. – Deveria ajudar a melhorar a comunicação entre a comunidade e a empresa. – Deveria aplicar mais recursos para melhorar a situação da comunidade.	– Poderiam aproveitar muito mais os programas e projetos de desenvolvimento sustentável para a região, mas é nova e ainda não consegue captar esses fundos.	– É nova, mas tem interesse em promover o associativismo e as parcerias com a comunidade. – Um problema para a execução de projetos ambientais é que muitas prefeituras da região são novas ou muito pequenas, o que dificulta sua chegada até as comunidades.
	Ministério Público	Sem informações.	Não acredita na versão da denúncia de assassinato que chegou ao Ministério Público, e considera legítima defesa. Tem buscado levar as denúncias de roubo para investigação.	– Após vários anos de inatividade, está tendo um papel positivo, realizando uma autoavaliação e melhorando as respostas aos inquéritos. No caso da morte do agricultor Antonio, a Promotoria explicou que foi um "homicídio" que está sendo investigado e que atualmente tem um guarda da empresa na prisão e outro foragido.
	Polícia Militar e Civil	– Têm uma inversão de valores, apoia a empresa. Deveriam melhorar sua relação com a comunidade. – Foram até a comunidade para prender, atrás de armas, entrou na casa das pessoas e revisou todo mundo.	– É atuante na região, com um batalhão de 300 soldados. Só tem dificuldades em Bocaiúva, pois são só dois operando na área. – Quando aumenta o preço do dólar aumenta o crime organizado de roubo de carvão, pois aumenta o ganho pela venda.	– Não age corretamente contra os caminhoneiros dedicados ao tráfico ilegal do carvão. Deveria se esforçar mais nas investigações para prender esses criminosos.
	Iter	– Seu papel é negativo, tem uma comissão que não funciona direito.	Sem informação.	Sem informação.
	Ibama – IEF	– Não funciona muito bem.	– Os representantes do poder público são importantes, mas não têm vontade política para agir no problema. O IEF, encarregado das licenças para desmatamento, tem que ser provocado para agir, fica quietinho, na sua. O Habitat do Estado, não consegue que as pessoas se cadastrem. – Existe muita impunidade: o poder público só atua em casos extremos.	– Deveriam atuar muito mais, mas não o fazem porque não conseguem ou não querem mesmo.
	Polícia Ambiental	– Cobra multa de até 1.000 e 3.000 reais que a gente não pode pagar. – Eles ficam atrás do que a comunidade faz de errado, mas não veem o que a empresa faz.	– Estão cumprindo sua função, seu papel.	– O sargento Davi é filho de Bocaiúva e conhece muito bem a problemática do local. A Polícia Ambiental faz tarefas de 'repressão' (cobra multas administrativas por infrações contra o meio ambiente), mas gostaria também de poder cumprir com sua função de 'prevenção' (palestras informativas sobre proteção da biodiversidade, conversas com a comunidade etc.) junto aos outros órgãos do poder público. – A Polícia Ambiental cobra multas administrativas por plantar na beira do rio, e o produtor tem a opção de pagar, parcelar ou apresentar um recurso sem ter que pagar até a resolução do caso. O problema é que não pagam e nada acontece. Durante muito tempo, a Polícia Ambiental fazia relatórios sobre ilícitos mas não tinha justiça.
	Emater	– A Emater tem apoiado a gente, principalmente nos últimos tempos. Tem trazido uns projetos junto com a empresa.	– Tem um papel positivo por sua interação com o mundo rural e pelo seu papel no fornecimento de informações à comunidade.	– Desenvolve projetos de desenvolvimento e parcerias com a comunidade, muito positivos. Um projeto de apicultura entre a empresa e a comunidade está dando certo. Outros projetos não tiveram sucesso, como o da plantação de mandioca com créditos do Banco do Brasil.
	Secretaria de Agricultura de Bocaiúva	Sem informação.	– Eles podem falar um pouco da empresa para o LABS, não temos problemas com eles.	– O secretário é filho de Bocaiúva e a Secretaria tem potencial para realizar projetos de desenvolvimento junto com outros órgãos do poder público, como a Emater. Só faltam mais recursos.

Fonte: Elaboração dos autores

Obs.: Na oficina com o grupo de atores ‘Terceiro Setor e Universidades’ não foi realizada esta atividade, conforme relato da oficina no anexo 1.

Descrição das principais interações e relacionamentos entre os grupos de atores sociais envolvidos no conflito socioambiental entre a comunidade de Canabrava e a empresa

SETOR PRIVADO (EMPRESA)

Interações conflituosas:

(↔) Comunidade de Canabrava: **a)** Existe roubo de lenha de grande e pequena escala na fazenda, com algumas denúncias de roubo envolvendo alguns moradores da comunidade; **b)** Manifestações (passeata, instalação de uma cruz no local da morte, queimadas simbólicas de feixes de lenha) da comunidade de Canabrava afetando a imagem da empresa.

(↔) ONGs: **a)** Denúncias sobre a morte do agricultor em veículos de divulgação nacionais e internacionais afetando a imagem da empresa; **b)** Mobilização de lideranças da comunidade contra a empresa; **c)** Campanhas contra a monoatividade de plantação de eucalipto “Rede contra o Deserto Verde”.

(↔) Poder Público: **a)** Realização de audiência pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos do estado de Minas Gerais ampliando o caso à sociedade, questionando a relação da empresa com a comunidade e afetando a imagem da empresa; **b)** Falta de poder de fiscalização de crimes como o contrabando de carvão e de roubos.

(↔) O Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil), que tem como finalidade velar pela sustentabilidade social e ambiental da produção florestal de grande escala no Brasil, condenou a morte do agricultor em uma das propriedades da empresa.

(→) Comunidade de Canabrava: **a)** A empresa contratou seguranças armados para controlar o roubo de lenha em uma das fazendas de sua propriedade o que acabou afetando negativamente a liberdade do acesso dos agricultores; **b)** A empresa vem reduzindo, ao longo das duas últimas décadas, a geração de emprego para a comunidade local; **c)** O modelo

de monoatividade de eucalipto homogeneizou ambientes de cerrado e contribuiu para a degradação do meio ambiente local, afetando a possibilidade de atividades de extrativismo e utilização pela comunidade.

(→) FSC Brasil: A empresa solicitou o cancelamento de seu Selo Verde (outorgado pelo FSC) alegando que o Conselho não tinha sido objetivo durante a investigação das circunstâncias da morte do agricultor.

Interações de Alianças:

(↔) Poder Público: **a)** Apoio dos órgãos de fiscalização e da polícia em suas queixas contra ações inadequadas de elementos da comunidade e de outras áreas; **b)** Parceria com a Emater, Sebrae, Senac para assistência técnica de projetos socioambientais da empresa na comunidade, como exemplo, o projeto de apicultura.

(↔) Universidades: Algumas universidades ou pesquisadores isolados desenvolvem pesquisas científicas e de extensão rural de interesse da empresa, em suas propriedades e entorno.

(→) Poder Público: **a)** Fornece combustível para as viaturas da Delegacia de Bocaiúva para facilitar o trabalho da autoridade policial, ao tempo que acompanha os processos de denúncias e os inquéritos sobre o roubo de lenha em sua propriedade; **b)** Apoia ações de órgãos de extensão local em suas atividades com a comunidade.

(→) Comunidade de Canabrava: **a)** Através de sua fundação, a empresa desenvolve ações assistenciais à sociedade com projetos (com destaque para o de apicultura) e investimento em infraestrutura; **b)** Geração de alguns empregos locais.

(→) A empresa contrata ou patrocina universidades públicas para desenvolver pesquisas científicas e de extensão rural em suas propriedades e entorno.

COMUNIDADE DE CANABRAVA (Periféricos)

Interações Conflituosas:

(→↔) Conflitos internos – Comunidade de Canabrava: Existem pessoas da comunidade que se beneficiam com o roubo de lenha na propriedade

da empresa gerando uma relação de desconfiança com a empresa e os demais atores, penalizando a comunidade em geral.

(←) Empresa: **a)** Falta de opções de emprego e de oportunidades de renda para a comunidade de Canabrava, que pede para a empresa voltar a oferecer uma quantidade de vagas similar à existente na década de 1970, quando a demanda de mão de obra era abundante devido ao método manual de plantio de eucaliptos; **b)** Terceirização da mão de obra e o fato da empresa não priorizar os candidatos de Canabrava na hora de preencher uma vaga; **c)** Escassez de recursos naturais fundamentais para a sobrevivência de uma comunidade extrativista, especialmente de água (o rio e as nascentes estão secos na maior parte do ano, necessitando de poços artesianos e de gastos de energia para bombeamento da água) e de produtos do Cerrado utilizados pela comunidade como agroextrativismo, devido a implantação das fazendas de eucalipto; **d)** Limitação da liberdade de circulação dos moradores, que eram revistados por seguranças armados terceirizados da empresa (para se chegar à comunidade é necessário passar pela propriedade da empresa); **e)** A escassez de lenha, que anteriormente coletavam do Cerrado. Hoje, ela deve pegar restos e feixes de lenha na propriedade da empresa, não só para vender aos comerciantes ilegais de carvão, mas também para alimentar seus fornos e cozinhar; **f)** O uso de adubos e fertilizantes nas propriedades das empresas de plantio de eucalipto gerando possíveis problemas de saúde e ao meio ambiente.

(←) Poder Público: **a)** Pouco apoio, falta de infraestrutura e condições para o desenvolvimento e para a melhoria de qualidade de vida local; **b)** Ações parciais da polícia, inclusive com denúncias de abuso de autoridade; **c)** A comunidade se queixa de multas de valor elevado que são emitidas pelos órgãos de fiscalização, mesmo estes órgãos sabendo do desconhecimento ou da falta de alternativa de subsistência; **d)** Falta de fiscalização contra ações da empresa relacionadas com a degradação ambiental.

Interações de Alianças:

(↔) Alianças internas – Comunidade: **a)** A comunidade apresenta três associações próprias, instaladas ao longo do córrego Canabrava, criadas para facilitar a inserção de projetos comunitários (Cabeceira, Médio Canabrava, Barrinha), como a instalação de energia elétrica e de poços artesianos, transporte para a feira municipal, entre outros; **b)** A comunidade é relativamente rica em lideranças comunitárias que buscam diálogo com a empresa, ONGs e a Prefeitura de Guaraciama para desenvolver projetos de melhoria e defesa da comunidade, assim como o aumento de trabalho e renda; **c)** Os moradores de Canabrava possuem parceria com outras comunidades rurais como a vizinha comunidade de Morrinhos, que apresenta uma liderança comunitária bastante atuante na região. A liderança de Morrinhos visita com frequência a comunidade de Canabrava, o que favorece a integração regional dos moradores.

(←) Terceiro Setor: **a)** O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva fornece apoio à comunidade. Uma das lideranças do sindicato cumpre com o papel de organizar a comunidade e de articular seus moradores para apresentar demandas conjuntas; **b)** As ONGs, como o Centro de Agricultura Alternativa (CAA) e a Cooperativa Grande Sertão, disponibilizam parcerias e orientações jurídicas, extensionistas e de projetos socioambientais. A cooperativa Grande Sertão tem como objetivo organizar a produção de produtos agrícolas artesanais das comunidades tradicionais rurais, fazer o beneficiamento e encaminhar o produto ao mercado.

(←) Universidades: **a)** Alguns professores de universidades realizam pesquisas na comunidade e eventos para o debate sobre a implantação do eucalipto no norte de Minas, porém seus apoios ainda são limitados; **b)** Um grupo de extensão universitária de alunos da UFMG, chamado NASCer, realiza trabalhos de extensão rural na comunidade.

(←) Poder Público: **a)** A Prefeitura de Guaraciama fornece transporte público, educação para crianças e jovens, serviço público de saúde, entre outros (o que é considerado insuficiente para as necessidades locais); **b)** As pessoas mais carentes da comunidade recebem bolsas de auxílio do governo federal, como a Bolsa Escola e Fome Zero; **c)** Alguns órgãos de fomento, como a Emater, desenvolvem projetos agrícolas (por exemplo, de doação de sementes) e socioeconômicos na comunidade.

(←) Empresa: **a)** Apoiar e promover alguns projetos sociais na comunidade (como o de apicultura e outros que ainda não tiveram êxito) e investimentos em infraestrutura, em parceria com outras instituições; **b)** Apesar da drástica redução quando comparado há anos anteriores, a empresa ainda absorve mão de obra da comunidade. Após o incidente a empresa realizou um novo cadastramento de moradores locais para possível contratação.

PODER PÚBLICO

Interações Conflituosas:

(←) Comunidade de Canabrava: Alguns moradores da comunidade de Canabrava não pagam as multas, pois sentem que nada vai acontecer. A sensação de impunidade tem levado alguns produtores a continuar com o comércio ilegal de carvão vegetal e com extração de madeiras do Cerrado.

(←) Empresa: A prefeitura local se queixa de pouco apoio da empresa.

(→) Comunidade de Canabrava: **a)** A comunidade se queixa de pouco apoio e falta de infraestrutura e condições para o desenvolvimento e para a melhoria de qualidade de vida local; **b)** Ações parciais da polícia, inclusive com denúncias de abuso de autoridade contra membros da comunidade; **c)** Multas de valor elevado que são emitidas pelos órgãos de fiscalização, mesmo estes órgãos sabendo do desconhecimento ou da falta de alternativa de subsistência; **d)** Falta de punição contra ações da empresa relacionadas com a degradação ambiental, principalmente, de anos anteriores.

(→) Empresa: **a)** Falta de poder de fiscalização de crimes como o contrabando de carvão e de roubos.

Interações de Alianças:

(→) Comunidade de Canabrava: **a)** Emater, Sebrae, Senac em parceria com a empresa desenvolvem projetos sociais na comunidade, como exemplo, o projeto de apicultura; **b)** Executam algumas ações de apoio à comunidade de Canabrava.

(→) Empresa: **a)** A Promotoria Pública e o Ministério Público acompanham e orientam os inquéritos e denúncias realizadas pela empresa contra a comunidade, como o roubo de lenha; **b)** Existem órgãos públicos, como o IEF e a Polícia Ambiental, que fiscalizam o cumprimento de leis ambientais na região, tanto em terras da empresa quanto na comunidade; **c)** Emater, Sebrae, Senac apoiam projetos socioambientais da empresa na comunidade, como exemplo, o de apicultura.

TERCEIRO SETOR e UNIVERSIDADES (Ruptura)

Interações Conflituosas:

(↔) A ruptura dentro da categoria vem do fato que entre as universidades existem visões dicotômicas: algumas delas (Universidade Federal de Viçosa, um núcleo dentro da UFMG e a Universidade de Lavras, por exemplo) defendem a introdução e o plantio de eucalipto no norte de Minas Gerais. Outras, como a Universidade de Montes Claros (Unimontes) condenam a forma que foram implantados os eucaliptos e os impactos causados pelo seu plantio.

(→) Empresa: **a)** Para as ONGs e alguns pesquisadores de universidades com atuação local, o plantio de eucalipto por grandes empresas, principalmente multinacionais, deveria acabar no norte de Minas, neste sentido fazem denúncias e críticas e mobilizam a comunidade e a sociedade em geral contra a empresa; **b)** Dificultam o diálogo entre a empresa e a comunidade, visto que misturam interesses próprios com as reais necessidades da comunidade.

(→) Comunidade de Canabrava: Apesar do discurso e de determinadas ações, algumas ONGs parecem mais focadas na meta de atingir notoriedade internacional e de conseguir objetivos próprios do que em manter vínculos constantes com a comunidade de Canabrava, principalmente no que tange às reais necessidades da comunidade.

(←) Empresa: no caso específico do Selo Verde, a empresa questionou a legitimidade e efetividade da FSC Brasil, solicitando o cancelamento do selo (outorgado pelo FSC Brasil) alegando que o Conselho não tinha sido objetivo durante a investigação das circunstâncias da morte do agricultor.

Interações de Alianças:

(➔) Comunidade de Canabrava: **a)** As ONGs defendem, orientam e protegem as comunidades tradicionais da região, com destaque para o CAA, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva, que estão mais próximas da comunidade; **b)** Existem ações e projetos socioambientais alternativos para a comunidade desenvolvidos por algumas universidades e por algumas ONGs, dentre estas destacam-se a CAA e a Cooperativa Grande Sertão.

(⬅) As ONGs possuem apoio financeiro de agências de fomento nacionais e internacionais, federais e de fundações, e auxiliam as comunidades tradicionais no norte de Minas Gerais. Além disso, são parceiras dos movimentos sociais.

Descrição e avaliação dos espaços de interação e diálogo existentes

A partir do panorama geral da situação dos principais atores envolvidos – dentro desse contexto do conflito socioambiental entre a comunidade de Canabrava e a empresa descritos nos itens anteriores – e durante os trabalhos de coleta de dados e informações, foram identificados e/ou citados alguns espaços que podem servir como importante passo para um ambiente de diálogo legítimo e efetivo para a região.

Nesse caso foram identificados alguns espaços de diálogos (formais e informais), criados por meio de audiências públicas e reuniões com a empresa e com a comunidade para discussão sobre a situação. Entretanto, e de uma maneira geral, os diálogos foram considerados relativamente fracos em relação aos resultados concretos que a comunidade esperava ou mesmo como forma de transformação do conflito em um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável local.

Dentre esses diversos espaços as iniciativas de projetos sociais incentivados pela empresa em conjunto com a comunidade, com ou sem a participação de parceiros externos, merecem destaque.

Cita-se o projeto de geração de renda para as famílias que vivem no entorno das fazendas da empresa, que está sendo realizado em parceria

com a Emater, Senac, Sebrae, agências locais de desenvolvimento e entidades financeiras. Nesse projeto, convênios são firmados entre a comunidade e a empresa, e os apicultores associados são capacitados para determinadas atividades. O que abre uma importante oportunidade ao diálogo, apesar de não estar formatado ou planejado com uma finalidade mais ampla.

Outra ação da empresa nos municípios onde atua foi o fornecimento de combustível para a Polícia Florestal de Minas Gerais poder melhor executar seus serviços. Esta parceria resultou no registro de casos de roubo de madeira na região em três das propriedades da empresa.

Outras tentativas de projetos na comunidade de Canabrava em parceria com a empresa foram incentivadas, entretanto, como relata um dos participantes da oficina participativa do setor privado:

Alguns outros projetos não deram certo, pois a comunidade não tinha vocação para eles. Foi o caso do artesanato: mesmo se a empresa garantisse a comercialização do artesanato, não daria certo. Também não funcionou o projeto do *street dance*: os jovens queriam participar, mas os pais não quiseram, porque acreditam que seus filhos devam resgatar as danças tradicionais.

De um modo geral, podem-se identificar os principais espaços de diálogo e de interação entre a empresa e a comunidade de Canabrava com os demais atores envolvidos no processo de desenvolvimento da região, conforme a seguir:

Empresa/Comunidade de Canabrava:

A empresa acredita que exista um espaço de diálogo com Canabrava, e comenta sobre projetos sociais com a comunidade, inclusive alguns que não tiveram continuidade. De forma antagônica, a comunidade reconhece o conflito relacionado a diversos problemas socioambientais com a chegada da empresa na região, do mesmo modo que também observa pontos positivos com a chegada da empresa, como construção de estradas e geração de trabalhos, no início de sua implantação.

Consideração: Neste caso evidenciamos a não efetividade e reconhecimento deste espaço de diálogo pela comunidade inviabilizando a sua continuidade nos moldes atuais.

Empresa / Emater / Comunidade de Canabrava:

Existe um espaço de interação entre esses atores por meio do projeto de apicultura, que foi mencionado positivamente por um técnico da Emater, pelos representantes da empresa e por moradores da comunidade de Canabrava durante as entrevistas com atores envolvidos e nas oficinas participativas. A empresa realiza parcerias com a Emater, Sebrae e Senac para capacitação e treinamento da técnica de apicultura para os moradores interessados da comunidade de Canabrava nessa atividade alternativa de geração de renda. A empresa além de fornecer a capacitação também oferece o material e caixas com enxames de abelhas para o morador iniciar essa atividade.

Consideração: Neste projeto social em específico, esta ação vem obtendo êxito na aproximação da empresa com a comunidade, apesar da amplitude limitada de participação, representatividade e efeitos de reversão prática do processo. Outro ponto positivo é a identificação e reconhecimento da Emater como um possível agente de ligação entre a comunidade e a empresa, ao menos para ações relacionadas com este tipo de intervenção.

Empresa / Prefeitura de Guaraciama:

O vice-prefeito de Guaraciama, durante entrevista relata o vínculo entre a empresa e a prefeitura, onde critica a ausência de participação da empresa em obras e projetos sociais no município. Além disso, complementa que outra empresa florestal na região, é mais atuante no município, como comenta que recebeu madeira para a construção de obras de saúde, em que a empresa não disponibilizou assistência. A mesma resposta negativa da empresa aconteceu com o pedido de caminhão pipa, quando ocorreu escassez de água no município; a outra empresa, emprestou seu caminhão para a prefeitura fornecer água às comunidades. Finalmente, o vice-prefeito salientou que a empresa contrata poucas pessoas da comunidade de Canabrava e do município, e, novamente, a outra apresenta mais de 400 funcionários de Guaraciama, contratados. A informação sobre a melhor atuação desta outra

empresa no município foi reiterada na Oficina Participativa com o poder público, pelo mesmo vice-prefeito.

Consideração: Esses relatos demonstram que esse espaço de diálogo entre a empresa e a prefeitura local ainda está longe de ser considerado produtivo, além da pequena atuação no município, principalmente quando comparada a essa outra empresa da região. Todavia, temos que ressaltar que todas as afirmações do representante da prefeitura estão direcionadas para ações de concessão unilateral da empresa de forma pontual e não em planos ou projetos consensuados entre ambos e os demais atores locais.

Empresa / Ministério Público / Delegacia de Bocaiúva:

Após a morte do agricultor da comunidade de Canabrava, e até mesmo antes deste episódio devido aos demasiados furtos de lenha em suas propriedades, a empresa tem buscado se aproximar do poder público, principalmente da Delegacia de Polícia de Bocaiúva. Nesta estão presentes as denúncias de roubos de eucalipto na fazenda Pé de Morro, propriedade da empresa. Outra aproximação da empresa foi com o Ministério Público para apuração dos fatos da morte do agricultor e dos roubos de madeira realizados por moradores da comunidade, segundo denúncias feitas pela própria empresa. Entretanto, o Ministério Público não percebe a existência de um espaço real e válido de diálogo entre a empresa e a comunidade de Canabrava, como foi mencionado pela promotora local: eles se aproximam da gente só quando um caso está ficando oneroso para a empresa; a empresa é um ator ausente, que fala: ‘eu fico na minha’.

Consideração: Nesse caso existe um espaço formal já legitimado e aberto a todos como preconiza a lei. Entretanto, consideramos que ações pró-ativas poderiam ser definidas em conjunto, principalmente em relação ao acompanhamento e fiscalização de atividades ilícitas que comprometem as relações entre os atores, logicamente associadas a outras ações que enfrentem as dificuldades sociais da comunidade. Ressalta-se, ainda, que quando da necessidade de formalização de acordos este espaço deverá ser devidamente utilizado.

Empresa / Terceiro Setor e Universidades:

O Terceiro Setor em geral na região é contra as empresas de plantio de eucalipto no norte de Minas Gerais, principalmente as multinacionais. As ONGs desenvolvem trabalhos de apoio às comunidades tradicionais que vivem da agricultura de subsistência e do agroextrativismo dos frutos do Cerrado no norte do estado. Para a empresa, o Terceiro Setor apenas busca se promover a partir do conflito e da morte do agricultor da comunidade. No caso das universidades, a empresa realiza parcerias e financiamentos a projetos, relacionados principalmente a indicadores ambientais, como levantamentos de fauna e flora, avaliações de qualidade da água e diagnósticos socioambientais nas comunidades do entorno das propriedades da empresa. Em entrevista com um dos atores que realizou um diagnóstico em Canabrava, ele comenta que os problemas e anseios da comunidade foram encaminhados para a empresa, entretanto ainda estão sendo analisados pela mesma e poucas soluções foram tomadas.

Consideração: Esse espaço de interação ainda é muito limitado e pontual. Adicionalmente, a proximidades desses atores com as reais necessidades e anseios da comunidade ainda são incipientes. Todavia, considera-se um importante canal de equalização de forças e empoderamento de atores sociais locais, desde que as ações sejam executadas de forma clara e aberta e sejam respeitados os reais anseios da comunidade.

Comunidade/Terceiro Setor/Universidades:

É um espaço que tem nuances. Por um lado, está o CAA que aparentemente é bem recebido e respeitado pela comunidade. Ao mesmo tempo, as ONGs não foram mencionadas na Oficina Participativa com a comunidade de Canabrava, como um ator relevante no processo de transformação do conflito entre os moradores e a empresa. A Cooperativa Grande Sertão em parceira com uma ONG, o CAA, iniciou seu trabalho com extrativismo de frutos do Cerrado coletados por moradores da comunidade, o ano passado, sendo ainda pouco reconhecido pela maioria das pessoas da comunidade.

Alguns estudantes da UFMG, a partir do grupo de extensão NAS-Cer, apoiam e atuam na comunidade. Outros professores da Unimontes

auxiliam a comunidade e realizam pesquisas com comunidades rurais no norte de Minas Gerais, além de criticar as empresas de eucalipto por causar impactos socioambientais negativos às regiões. As universidades têm um grande déficit social ao pouco divulgar e aplicar suas pesquisas, mas pode ter soluções a muitos problemas enfrentados nestes casos.

Consideração: O Terceiro Setor e a universidade têm maior relação com as lideranças comunitárias, sendo pouco reconhecidos pela comunidade em geral e suas ações são pontuais necessitando de programas continuados e mais efetivos para que sejam criadas relações de interação mais fortes na comunidade.

Comunidade/Poder Público:

O poder público, especialmente através da Promotoria, tem se aproximado da comunidade e parece ter um interesse real em contribuir com o processo de diálogo para evitar novas situações de violência e de injustiça. A promotora parece também ter boas intenções, e compartilha as mesmas opiniões do Chefe da Polícia Ambiental. O poder público tem poder de negociação, já que a empresa sabe que não pode avançar sem autorização das autoridades. O poder público é, nesse sentido, forte e poderoso na mesa de diálogo. Ao mesmo tempo, e apesar de algumas críticas que os representantes fizeram à empresa, eles parecem dispostos a contribuir com o diálogo, com mesura, equilíbrio, e respeito a todas as partes. É possível observar a importância desse grupo de ator como pacificador. Ao ser contatado, o procurador-geral do estado, demonstrou grande interesse em colaborar com o processo de construção de diálogo, ele tem o perfil de um moderador, equilibrado, e pouco propenso a ser influenciado por grupos de interesse envolvidos no processo.

Consideração: Apesar destas possibilidades não foi identificada uma grande interação entre estes atores, visto que existem questões legais que são desconsideradas por vários membros da comunidade (considerando sua situação de falta de alternativas). Porém, consideramos que este pode ser um importante equalizador de forças e um agente de implementação de acordos em um futuro espaço de diálogo.

7. O processo de intervenção e sua avaliação

A construção de propostas segundo entrevistas e oficinas com atores

Algumas propostas de soluções socioambientais para o conflito entre a comunidade rural de Canabrava e a empresa foram relatadas durante as entrevistas e oficinas participativas realizadas com os atores. Essas soluções mencionadas, ainda que parciais, foram adquiridas e coletadas nos diversos contatos, entrevistas e oficinas direcionadas com atores influentes direta ou indiretamente no processo.

Segundo um técnico da Emater a solução do conflito está na *questão de emprego para as pessoas e projetos sociais que tragam benefícios para a comunidade* (emprego e renda). O vice-prefeito de Guaraciama concorda, salientando que *a primeira coisa para resolver o problema é dar emprego para a comunidade*.

O advogado das ONGs da região salienta que *a solução são eles recuperarem as áreas, e acabar com eucalipto, mas não sei se o povo quer isso também, é a comunidade quem deve decidir*.

Um técnico do CAA critica a empresa, e diz que a solução pode ser *desde a firma ceder uma parte de suas terras para a comunidade e pode ir até fazer um projeto de recuperação ambiental, não ficar só fazendo barragem. É necessário recuperar as águas. Dar condições de acesso a terra e recuperar os recursos hídricos, não apenas colocar poços artesanais*.

Segundo um professor da Unimontes, que já foi contratado pela empresa para realizar um estudo socioambiental na comunidade de Canabrava, a solução seria *um projeto idealizado de diagnóstico da situação ambiental do rio, com um levantamento do que causou o problema e de como ver soluções com*

a comunidade, um diagnóstico participativo do rio e um plano de revitalização ambiental, pois eles solicitaram isso à empresa. Outra questão solicitada por eles foi o emprego. A questão importante é a ambiental e de emprego, a comunidade esperava o emprego, no início teve, e depois não. E ele conclui, se se quiser resolver o problema tem que resolver com emprego e projetos de geração de renda.

Como proposta de uma liderança comunitária, a empresa se afasta 1.000 metros e deixa as plantas nativas, além da importância da cadeia alimentar, pois os animais silvestres não têm o que comer, e acabam indo para a roça. A proposta da comunidade é emprego, é ocupação. Enquanto isso, a comunidade possui os fornos, entram na empresa, e produzem carvão vegetal como alternativa. Desse modo, para ele, a solução é um conjunto de ações, envolvendo a comunidade, a empresa tem que ceder terras para a comunidade. Como também, afastar os plantios da casa das pessoas e proteger as áreas de recarga, recuperar os rios, voltar a água seria bom, e dar serviço para os jovens.

Segundo um representante do CAA a solução para esse conflito entre as comunidades rurais e as empresas de plantio de eucalipto na região norte de Minas Gerais seria, resumidamente: *Devolver as terras públicas para as comunidades locais, as empresas deveriam comprar suas terras, cumprir com a Constituição Federal e ambiental, não ocupar terras públicas e só plantar com zoneamento territorial.*

Para um representante da FSC, *a proposta ou solução tem que vir deles, a questão da água é muito séria, a empresa poderia recuperar as nascentes, seria uma boa resposta.*

Durante a oficina com os moradores de Canabrava foram descritos pelos grupos de participantes as necessidades da comunidade, essas informações são apresentadas anteriormente por grupo e ordem de importância.

Quadro 6. Necessidades de desenvolvimento socioeconômico e ambiental da comunidade de Canabrava levantadas na oficina por grupo de atores, realizadas em agosto de 2007

Necessidades da comunidade
Grupo I
1) Cooperativismo para criar um sistema de compra, venda e divulgação de produtos com o apoio e a capacitação de entidades como o Sebrae, a Emater etc.
2) Patrocínio cultural para criar áreas de lazer e de resgate cultural.
3) Emprego e alternativas de renda e de produção (novas atividades, novos produtos) para homens e mulheres (crochê, elaboração de doces e biscoitos etc.). Capacitação para criar produtos e melhoramento das possibilidades de venda dos produtos.
Grupos II e III
1) Terra e empregos para mulheres, homens e jovens , com inserção no mercado de trabalho associado à área rural. Criação de empregos vinculados aos “saberes da terra” (associados à programas de ensino de alternância). Mais terra, <i>boa</i> (fértil), para plantar, <i>terra para todos, para as famílias da comunidade</i> .
2) Melhores oportunidades de educação para os jovens . Hoje para no ensino médio. Faltam universidades e cursos profissionalizantes. Os jovens não têm condições para pagar o custo do transporte até a universidade. Seria bom ter bolsas de estudo e facilidades de acesso.
3) Saúde e soluções para as doenças da comunidade, como a <i>gripe</i> (problemas respiratórios que poderiam estar vinculados à presença de agrotóxicos). Contratar médicos especialistas, como cardiologistas. Capacitação para melhorar a alimentação e para prevenir doenças com um modo de vida mais saudável. Reduzir a poluição.

Na oficina participativa com representantes do setor privado foram sugeridas algumas propostas para construir um futuro melhor para todos da região, apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 7. Propostas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região entre Bocaiúva e Guaraciama, realizadas nas oficinas participativas com grupos de atores em agosto de 2007

Propostas para melhoria da região

Realizar e manter parcerias: *O bom é continuar executando parcerias de desenvolvimento com a comunidade. A empresa já tem vários desses projetos, como o de apicultura, coordenado junto com a Emater.*

Realizar projetos para a comunidade: *Se as pessoas buscam dinheiro para fazer projetos, têm dinheiro. Eles (a comunidade de Canabrava) são adultos, por isso, quando a empresa faz um projeto, quem quer participar, participa, e quem não quer não participa. São as pessoas (da comunidade) que têm que dar o primeiro passo.*

São necessárias lideranças da comunidade que enxerguem o potencial desses projetos.

Ecocrédito: *Uma proposta interessante é a do ecocrédito, que já está funcionando em algumas empresas de Minas. A ideia do ecocrédito é remunerar efetivamente a quem produz.*

Educação Ambiental: *Melhorar a questão da educação ambiental para explicar às pessoas porque é importante preservar, o que é legal, o que é ilegal, o que ajuda ao meio ambiente e o que o prejudica. Hoje, existe na região a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, mas ela é inoperável pela falta de condições financeiras.*

Faltam políticas públicas que incentivem a educação ambiental na região. É importante que as políticas públicas promovam a integração das empresas, da comunidade e do governo para dar apoio às campanhas de conscientização ambiental e ações que recuperem o passivo ambiental já existente.

Proposição de espaço de diálogo representativo e efetivo, e sugestão de próximos passos

Para que um espaço de diálogo seja sustentável ao longo do tempo, ele deve ter algumas prerrogativas básicas:

- i) deve ser reconhecido por todos os atores envolvidos no processo;
- ii) os diversos grupos de atores devem se sentir representados quanto aos seus anseios e necessidades e as propostas apresentadas devem estar fundamentadas em mecanismos de consulta internos a cada ator;
- iii) deve haver legitimidade, poder de decisão e representatividade dos representantes de cada grupo de atores;
- iv) as regras de convivência e de procedimentos devem estar estabelecidas em comum acordo entre todos os envolvidos e amplamente divulgadas em cada grupo focal;
- v) as propostas e encaminhamentos devem estar baseados em soluções factíveis e de viabilidade de execução comprovada;
- vi) os mecanismos de formalização dos acordos devem estar estabelecidos em comum entre todos;
- vii) todos os atores devem estar capacitados a participar e deve haver uma relação de assimetria no processo de discussão e deliberação; e
- viii) deve haver relação de confiança consolidada entre os atores ou ao menos no processo.

Adicionalmente, devem estar bem estabelecidas as estratégias de comunicação e difusão de acordos e resultados e a sistemática das atividades. Todas as atividades previstas e os resultados de cada encontro devem ser amplamente divulgados em cada grupo de atores e para a sociedade em geral, utilizando, para tanto, mecanismos efetivos de comunicação de acordo com cada realidade.

No caso específico do conflito em Canabrava, as relações e os espaços de diálogo existentes encontram-se insipientes no sentido da construção de fóruns efetivos e legítimos. Durante o processo de intervenção descrito nes-

te trabalho, muitas informações foram levantadas e as percepções de cada grupo de ator sobre o processo foram desnudadas. Estes resultados geraram uma base sólida para a proposição de alguns passos necessários para a construção de um espaço de diálogo com as características almejadas.

De uma forma geral, esses passos estão descritos nas etapas 5 a 7 do item Metodologia Aplicada neste documento. Consideramos que a execução completa da metodologia prevista tem uma grande possibilidade de transformação deste conflito.

Especificamente em relação à construção de um espaço de diálogo e como ponto inicial desta nova etapa, sugere-se que seja dada continuidade ao processo de intervenção, com a divulgação e discussão dos resultados das oficinas por grupo de atores, como forma de socializar as informações e percepções de cada ator, sobre os demais atores, sobre o conflito e sobre ele mesmo. Dessa forma, todos poderão ter acesso às expectativas, anseios e temores dos demais, em seus pontos de vista, de forma a iniciar um processo claro e aberto de confrontação de ideias e diálogo.

Entretanto, ainda consideramos imaturo um encontro conjunto em seguida sem uma etapa de pré-negociação e de nivelamento dos atores, como forma de reduzir arestas, ampliar o entendimento dos relatos e equalizar a relação de forças para assimetria do diálogo.

Para tanto, é sugerida uma 2ª rodada de oficinas por grupo de atores, visando: a) a discussão das percepções dos demais atores (relato da 1ª rodada de oficinas por grupo de atores); b) o repasse de informações técnicas e legais essenciais para a continuidade do processo; c) identificação de representantes formais ou informais de cada grupo de atores, que sejam identificados por cada grupo como melhores interlocutores no processo; d) proposição de regras de procedimento e convivência entre atores e o formato do espaço de diálogo; e e) definição de prioridades de pautas de discussão e compromissos anteriores.

Em seguida, e após contatos de pré-negociação estabelecidos pela instituição facilitadora, deverá ser realizada uma primeira reunião conjunta com representantes dos grupos de atores definidos na 2ª rodada de

oficinas. Esta reunião deverá ser realizada num local neutro ou de comum acordo entre as partes, onde se buscará o consenso entre as propostas.

Em um primeiro momento sugere-se a participação permanente de representantes das empresas florestais locais; de lideranças da comunidade; da prefeitura de Guaraciama; da Emater; do CAA; do Ministério Público; e da Polícia Ambiental. Outros atores podem ser convidados, fazendo com que este fórum seja ampliado ou reduzido, de acordo com as suas necessidades e o tema em debate.

Vale ressaltar, que as propostas de discussão no espaço definido se darão de maneira participativa, possuindo todos os atores e instituições a mesma representatividade. Após avaliadas todas as propostas, a mais adequada para cada tema será instituída, criando assim um espaço de legitimidade e representatividade para todos os atores. Um novo grupo de trabalho (integrado pelos representantes escolhidos por seus pares) deverá ser criado, dando especial atenção às compatibilidades de interesses para reduzir, nessa etapa, o nível de conflito e para afiançar os vínculos e a confiança entre o facilitador e os participantes.

Para a conexão com sistemas formais de decisão, deverá ser realizado um levantamento, identificação e análise de diferentes formas legais de acordo que possam contribuir para a constituição de acordos formais e, conseqüentemente, para a gestão do conflito. Estas diferentes formas deverão ser discutidas em conjunto para a definição do melhor formato para cada caso e acordo vindouro.

Uma vez acordadas as metas e etapas para a execução das estratégias e acordos, os representantes deverão se comprometer a socializar os resultados dessa reunião com os demais participantes de seus respectivos grupos (o facilitador deverá monitorar a efetiva realização dessa tarefa de difusão).

Com a continuidade deste espaço de diálogo de forma construtiva, consideramos que o mesmo possa ser formalizado como um Conselho Local, com sistemática de encontros pré-estabelecida e com conexão com a estrutura decisória do poder público.

Avaliação do processo de intervenção

O IABS parte do conceito que a transformação do conflito pode ser uma valiosa oportunidade para convivência pacífica dos atores envolvidos no processo e possibilita um ambiente mais adequado visando a sustentabilidade do ponto de vista social, econômico e ambiental do desenvolvimento local.

Esta transformação passaria pela construção de espaços de diálogo mais representativos dos atores com influência local e que fosse legítimo e efetivo para a resolução de impasses e a formatação de acordos.

Todavia, deve-se salientar que o processo de transformação do conflito de forma mais sustentável e pacífica e especificamente da criação deste espaço de diálogo passa, necessariamente, pela construção de relações de confiança entre todos os atores. Esta relação de confiança pode ser entre cada ator representado ou ao menos no processo no qual está sendo construído para tratar o conflito e o processo de desenvolvimento local como um todo.

Em relação a esta intervenção do Fundo Resposta, vale mencionar que as atividades executadas correspondem a estratégia original, que era, desde o começo, explicitamente flexível. Quando se trata de relações humanas, muitos *outcomes* e resultados são imprevisíveis, especialmente nessa situação de conflito e com muitos atores e interesses.

Entretanto, o limite de prazo necessário ao fundo limitou a conclusão desta primeira fase de intervenção, onde o IABS tinha planejado concluir com o espaço de diálogo já implementado. Este fato decorreu, principalmente, da dificuldade inicial de construir uma relação de confiança adequada entre os atores e o processo e, principalmente, no caso da empresa, da legitimação do IABS como facilitador. Nesse sentido, após as primeiras ações, o IABS replanejou as atividades e avaliou que o prazo seria insuficiente, necessitando de cerca de 4 a 6 meses (2 a 4 meses dedicados a construção de laços de confiança e legitimação do IABS como facilitador do processo) para construir um ambiente propício e adequado para uma primeira interação organizada em espaço de conflito entre todos os atores envolvidos. Por outro lado, destacamos a agilidade do processo de avaliação e concessão dos fundos pela FFLA para uma imediata intervenção.

Em relação ao grau de participação dos atores-chaves, podemos dizer que o mesmo foi muito variável:

Os agricultores demonstraram, em geral, uma grande disposição para entender e participar do processo, apesar de algumas dúvidas e temores iniciais (totalmente previsíveis se considerados a situação e o contexto de crise). Durante este processo de intervenção inicial, os produtores familiares da comunidade de Canabrava foram claros, receptivos e compartilharam de forma aberta suas percepções e anseios, com a expectativa de que este processo poderia trazer importantes benefícios. Vale ressaltar que a equipe de facilitação prestou atenção especial à terminologia empregada, pois algumas palavras empregadas na metodologia não eram conhecidas ou compreendidas inicialmente por todos e poderiam gerar mal-entendidos.

Os diversos representantes do poder público desde o início se colocaram à disposição, dentro dos seus limites de atuação, para participarem e auxiliarem no processo. Destacamos a sinergia positiva entre a Promotoria do Ministério Público e a Polícia Ambiental local, que foi traduzida em uma ampla participação e colaboração importante para a construção de um espaço de diálogo efetivo como forma de gestão do conflito e promoção da sustentabilidade local. Também destacamos a participação de representantes da Emater e da prefeitura local, que possuem uma visão equilibrada do conflito e podem ser agentes de estabilização social local.

O grupo do Terceiro Setor e universidades apresentou uma resistência inicial muito forte, tanto no processo quanto na confiança na instituição facilitadora, no caso o IABS. Essa resistência foi explicada por eles mesmos, que consideravam, em um primeiro momento, que a intervenção do IABS poderia ser mais uma estratégia da empresa para apaziguar ou “mascarar” o conflito de forma a evitar que os agricultores reclamassem os seus direitos. Apesar de uma interação mais adequada durante o processo de entrevistas e na oficina, alguns representantes ainda consideravam que “alcançar uma resolução do conflito seria uma perda para os agricultores” e uma vitória para a empresa, pois acabaria com um processo de mobilização social crescente.

Questionaram a origem dos recursos para a intervenção do IABS, a posição política do IABS e da FFLA, a metodologia de trabalho e os objetivos concretos da intervenção. De todas as formas a equipe do IABS identificou que estes atores possuem uma “agenda” própria para a comunidade, mas que demonstram um relativo interesse (ou um voto de confiança) em participar do processo de gestão de conflitos.

Quanto ao setor privado, o IABS teve como estratégia, desde o primeiro momento, não polarizar o conflito entre dois atores únicos, para evitar uma negociação baseada em posições, o que poderia gerar, simplesmente, ganhadores e perdedores e nenhum processo sustentável de diálogo. Nesse caso, a aproximação com os atores foram baseadas em interesses e percepções, respeitando os anseios e temores de cada um no processo. Apesar dos esforços, os contatos com a empresa foram marcantes no processo de intervenção, pois todos os atores identificaram a empresa como núcleo do conflito, o que gerou um certo desconforto da empresa com o IABS e o processo. Adicionalmente, a empresa se ressentiu pelas menções iniciais no projeto encaminhadas ao FFLA e nas notas de imprensa (apesar das notas saírem após consentimento de representantes indicados pela empresa, como dos demais atores que eram consultados antes da divulgação das mesmas) sobre a morte do agricultor. Por tudo isso, houve um forte questionamento ao trabalho, à legitimidade do IABS e à metodologia de gestão de conflitos, inclusive porque, ao entendimento da empresa, não havia conflito e a situação estava relativamente estabilizada com a comunidade. Por outro lado, vale ressaltar que a empresa sempre participou de todas as atividades do processo de intervenção, tendo iniciativas adicionais de consultas e reuniões de trabalho diretamente com a equipe do IABS, inclusive se disponibilizando a viajar para Brasília e Montes Claros.

Quanto ao papel de facilitador, foi deixado claro para todos os envolvidos que o IABS não tinha o objetivo inicial de mediar o conflito e sim de facilitar a construção de condições para a implementação de espaço de diálogo legítimo e efetivo entre as partes. Inclusive o IABS deixava claro que

não estava investigando a morte do agricultor e que este fato, por mais marcante que fosse, era apenas um ponto de análise no processo de facilitação.

Para tanto, todos os atores tiveram as mesmas condições para apresentarem suas informações e anseios. Todo o material produzido foi cuidadosamente divulgado entre todos os envolvidos, seja pelos seus representantes diretos, seja pela própria equipe do IABS.

Alguns fatores facilitaram a intervenção e valem registro. Dentre eles destacamos: a) a organização comunitária previamente existente (em parte devido a ação de ONGs e de órgãos como a Emater); b) paradoxalmente, a morte do agricultor, o ponto de enfrentamento (crise) que o conflito chegou, também facilitaram a intervenção, permitindo que os atores envolvidos percebessem as tensões no processo como um claro conflito. Porém, este episódio só pode ser considerado um processo de aprendizado construtivo devido à redução da tensão posterior, o que nem sempre ocorre em casos como estes.

Por outro lado, alguns obstáculos ocorreram, com destaque para: a) o pouco tempo e os limites de recursos financeiros para a intervenção; b) a grande distância física entre os atores; c) as dificuldades iniciais de construir laços de confiança fortes no processo e na legitimidade do IABS como facilitador, principalmente com a empresa, conforme descrito anteriormente; d) desconhecimento por parte dos atores da metodologia, que inclusive encontra-se em construção; e e) a necessidade do IABS de melhorar algumas ferramentas de comunicação.

Neste último ponto, vale ressaltar que a estratégia do IABS teve um duplo efeito. De um lado, o IABS cumpriu em tornar público o processo, alcançando a comunidade e os demais envolvidos locais, bem como entidades nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, esta ampla divulgação e clareza tiveram um impacto inesperado em um dos atores envolvidos, principalmente quanto aos termos utilizados e sobre o episódio da morte do agricultor, o que dificultou a relação de confiança inicial.

Dentre os avanços no processo, podemos concluir que todos os atores dos quatro grupos de interesses conseguiram por suas posições, anseios e percepções sobre o conflito, de forma clara e aberta, à disposição do

IABS e do processo, inclusive autorizando a divulgação dos relatos das oficinas entre todos os grupos definidos.

Outro avanço foi a possibilidade de apresentação da metodologia aplicada, dos objetivos e de conceitos que baseiam esta proposta de intervenção como uma possibilidade ao desenvolvimento sustentável local e de redução de tensões, visto que todos passam a ter um espaço para “ouvir e ser ouvido”.

Também merece destaque a possibilidade da realização de uma clara caracterização do conflito, seus motivos, vetores e evolução, incluindo as relações e interações entre os atores, facilitando um desenho de estratégias posteriores para a gestão do processo.

Apesar de não ter sido possível a construção formal do espaço de diálogo almejado nesta primeira fase da intervenção viabilizada pelo Fundo Resposta, consideramos que o caminho e as estratégias já estão bem definidas e possuem grande chance de êxito em ações posteriores. Neste sentido, o IABS se propõe a envolver seus próprios recursos e a continuar buscando fundos imparciais para a continuidade do processo.

Foram muitas as lições aprendidas. Primeiro, consideramos que este tipo de intervenção em situações de conflito socioambiental, como a que propõe o Fundo Resposta da FFLA, é muito útil e produtivo e pode gerar boas condições para a gestão de conflito e para evitar novas escaladas de violência. Também é possível equalizar, em parte e em tão pouco tempo, a assimetria de poder existente entre os atores, ao menos para que todos os atores tenham o mesmo peso para colocarem suas expectativas e para construir um espaço de diálogo de relativa igualdade. Outro aspecto é que, apesar de sua tentativa de confrontação entre as partes, o conflito continuou tendendo para uma dinâmica “bipolar”, com os demais atores apoiando ou rejeitando as posições dos dois atores principais. Por fim, podemos considerar que todos têm medo de “perder” no processo, porém também ficou nítido para todos que é possível construir uma relação mais construtiva entre os atores, desde que haja um ambiente propício e legítimo de interação, no qual o conflito (sem enfrentamentos) se transforma em uma grande oportunidade.

Referências

- ASCERALD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004. 294 p.
- ASSAD, L. T. *Tradição – Modernidade – Sustentabilidade. Icapuí-CE: Os desafios do desenvolvimento de uma comunidade diante do imperativo da sustentabilidade*. 272 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- ASSAD, L. T. et al. Projeto Diálogos. Executado por meio de Convênio de Cooperação Técnico-Científica celebrado entre CDS-UNB; ABIPTI; WWF-Brasil; ICV; IPAM e CIRAD. *Resultados de Atividades Econômicas de Larga Escala Selecionadas nas Microrregiões do Projeto*. Universidade de Brasília (UnB), Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Brasília-DF, 2006, 224p.
- _____. *A vida por um feixe de lenha: o conflito entre a empresa florestal e os agricultores familiares do norte de Minas Gerais - caracterização do conflito e descrição do processo de facilitação do espaço de diálogo*. Brasília, 2007. Relatório apresentado à FFLA como resultado do processo de intervenção do Fundo Resposta. Brasília, 2007. 152 p.
- ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE SILVICULTURA. *O Complexo Florestal Industrial (CFI) em Minas Gerais: Caracterização, Dimensionamento e Importância*. Belo Horizonte, 2004. 41p. Disponível em <<http://www.silviminas.com.br>>. Acesso em: 09/08/2007.
- _____. *Florestas Plantadas: Um compromisso com o desenvolvimento social*. Disponível em: <<http://www.silviminas.com.br>>. Acesso em: 10/08/2007.

_____. *Anuário Estatístico 2007*. Disponível em <<http://www.silvimi-nas.com.br>>. Acesso em: 10/08/2007.

BRITO, I. C. B. *Comunidade, Território e Complexo Industrial Florestal: O caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Unimontes, Montes Claros, 2006. 157p.

BURSZTYN, M. (Coord.) *Avaliação de Meio Termo do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – Planaflo*. Brasília: PNUD, 1996. 65p.

CALDEIRA, M. A.; ZANETTI, R.; MORAES, J. C.; ZANUNCIO, J. C. Distribuição Espacial de Sauveiros (Hymenoptera: Formicidae) em Eucaliptais. In: *Revista Cerne*, Lavras, v. 11, n. 1, p. 34-39, jan./mar. 2005.

CARRERE, R. *Certificando o não-certificável: Certificação pelo FSC de plantações de árvores na Tailândia e no Brasil*. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Dezembro de 2003. 192p.

CONFEDERAÇÃO MUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>> Acesso em: 11/06/2007.

CORREA, H & RODRÍGUEZ, I. (ed.). *Encrucijadas Ambientales en América Latina: Entre el manejo y la transformación de conflictos por recursos naturales*. Costa Rica: Universidad para la Paz, 2005.

DAYRELL, Carlos A. *Gerzeiros e Biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecosistemas tradicionais*. La Rábica, Espanha, Universidade Internacional de Andalucía, 1998. Dissertação de mestrado (mimeo).

DESCUBRA MINAS. Disponível em <<http://www.descubraminas.com.br/>>. Acesso em: 11/07/2007.

FANZERES, A. *Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados*. Programa Nacional de Florestas, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente. Projeto MMA/FAO/TCP/BRA/2902. Relatório Final de Consultoria. Março 2005.

GONÇALVES, B. & SANTA ROSA, H. *Cooperativa Grande Sertão*: articulando populações e diversidades do Norte de Minas Gerais. In: *Revista Agriculturas*, v. 2, n. 2, junho de 2005.

GONÇALVES, C. W. P. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. (org.). *Cerrado e desenvolvimento*: tradição e atualidade. Montes Claros: Max Gráfica, CAA-NM e Rede Cerrado, 2000.

HAGUENAUER, L. et al. *Complexos Industriais na Economia Brasileira*: Texto para discussão, n. 62, IEI/UFRJ, 1984.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE cidades*. 2000, 2003, 2005. Disponível em <www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> Acesso em: 12/06/2007.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.indi.mg.gov.br>> Acesso em: 20/06/2007.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *A Difícil Sustentabilidade*: política energética e conflitos ambientais, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

NASCIMENTO, E. P. do. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In Bursztyn, M. (Org.). In: *A difícil sustentabilidade*: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 85-107.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas de Desenvolvimento Humano para o Brasil*. 2000. Disponível em: <www.pnud.org.br/atlas> Acesso em: 21/06/2007.

PRODEMGE – Processamento de Dados de Minas Gerais. *Base de dados GEOMINAS*. Disponível em <<http://www.prodemge.mg.gov.br>> Acesso em: 23/06/2007.

RED MESOAMERICANA DE MANEJO DE CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES. *Conflictos socioambientales en América Latina: una visión desde la Red Mesoamericana de Manejo de Conflictos Socio Ambientales*. Costa Rica: Universidad para la Paz, 1999.

ROSA, K. A. C.; JUNQUEIRA, R. A. de C. *Mapeamento Temático do Uso da Terra no Alto São Francisco*: Resumo Executivo do Relatório Final. Projeto de Gerenciamento Integrado das Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do São Francisco. ANA/GEF/PNUMA/OEA – Brasília, 2002.

SERPA, M. de N. *Teoria e Prática da Mediação de Conflitos*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1999.

SIMMEL, Georg. *Le conflit*. Paris: Circé/poche, 1995.

THEODORO, S. H. Uma crise anunciada. In: THEODORO, S. H. (Org.). *Mediação de Conflitos Socioambientais*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

VARGAS, G.M. Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. In *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 19 (2): 191-203, dez. 2007.

VIANA, S. V.; VENTURA, E. P. *Projeto Cadastro de Abastecimento por Águas Subterrâneas, Estados de Minas Gerais e Bahia*: diagnóstico do município de Guaraciama, MG. Belo Horizonte: CPRM, 2004. 71 volumes. 14p.

Lista de figuras, quadros e tabelas

FIGURAS

- Figura 1. Mapa de localização do município de Guaraciama, estado de Minas Gerais, Brasil..... 47
- Figura 2. Vista para a cidade de Guaraciama, Minas Gerais 48
- Figura 3. Estrada a caminho da Fazenda Pé de Morro, propriedade da empresa vizinha a comunidade de Canabrava 48
- Figura 4. Mapa da Fazenda Pé de Morro, propriedade da empresa, vizinha à comunidade de Canabrava, no município de Guaraciama 49
- Figura 5. Vista de um local da microbacia do rio Canabrava e do vale onde se localiza a comunidade de Canabrava 57
- Figura 6. Síntese das questões levantadas pelos atores envolvidos relacionadas ao conflito socioambiental entre a comunidade de Canabrava e a empresa 75
- Figura 7. Grupo de atores envolvidos no espaço de diálogo visando ao desenvolvimento local sustentável da região de Canabrava 88
- Figura 8. Mapa de interação com representações gráficas das relações de alianças por grupo de atores envolvidos no processo de desenvolvimento local da região de Canabrava.109
- Figura 9. Mapa de interação com representações gráficas das relações conflituosas por grupo de atores envolvidos no processo de desenvolvimento local da região de Canabrava.109

QUADROS

- Quadro 1. Problemas enfrentados pelas populações e municípios onde a empresa atua..... 64
- Quadro 2. Impactos do monocultivo de eucalipto levantados na audiência pública para certificação florestal da empresa do Conselho de Manejo Florestal FSC Brasil, 2002 65
- Quadro 3. Cronologia de fatos positivos e negativos ocorridos em Canabrava, de acordo com a oficina por grupo de atores, realizada com a comunidade em agosto de 2007 85
- Quadro 4. Classificações de atores sociais – variáveis e simbologia102
- Quadro 5. Comparação entre as visões e percepções de cada grupo de atores com relação aos demais atores, de acordo com os relatos das oficinas, realizadas entre julho e agosto de 2007110
- Quadro 6. Necessidades de desenvolvimento socioeconômico e ambiental da comunidade de Canabrava levantadas na oficina por grupo de atores, realizadas em agosto de 2007127
- Quadro 7. Propostas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região entre Bocaiúva e Guaraciama, realizadas nas oficinas participativas com grupos de atores em agosto de 2007128

TABELAS

Tabela 1. Produção das lavouras permanentes do município de Guaraciama, MG	52
Tabela 2. Produção das lavouras temporárias do município de Guaraciama, MG	53
Tabela 3. Extração vegetal e silvicultura no município de Guaraciama, MG	54

Lista de siglas

- AMA – Articulação Mineira em Agroecologia
- AMS – Associação Mineira de Silvicultura
- APP – Área de Preservação Permanente
- ASA – Articulação do Semiárido
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CAA – Centro de Agricultura Alternativa
- CAA/NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
- CAF – Corporación Andina de Fomento
- CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável
- Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
- Conap – Cooperativa Nacional de Apicultura
- CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
- CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
- Fead – Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais
- Fetaemg – Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais
- FFLA – Fundación Futuro Latinoamericano
- Fiemig – Federação das Indústrias de Minas Gerais
- FPM – Fundo de Participação do Município
- FR – Fondo Respuesta
- FSC – Forest Stewardship Council (órgão de certificação ambiental florestal)

IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEB – Instituto de Estudos Brasileiros
IEF – Instituto Estadual de Florestas
Iter – Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais
MST – Movimento dos Sem Terra
NASCer – grupo de extensão universitária de alunos da UFMG
Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONG – Organização Não Governamental
PDLS – Projetos de Decretos de Lei
PIB – Produto Interno Bruto
RP – Resumo Público
Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UnB – Universidade de Brasília
Ufla – Universidade Federal de Lavras
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFV – Universidade Federal de Viçosa
Unileste – Centro Universitário do Leste de Minas Gerais
Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros



PRODUÇÃO E EDIÇÃO FINAL: Tereza Vitale

CLSW 302 – Bloco B – Sala 123 – Ed. Park Center
CEP 70673-612 – Setor Sudoeste – DF
Telefax: (61) 3033-3704 / 9986-3632
e-mail: tereza@intertexto.net
editorial.abare@gmail.com



Centro de Desenvolvimento
Sustentável Universidade de Brasília



ISBN 978-85-99827-07-9



9 788599 827079